

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO
TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA INTEGRADA AO ENSINO
MÉDIO – UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO-CAMPUS PINHEIRAL

JOSEFINA LOURENÇO DE CARVALHO

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM
AGROPECUÁRIA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO – UM ESTUDO
DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO-CAMPUS PINHEIRAL**

JOSEFINA LOURENÇO DE CARVALHO

Sob a Orientação da Professora

Sandra Regina Gregório

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Novembro de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C331r CARVALHO, JOSEFINA LOURENÇO DE , 1964-
RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM
AGROPECUÁRIA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO - UM ESTUDO DE
CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO-CAMPUS PINHEIRAL /
JOSEFINA LOURENÇO DE CARVALHO. - 2018.
89 f. : il.

Orientadora: Sandra Regina Gregorio,
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2018.

1. Retenção e Evasão Escolar. 2. Curso Técnico. 3.
Agropecuária. 4. Educação Profissional. I. Gregorio,
Sandra Regina , 1960-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

JOSEFINA LOURENÇO DE CARVALHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/11/2018.

Sandra Regina Gregório, Dra. UFRRJ

Nádia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ

Marcos Fábio de Lima, Dr. IFRJ

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela doce e constante presença em minha vida conduzindo-me e apontando sempre o melhor caminho.

Às minhas filhas, Victória e Gabriela por acreditarem em mim, incentivando-me em cada etapa desse trabalho.

Aos meus pais, Paulo Santana de Carvalho (*in memoriam*) e Zilma Lourenço de Carvalho. Gratidão e reconhecimento pelo meu estar no mundo e pelos ensinamentos que me tornaram quem eu sou.

Aos familiares e amigos, embora seja impossível citar o nome de cada um, pelo estímulo e pela torcida de sucesso nessa trajetória acadêmica.

A Sandra Regina Gregório, minha orientadora, pela atenção, disponibilidade e relevantes contribuições que possibilitaram a execução desta pesquisa. Obrigada por acreditar no meu trabalho e confiar em mim.

Aos colegas de Mestrado da turma 2016.2, pelo convívio, pela troca de experiências, pelo incentivo e pelo aprendizado ao longo deste percurso - momentos inesquecíveis que vivemos juntos, os quais levo no coração.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA), pela receptividade e atenção dispensada aos alunos e pelo compromisso e seriedade no desenvolvimento das atividades.

Aos queridos amigos Antonio Carlos e Eliane com quem convivo diariamente, pelo carinho, amizade e compreensão em todos os momentos em que tive necessidade de me ausentar para realização das atividades do Mestrado.

Aos alunos do Curso Técnico em Agropecuária, participantes desta pesquisa, pelas contribuições imprescindíveis para realização deste trabalho.

À gestão do IFRJ/Campus Pinheiral na pessoa do professor Reginaldo pelo incentivo e apoio para esta qualificação profissional.

E aos funcionários da Secretaria do Ensino Médio e Técnico (SEMT) da instituição que muito contribuíram para a execução deste trabalho, prestando informações essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Meu sincero agradecimento a todos.

DEDICATÓRIA

As minhas filhas Victória e Gabriela, maiores presentes que a vida me concedeu. O apoio e incentivo de vocês foram fundamentais para a realização desse estudo e essa conquista também é de vocês.

RESUMO

CARVALHO, Josefina Lourenço de. **Retenção e Evasão escolar na Formação Técnica Em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio – um estudo de caso no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro-Campus Pinheiral**. 2018. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

A presente pesquisa buscou conhecer as principais dificuldades que têm conduzido à retenção e à evasão escolar de um grande número de estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio ofertado pelo IFRJ-Campus Pinheiral. O recorte temporal estabelecido para o estudo foi de 2012 a 2016, e a perspectiva adotada para o exame da questão foi a dos discentes, sujeitos diretamente atingidos pelo problema. Assim, participaram da pesquisa 53 (cinquenta e três) estudantes regularmente matriculados no curso, sendo 30 (trinta) estudantes da primeira série, 23 (vinte e três) estudantes da terceira série e também 12 (doze) estudantes evadidos. Esta pesquisa teve como objetivo precípua investigar os fatores que contribuem para a ocorrência de tais fenômenos na formação técnica em agropecuária, sobretudo na primeira série, período no qual se registram índices mais elevados. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória cuja abordagem foi predominantemente qualitativa. O modelo conceitual adotado foi o estudo de caso, tendo como técnicas adotadas para a coleta de dados a análise documental (planilhas com rendimento e movimentação de estudantes produzidos pela Secretaria da instituição, atas de Conselhos de Classe e legislação institucional) e aplicação de questionário semiaberto com vistas a conhecer a percepção dos estudantes sobre os fatores que têm contribuído para os casos de retenção e evasão estudantil. Além disso, o embasamento teórico desse estudo de caso se amparou em autores que tratam da questão investigada no contexto da Educação Básica e da Educação Profissional, com ênfase no ensino agrícola. Os resultados apontam que as principais dificuldades encontradas pelos educandos são de ordem intraescolar, ou seja, aqueles engendrados pela própria instituição, entre os quais se destacam o acúmulo de atividades, a organização curricular, a carga horária excessiva e a forma de acesso e ingresso ao curso. Acreditamos que as descobertas advindas deste trabalho podem fomentar reflexões sobre a condução do processo pedagógico da formação técnica em Agropecuária no IFRJ-Campus Pinheiral para transformação do atual cenário, bem como podem contribuir para novos estudos sobre o tema e que abranjam aspectos não contemplados nessa pesquisa.

Palavras-chave: Retenção e Evasão Escolar, Curso Técnico, Agropecuária, , Educação Profissional.

ABSTRACT

CARVALHO, Josefina Lourenço de. **Retention and School Evasion in Technical Training in Integrated Agriculture and High School - a case study at the Federal Institute of Education Science and Technology of Rio de Janeiro-Campus Pinheiral**. 2018. 89p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

The present research sought to know the main difficulties that have led a large contingent of students of the Technical Course in Integrated Agriculture and Secondary Education offered by the IFRJ, Campus Pinheiral, to retention and school dropout in the temporal cut from 2012 to 2016. The perspective adopted for the examination of the issue was that of the students, who were directly affected by the problem. Thus, the research universe was formed by 53 (fifty-three) students regularly enrolled in the course, with 30 (thirty) students in the first grade, 23 (twenty three) students in the third grade and 12 (twelve) students evaded. The main objective was to investigate the factors that contribute to the occurrence of such phenomena in agricultural technical training, especially in the first series, a period in which there are higher rates of occurrence. This work is a descriptive qualitative research exploratory, whose approach will be done through a case study. The techniques of data collection consist of documentary analysis and semi-structured questionnaire with closed and open questions. The theoretical basis of the case study was supported by authors dealing with the issue of retention and school dropout in Basic Education and in the context of Professional Education, focusing on agricultural education. The results obtained in the research indicate that the main difficulties encountered by the students are intraschool, that is, those engendered by the institution itself, among which are the accumulation of activities, curricular organization, excessive workload, access and entrance to the course, the evaluation system, the conduction of the learning process and adaptation to the school. We believe that the findings from this work may stimulate reflections on the pedagogical process of the technical training in Agropecuária at IFRJ/Campus Pinheiral to transform the current scenario, as well as contribute to further studies on the subject in the field of agricultural vocational education and which cover aspects not contemplated in this research.

Keywords: Retention and School Evasion, Technical Course, Agriculture , Professional Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Componente curricular do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio	19
Tabela 02 – Nível de qualificação dos docentes que atuam no curso	21
Tabela 03 - Pesquisas sobre retenção e evasão no ensino agrícola	29
Tabela 04 – Levantamento da retenção e evasão dos alunos da primeira série do curso técnico em agropecuária.....	32
Tabela 05 – Levantamento da retenção e evasão dos alunos da segunda série do curso técnico em agropecuária.....	33
Tabela 06 – Levantamento da retenção e evasão dos alunos da terceira série do curso técnico em agropecuária.....	33
Tabela 07 - Integralização do curso técnico em agropecuária entre 2012-2016	34
Tabela 08 – Caracterização socioeconômica dos discentes amostrados	35
Tabela 09 – Aspectos a serem revistos na formação técnica em agropecuária, segundo os discentes	48
Tabela 10 – Caracterização socioeconômica dos alunos evadidos.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Formação dos docentes do curso.....	21
Gráfico 02 - Motivos da escolha pelo Curso Técnico em Agropecuária.....	36
Gráfico 03 - Primeira opção de curso no momento da matrícula	39
Gráfico 04 - Expectativas em relação ao curso técnico em agropecuária.	40
Gráfico 05 - Número de reprovações ao longo do curso técnico em agropecuária	42
Gráfico 06 – Motivos de reprovação apontados pelos discentes	43
Gráfico 07 - Possível desistência do curso técnico em agropecuária	45
Gráfico 08 – Avaliação do curso	46
Gráfico 09 – Grau de satisfação das expectativas	46
Gráfico 10 – Pretensões dos estudantes após a conclusão do curso	47
Gráfico 11 - Motivos da opção pelo Curso Técnico em Agropecuária.	54
Gráfico 12 – Casos de reprovação durante o curso	55
Gráfico 13 – Fatores que contribuem para a retenção e evasão escolar	56
Gráfico 14 – Situação atual dos estudantes após a evasão.	56
Gráfico 15 – Percepção dos evadidos quanto à qualidade do curso.	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa da região do Médio Vale Paraíba do Sul	15
Figura 02 – Foto do Posto Zootécnico	16
Figura 03 – Foto da fachada do prédio administrativo Campus Pinheiral	17

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

CANP - Colégio Agrícola Nilo Peçanha

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CENAFOR - Centro Nacional para Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional

COAGRI - Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola

CoIEE - Coordenação de Integração Escola Empresa

COPEs - Coordenação de Gestão de Pessoal

CoTP - Coordenação Técnico Pedagógica

DE - Direção de Ensino

DEA - Diretoria de Ensino Agrícola

EAD - Educação à Distância

EBTT - Ensino Básico Técnico e Tecnológico

EcoE – Espaço Ecológico

IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

IF'S - Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SEMT - Secretaria Escolar de Ensino Médio e Técnico

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SENETE - Secretaria Nacional de Educação Tecnológica

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional

SEA - Superintendência do Ensino Agrícola

SEAV - Superintendência do Ensino Agrícola Veterinário

TCU - Tribunal de Contas da União

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
OBJETIVOS	4
Objetivo Geral.....	4
Objetivos Específicos	4
1 CAPÍTULO 1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	5
1.1 Quanto à abordagem e ao tipo da pesquisa	5
1.2 Quanto aos procedimentos técnicos	6
1.3 Quanto aos instrumentos e técnicas da pesquisa.....	6
1.3.1 Análise documental	7
1.3.2 Questionário.....	7
1.3.2.1 Teste de validação de instrumento.....	8
1.4 Quanto aos sujeitos da pesquisa.....	8
1.5 Coleta de Dados	9
1.6 Quanto à análise e interpretação dos dados	10
2 CAPÍTULO 2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	11
2.1 Breve histórico do ensino agrícola no Brasil	11
2.2 Ensino agrícola no IFRJ-Campus Pinheiral: história e institucionalidades	15
2.3 A formação Técnica Agrícola do IFRJ - Campus Pinheiral: caracterizando o objeto da pesquisa	18
3 CAPITULO 3 RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA	23
3.1 Caracterização dos fenômenos da evasão e retenção escolares: causas e consequências.....	23
3.2 Evasão e retenção escolar no ensino profissional agrícola	27
3.3 Retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária no Campus Pinheiral: resultado da pesquisa	30
3.3.1 Análise diagnóstica da retenção e evasão por meio dos registros da secretaria e CoTP	31
3.3.2 Caracterização socioeconômica dos participantes da pesquisa	34
3.3.3 O curso técnico em agropecuária na perspectiva discente.....	36

3.3.4	A trajetória da formação técnica em agropecuária no Campus Pinheiral sob o olhar do aluno concluinte	41
3.3.5	A retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária no Campus Pinheiral sob o olhar do aluno evadido	52
3.3.5.1	A trajetória escolar dos alunos evadidos na formação técnica em agropecuária	53
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
5	REFERÊNCIAS	62
6	ANEXOS	69
	Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	70
	Anexo B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	71
	Anexo C - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária.....	72
	Anexo D – Fotos do Campus Pinheiral	76
7	APÊNDICES	81
	Apêndice A - Questionário aplicado aos alunos ingressantes.....	82
	Apêndice B - Questionário aplicado aos estudantes concluintes	84
	Apêndice C – Questionário aplicado aos estudantes evadidos	87

INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX registra-se no cenário educacional brasileiro a preocupação com um projeto de profissionalização, especialmente em nível médio de ensino. A partir desse momento, assistiu-se à implementação de diferentes propostas no âmbito da educação profissional, fruto de visões distintas dos grupos hegemônicos sobre a organização e finalidade dessa modalidade de ensino, conforme veremos no capítulo II.

No início deste século, assistimos a um significativo crescimento da educação profissional no Brasil. Mais precisamente entre os anos de 2003 a 2016, o Ministério da Educação e Cultura, (MEC) inaugurou 500 instituições de educação profissional, conforme previsto no plano de expansão da rede federal de educação profissional, perfazendo um total de 644 unidades em atividade em 568 municípios do País.

A mencionada expansão da Rede Federal, impulsionada pela criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), faz parte de uma política pública voltada para a construção e resgate da cidadania de milhões de brasileiros, assim como, para promoção do desenvolvimento econômico, dando atenção às necessidades do setor produtivo. (BRASIL 2010).

Essa ampliação do quantitativo de vagas ofertadas pela Rede Federal de Educação Profissional, tem propiciado a um grande número de jovens novas oportunidades de acesso à educação no País. Se por um lado este processo de expansão caracterizou um maior grau de democratização da educação profissional em todo território brasileiro, por outro, o grande contingente de ingressantes, cada vez mais heterogêneo, fez com que emergisse o problema da retenção e evasão nessa modalidade de ensino. Tal realidade evidenciou que não basta aumentar as vagas e garantir o acesso à educação, mas também é necessária a adoção de políticas de permanência que assegurem ao estudante condições favoráveis de êxito nos estudos e sua saída com sucesso da instituição.

Importa recordar que de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, (art.205), a Educação é dever do Estado e da família, e que este direito deve consolidar-se na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Partindo da redação deste artigo é possível constatar que na CF a educação é elevada ao status de direito fundamental, intensificando sua importância na vida dos indivíduos.

O registro de problemas no fluxo escolar, ou seja, quando os estudantes permanecem na escola além do tempo regular previsto para aquela etapa, ou quando deixam de frequentar as aulas, caracterizando abandono da escola durante o ano letivo, evidencia que o direito à educação não está sendo assegurado.

Conforme dados apresentados pelo Censo Escolar da Educação Básica, o número de alunos matriculados no ensino profissionalizante da rede pública vem crescendo a cada ano. Em 2014 foi registrado um crescimento de 38,4% e em 2016, embora com percentual menos expressivo 5,1%, também houve intensificação do número de matrículas na rede. Todavia, esse aumento significativo de ingresso dos estudantes, não se equipara ao quantitativo de concluintes, pois muitos jovens que buscam essa modalidade de ensino não conseguem permanecer nos bancos escolares até a integralização conclusão curso escolhido.

Preocupados com esse problema, o Tribunal de Contas da União (TCU), realizou uma auditoria para averiguar as ações de expansão e estruturação do Ensino Técnico Profissionalizante, no âmbito dos IFs. Os resultados dessa auditoria deu origem a um relatório, cujo os dados apontam para taxa de conclusão dos cursos técnicos de nível médio em nível nacional de 31,4% para a modalidade concomitante e 46,8% para a modalidade integrada. Esse resultado é preocupante, pois encontra-se muito distantes do objetivo

estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, qual seja, índice de 90% de conclusão.

Em face desse problema, o TCU determinou que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), conjuntamente com os Institutos Federais desenvolvesse um planejamento estratégico de intervenção e monitoramento para superação de retenção e evasão, visto que estes fenômenos se constituem como os principais problemas enfrentados pelas instituições de educação profissional tecnológica.

Nessa perspectiva, foi criada a Comissão Interna de Permanência e Êxito (CIPE) do IFRJ por meio da Portaria nº180 de agosto de 2015. A CIPE teve como objetivo realizar o levantamento do quantitativo da evasão e retenção dos cursos do IFRJ em seus diferentes campi, assim como analisar de forma qualitativa estes dados a fim de propor metas e estratégias para superá-las.

É nesse contexto que se insere o lócus do presente estudo. O Campus Pinheiral é um dos quinze *Campi* que compõe o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Como parte do compromisso assumido com este novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica, iniciou suas atividades no ano de 2009, no entanto, o Campus possui uma história centenária.

Criado em 1909, antes de integrar o IFRJ, suas instalações pertenceram ao Ministério da Agricultura sendo Hospital Militar, Posto Zootécnico de Pinheiro, Escola Média de Agricultura, Agronomia e Veterinária de Pinheiro, Escola Superior de Agricultura e Veterinária, Patronato Agrícola, Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha e Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP), nomenclatura pela qual é conhecido até hoje (SILVA, 2009).

Embora tenha passado por muitas transformações ao longo da sua história, desde sua criação, a instituição dedica-se à oferta de educação profissional, sendo a área de agropecuária a que sempre predominou no Campus. Hoje em dia, a escola oferece vários cursos técnicos, atendendo estudantes de diferentes municípios que integram a região Sul Fluminense. Dessa forma, a instituição fomenta o progresso local, regional e nacional, fortalecendo o desenvolvimento socioeconômico do país, consoante às finalidades e características previstas no artigo 6º, inciso I, da Lei nº 11.892/2008.

No entanto, apesar da expertise conferida pela tradição nessa modalidade de ensino, nos últimos anos, a escola tem enfrentado sérios problemas no que tange a retenção e evasão escolar dos estudantes da formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio, que vem a ser objeto deste estudo.

Desde que passei a compor o quadro de servidores efetivos da instituição no ano de 2010, integrando a equipe da Coordenação Técnico Pedagógica (CoTP), a observação da reincidência destes fenômenos, especificamente no curso técnico em agropecuária, despertou meu interesse em investigar os fatores que têm contribuído para sua ocorrência e me conduziu à elaboração da presente pesquisa. Os fatores que contribuem para que um jovem abandone a escola podem ser de diversas ordens, investigar suas causas constitui um importante elemento para tentar evita-lo, ou seja, uma ferramenta útil para a prevenção.

Neste sentido, realizei um levantamento prévio das turmas que ingressaram a partir de 2012, quando o curso passou a ser ofertado na modalidade integrada ao ensino médio, visando definir o contexto e estabelecer o recorte temporal para o desenvolvimento do estudo. Ressalta-se que a escolha pelo curso técnico em agropecuária se justifica pelo fato de ser o que apresenta elevados índices de retenção e evasão, situação que não se verifica nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em Meio Ambiente e o de Informática ofertados pela instituição.

Para esta investigação, adotamos como perspectiva de análise da retenção e evasão na formação técnica em agropecuária a dos discentes, sujeitos diretamente atingidos pelo problema. Sendo assim, a opinião dos estudantes foi ouvida no sentido de que pudessem

explicitar suas opiniões e descontentamentos em relação ao curso e também sugerir possíveis estratégias para sua melhoria. O levantamento das informações foi realizado por meio da aplicação de questionário com questões abertas e fechadas aos alunos da primeira e da terceira série do curso em estudo. Para os estudantes que evadiram do curso, as informações foram coletadas por meio de formulário eletrônico enviado através de e-mail.

A relevância deste trabalho reside na escassez de estudos que tratem da questão da retenção e evasão na educação técnica profissional, nos elevados índices por meio dos quais os fenômenos se expressam no curso e na inexistência de pesquisas na instituição a esse respeito, apesar de sua notoriedade.

O presente estudo encontra-se assim estruturado: no primeiro capítulo, nos dedicamos a explicitar a escolha do percurso metodológico trilhado durante a pesquisa ressaltando a abordagem predominantemente qualitativa do estudo, os sujeitos participantes, os instrumentos e técnicas de coleta de dados, bem como a adequação dos procedimentos empregados ao estudo em tela.

No segundo capítulo, discorremos sobre os aspectos históricos referentes à evolução do ensino agrícola no Brasil com o intuito de compreender o contexto das transformações que ocorreram ao longo dos anos e os interesses envolvidos na conformação desta modalidade de ensino. Também traçamos a trajetória percorrida pela instituição lócus da pesquisa, cuja história se confunde com a própria história do ensino agrícola no Brasil, haja vista se tratar de uma instituição que há mais de um século dedica-se a oferta do ensino técnico profissional.

No terceiro capítulo, abordamos o fenômeno da retenção e evasão escolar à luz dos estudos de diferentes autores com vistas a conhecer esse complexo universo, bem como, identificar os fatores que contribuem para sua ocorrência nos sistemas de ensino, sobretudo na educação técnica profissional de nível médio. Ainda nesse capítulo, com base nos pressupostos teóricos, realizamos a análise e interpretação dos resultados obtidos buscando refletir sobre possíveis estratégias que possam favorecer a permanência dos estudantes no curso e a conclusão de sua escolarização.

Por fim, apresentamos as considerações finais com a síntese do desenvolvimento da pesquisa e os resultados obtidos na investigação.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Investigar os fatores que contribuem para a retenção e evasão escolar na Formação Técnica em Agropecuária ofertada pelo IFRJ - Campus Pinheiral.

Objetivos Específicos

- Caracterizar a educação profissional agrícola no Brasil por meio de uma breve retrospectiva histórica dessa modalidade de ensino;
- Descrever as principais dificuldades com as quais os estudantes se deparam no decurso da formação técnica em agropecuária;
- Analisar, a partir da percepção dos discentes, o problema da retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária no IFRJ-Campus Pinheiral.

1 CAPÍTULO 1

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, delinearemos os caminhos metodológicos trilhados na construção desta pesquisa, destacando sua adequação ao presente estudo. Para Marconi e Lakatos (2007) a escolha dos procedimentos metodológicos é muito importante visto que devem adequar-se ao problema investigado, às hipóteses que pretendam confirmar e ao tipo de sujeitos com os quais irá se relacionar para atingir a compreensão da realidade almejada. Dessa forma, apresentaremos a seguir o instrumental investigativo utilizado neste estudo.

1.1 Quanto à abordagem e ao tipo da pesquisa

Esta pesquisa delineou-se por uma abordagem predominantemente qualitativa que, segundo Flick (2009), trata-se de uma abordagem naturalística diante do mundo, ou seja, os pesquisadores estudam os fenômenos em seus ambientes naturais, buscando compreendê-los em termos dos sentidos que as pessoas lhe atribuem. Neste estudo, a análise da retenção e evasão no curso técnico em agropecuária ocorrerá sob a perspectiva dos estudantes do curso.

Entendendo como Flick (2004), que, embora distintas, as abordagens qualitativas e quantitativas se complementam no sentido de realizar um mapeamento das características e das percepções dos sujeitos, em que pese a predominância da abordagem qualitativa, neste estudo de caso, também faremos uso de métodos quantitativos, os quais foram empregados em tabelas, relatórios estatísticos do SISTEC¹ da Secretaria do Campus Pinheiral, planilhas com valores absolutos e percentuais sobre desempenho dos estudantes. Todos esses dados contribuíram para a compreensão do objeto de estudo dentro de uma perspectiva descritiva.

Quanto aos objetivos, o estudo caracterizou-se como pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Gil (1999) explica que a pesquisa exploratória procura familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido e explorado com intuito de torná-lo explícito - como é o caso desse trabalho ao buscar conhecer as causas de retenção e evasão escolar dos estudantes do curso técnico em agropecuária do Campus Pinheiral, considerando a inexistência de material sobre o tema.

Já a pesquisa descritiva, conforme o mesmo autor, visa ao conhecimento do perfil de determinada população ou grupo, no caso, os estudantes do curso participantes da pesquisa com o objetivo de estudar as suas características, bem como conhecer suas opiniões, atitudes e crenças.

Gil (2010) afirma que as pesquisas descritivas juntamente com as exploratórias são as mais habitualmente solicitadas por organizações, como por exemplo, instituições educacionais.

¹ O SISTEC é o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Esse sistema disponibiliza, mensalmente, informações sobre cursos técnicos de nível médio, respectivas escolas e alunos desse nível de ensino.

1.2 Quanto aos procedimentos técnicos

A classificação das pesquisas é muito útil para o estabelecimento de seu marco teórico (GIL, 2010). Entre as diversas formas de classificá-las, o modelo conceitual e operacional é um deles. O modelo refere-se ao planejamento do trabalho de forma mais ampla e expressa, em linhas gerais, o desenvolvimento da pesquisa com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados.

Nesse critério de classificação, encontramos dois grupos distintos. Em um grupo, há o predomínio das fontes de “papel” para coleta de dados onde estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Já no outro grupo cujas informações são fornecidas por pessoas, encontram-se a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, e o estudo de caso.

Para esse trabalho, elegemos o estudo de caso como modelo conceitual, haja vista ser um modelo usualmente indicado em estudos exploratórios e descritivos, além de ser bem utilizado na área de ciências sociais pela necessidade de amplo e detalhado conhecimento dos fenômenos sociais complexos.

De acordo com Ludke e André (1986), o estudo de caso possui grande potencial para melhor compreender as questões relacionadas às escolas, visto que retrata o cotidiano escolar em toda sua riqueza. Esse tipo de pesquisa oferece importantes elementos para maior compreensão do papel da escola bem como de suas relações com outras instituições sociais.

As características fundamentais do estudo de caso são: a busca da descoberta a respeito do fenômeno estudado, o foco na interpretação contextualizada, a descrição da realidade de forma completa, o uso de variada fonte de informação, a coexistência de diferentes pontos de vista e utilização de uma linguagem mais acessível em seus relatórios (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

Essa modalidade de pesquisa tem o seu foco de estudo bem delimitado, possui contornos claros, definidos e embora possa apresentar similaridade com outros fenômenos já investigados, o que o distingue dos demais é o interesse do pesquisador, no que o caso estudado possui de único.

Diante do exposto, justifica-se a escolha do estudo de caso como procedimento para o trabalho ora apresentado, pois suas características fundamentais, notadamente direcionadas às pesquisas educacionais, possibilitaram promover uma investigação aprofundada do contexto e dos processos nos quais o problema em estudo encontrava-se envolvido.

1.3 Quanto aos instrumentos e técnicas da pesquisa

Os instrumentos e técnicas de pesquisa consistem em recursos que permitem uma investigação organizada e autêntica, comprometida com a realidade estudada. Gil (2010) observa que a utilização de mais de uma técnica para coleta de dados é um princípio básico do estudo de caso e visa a garantia de maior profundidade ao estudo. Além disso, a obtenção de informações mediante procedimentos diferentes é fundamental para detectar erros e auxiliar nas decisões do pesquisador.

Levando em consideração o objetivo apresentado neste estudo que é o de investigar as causas de retenção e evasão dos alunos matriculados na Formação Técnica em Agropecuária do Campus Pinheiral foram empregados como instrumentos de coleta de dados a análise documental e o questionário, aplicado aos atores envolvidos no processo de investigação.

1.3.1 Análise documental

Segundo Ludke e André (1986), a análise documental caracteriza-se como uma notável técnica de coleta de dados qualitativos tanto para complementar as informações obtidas por outras técnicas, como revelando aspectos novos de um tema ou problema. Sobre as vantagens dessa técnica, as autoras destacam que

a análise documental possui uma série de vantagens para a pesquisa da área educacional, pois se constitui em uma fonte estável e rica que permite ser consultada várias vezes pelo pesquisador o que oferece maior estabilidade aos resultados obtidos (LUDKE & ANDRE, 1986, p. 38).

A análise documental objetiva estudar e compilar dados e informações em fontes, seguras. Para fins de adoção do procedimento, são considerados documentos os registros escritos possíveis de serem utilizados como fonte de informação e que compreendem tanto os documentos de caráter oficial como também reportagens de jornais e de revistas, diários pessoais, arquivos escolares e outros que compõem a trajetória do objeto de estudo.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, como fonte documental recorreremos aos documentos orientadores e normativos das políticas para a Educação Profissional, dissertações e artigos sobre o ensino agrícola no Brasil, bem como documentos oficiais sobre a criação da instituição foco desta análise e seu percurso histórico.

Ancorada nesses dados foi realizada uma retrospectiva histórica, demonstrando a evolução do ensino agrícola no Brasil e no IFRJ-Campus Pinheiral. O histórico permitiu a visualização dos eventos em ordem cronológica, facilitando a compreensão de ordenação, simultaneidade e sucessão de fatos históricos e a relação entre eles.

Outras fontes importantes de consulta foram os arquivos da Secretaria Escolar de Ensino Médio e Técnico (SEMT), documentos produzidos pela Direção de Ensino (DE) e registros da Coordenação de Gestão de Pessoal (COPEs). Nesses setores tivemos acesso a Atas de Conselho de Classe, planilhas do SISTEC, fichas com dados cadastrais dos alunos do curso técnico em agropecuária, Plano de Curso, Regimento Interno da Instituição e ficha funcional dos docentes.

1.3.2 Questionário

O questionário, instrumento bastante utilizado em atividades de pesquisa é definido por Gil (2010) como uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelos participantes. Basicamente, esse instrumento consiste em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos e são bastante úteis para obter informações acerca do objeto de estudo a partir do ponto de vista do pesquisado.

Marconi e Lakatos (1999) destacam que os questionários são instrumentos eficazes para coleta de dados tendo como vantagens a garantia do anonimato dos participantes, o que permite maior liberdade de expressão, a possibilidade de preparação prévia das questões e a obtenção das respostas pelos sujeitos de forma escrita. As mesmas autoras chamam a atenção ao fato de que a utilização desta técnica exige do pesquisador cuidado especial na elaboração das questões a fim de que elas possuam objetividade e intencionalidade bem delineadas para alcançar o resultado pretendido junto ao universo pesquisado.

Reconhecendo a pertinência do uso desse instrumento de coleta no estudo de caso para complementar as informações obtidas pela análise documental, associamos a este trabalho o uso do questionário, por meio do qual realizamos um levantamento de dados junto aos alunos ingressantes e concluintes do Curso Técnico em Agropecuária, além dos evadidos.

Na elaboração do roteiro das perguntas contemplamos as três categorias de questões conforme definição apresentada por Marconi e Lakatos (2010): questões abertas, fechadas e de múltipla escolha. Quanto às últimas, possuíam uma opção livre, oportunizando aos respondentes acrescentar outras respostas ou comentários que considerassem pertinentes e que não se encontrassem listados. Esse tipo de questão tem como objetivo não restringir as respostas dos participantes permitindo-lhes registrar outras percepções que não contempladas nas alternativas anteriores.

O questionário² foi estruturado em três blocos de questões. O primeiro bloco de questões abordou aspectos que permitissem traçar o perfil dos alunos participantes. O segundo bloco teve o objetivo de conhecer quais os motivos e de quem partiu a iniciativa de escolha pela formação técnica em agropecuária, levando em consideração o interesse pelo curso, a forma de ingresso, as expectativas e conhecimento da área agrícola. O terceiro bloco de questões foi direcionado apenas aos estudantes concluintes e evadidos, tendo em vista conhecer suas opiniões, percepções e posicionamentos frente ao curso.

Diante da dificuldade de contato presencial com os discentes evadidos do curso, optamos pela utilização do e-mail para estabelecer o contato com esses participantes. Dessa forma, foi criado um formulário eletrônico, com questões objetivas, diretas e de simples entendimento, cujo link foi enviado aos participantes para que pudessem acessá-lo e contribuir com a pesquisa.

Com o levantamento dessas informações, buscamos reunir elementos que nos possibilitassem elaborar o conhecimento sobre a realidade investigada neste estudo de caso e identificar os fatores que têm concorrido para sua manifestação.

1.3.2.1 Teste de validação de instrumento

Antes de aplicar o questionário para os alunos, realizamos um pré-teste do referido instrumento mediante aplicação a um grupo de 10 (dez) alunos maiores de 18 (dezoito) anos que concluíram o curso técnico em agropecuária em 2016.

Convém ressaltar que os resultados do teste de validação não foram utilizados, pois teve exclusivamente o intuito de verificar a clareza e objetividade do instrumento, desvendar pontos obscuros no momento da análise e realizar os ajustes necessários antes de sua aplicação. Segundo Gil (2010), o teste de validação é uma etapa pela qual os instrumentos de coleta de dados devem se submeter visando a garantia de que meçam, exatamente, o que pretendem medir.

Após esta avaliação, o instrumento foi considerado validado, uma vez que os estudantes não encontraram dificuldade em responder ao questionário.

1.4 Quanto aos sujeitos da pesquisa

Este trabalho de pesquisa foi desenvolvido com os estudantes regularmente matriculados no Curso Técnico em Agropecuária e também os evadidos do curso. O critério utilizado para escolha dos participantes da pesquisa se deu em virtude desses sujeitos encontrarem-se diretamente envolvidos com realidade que se pretende investigar e estarem em condições de responder as principais questões que compõem esta investigação.

² Para formulação do questionário utilizado neste estudo foram consultadas as dissertações de Donadel (2010) e Arantes (2011).

Os estudantes que compõem a amostragem foram divididos em três grupos. Integra o primeiro grupo 30 (trinta) estudantes ingressantes no ano de 2017 no curso técnico em agropecuária. Este grupo representa 50% do universo de estudantes da primeira série.

O segundo grupo, é composto pelos estudantes em fase de conclusão do curso no ano de 2017 e perfaz um total de 23 (vinte e três) estudantes, o que também corresponde a 50% do total desse grupo.

O terceiro grupo corresponde aos estudantes que evadiram do curso dentro do período estabelecido para o estudo, (2012 a 2016). O contato com os estudantes evadidos foram contatados via e-mail e convidados a participar da pesquisa por meio de preenchimento de um formulário eletrônico. No conteúdo da mensagem enviada a estes atores havia instruções gerais sobre a pesquisa e um link que disponibilizava o acesso ao questionário a ser preenchido e enviado em seguida.

Por meio de levantamento dos registros escolares da instituição foram identificados 39 (trinta e nove) evadidos, aos quais foram enviados e-mails. Deste total, 06 (seis) e-mails voltaram, devido à falta de atualização dos endereços e dos 33 (trinta e três) restantes, para minha frustração, obtivemos retorno de somente 12 (doze) formulários preenchidos, (31%), percentual que corresponde a perspectiva estabelecida por Marconi e Lakatos (2005) de que os questionários enviados para os entrevistados devem alcançar, em média, 25% de devolução.

Para permitir maior liberdade de expressão optamos por não revelar a identidade dos colaboradores envolvidos neste trabalho.

1.5 Coleta de Dados

A coleta das informações junto aos participantes foi realizada mediante aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob o processo nº 23268.010877/2017-98. De acordo com o Parecer do Comitê de Ética, os princípios que norteiam esta investigação encontra-se de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Os participantes receberam o roteiro, presencialmente ou por meio de e-mail, com as perguntas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) e, no caso de alunos menores de 18 anos, o Termo de Assentimento Livre Esclarecido (Anexo B). Os respondentes foram orientados que a participação na pesquisa tinha um caráter voluntário e sigilo assegurado, sendo-lhes facultado o direito de em qualquer momento desistir e retirar o seu consentimento sem prejuízo algum em sua relação com o pesquisador ou qualquer setor desta Instituição.

A aplicação do questionário foi realizada em momentos distintos. Primeiro, houve a aplicação do questionário direcionado aos alunos ingressantes no curso, (Apêndice A) no mês de abril de 2017. Esse questionário teve o intuito de identificar no momento da entrada as expectativas trazidas pelos estudantes em relação à formação técnica em agropecuária antes de se ambientarem na instituição e receber influência dos alunos de outras séries e cursos.

Em um segundo momento, ao final do período letivo de 2017, foi aplicado o questionário aos alunos em fase de conclusão do curso (Apêndice B) cujo roteiro possuía um bloco de questões específicas para estes participantes, tendo em vista conhecer suas opiniões e percepções sobre o curso, bem como coletar sugestões de melhorias para o curso.

O questionário endereçado aos evadidos foi estruturado e desenvolvido a partir do recurso do *Google Formulários* que disponibiliza variados recursos para a construção de questionário online e esteve aberto à participação no período que compreendeu os meses de abril a novembro de 2017 para coleta de informações.

1.6 Quanto à análise e interpretação dos dados

As informações obtidas neste estudo de caso por meio da análise documental e aplicação dos questionários foram submetidas a análise de conteúdo, tendo como referência a metodologia desenvolvida por Bardin (2009). A referenciada autora define que,

[..] enquanto método, a análise de conteúdo caracteriza-se como um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens desvelando o que está oculto no texto, conferindo sentido e significado mediante decodificação da mensagem.

A análise de conteúdo possui um campo muito vasto de aplicação, a comunicação podendo ser utilizado em pesquisas de natureza quantitativa ou qualitativa. Para uma maior coerência em sua aplicabilidade esse método organiza-se a partir de um roteiro constituído de fases distintas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Seguindo o roteiro apresentado por Bardin (2009), inicialmente procedemos o levantamento de documentos relacionados ao objeto e aos sujeitos da pesquisa, buscamos documentos legais pertinentes à educação profissional e selecionamos artigos e dissertações que versavam sobre retenção e evasão escolar, ou seja, documento que se mostraram adequados ao estudo. Ainda nesta fase, formulamos os objetivos da pesquisa e preparamos todo material.

Tendo cumprido a etapa anterior, seguimos para a exploração material. Desse modo, passamos à leitura completa dos mesmos buscando identificar diferentes aspectos envolvidos na questão investigada. Essa fase também envolveu a codificação e categorização dos dados com vistas a identificar as unidades de contexto nos documentos analisados e captar o sentido da comunicação dos participantes. Segundo Bardin (2009), a fase de exploração do material é considerada o ponto crucial da análise e também o processo mais longo.

Por fim, no tratamento dos dados, terceira fase do método da análise de conteúdo, evidenciamos por meio de percentagens, quadros, figuras e excertos das falas dos estudantes em resposta as questões abertas do questionário, aspectos importantes no tange a retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária. Os resultados foram analisados com base em perspectivas teóricas de autores que se dedicam ao estudo dessa problemática. A partir do tratamento e interpretação dos resultados, foi possível propor inferências e identificar problemas que necessitam de atenção da escola.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Entender o atual cenário dos elevados índices de retenção e evasão, na formação técnica em agropecuária exige que lancemos um olhar para a forma por meio da qual o ensino técnico agrícola se desenvolveu, buscando perceber em que medida as políticas implementadas desde o seu surgimento podem ter contribuído para o agravamento ou minimização desse quadro.

Assim, este capítulo encontra-se organizado em três seções estruturadas da seguinte forma: na primeira, apresentamos um breve histórico da educação do ensino profissional agrícola no Brasil destacando as transformações ocorridas ao longo de sua história.

Na segunda, descrevemos a trajetória percorrida pela instituição, locus deste estudo cuja história centenária se confunde com a do ensino agrícola no país.

Finalmente, na terceira seção caracterizamos o objeto da pesquisa ressaltando os seguintes aspectos: estrutura e organização curricular do curso técnico em agropecuária, forma de acesso e ingresso, estrutura física e instalações para execução das atividades, quantitativo de estudantes e perfil dos docentes.

2.1 Breve histórico do ensino agrícola no Brasil

Inicialmente, destacamos que os aspectos históricos do ensino técnico agrícola apresentados neste tópico encontram-se em consonância com a trajetória da educação profissional no Brasil, uma vez que é parte integrante desta modalidade de ensino.

A educação profissional no Brasil possui uma história que vem sendo construída há mais de cem de anos e tem sua origem na criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909. Desde então, vem passando por transformações, reconfigurações e incorporações institucionais (BRASIL, 2014). Embora esse ramo de ensino persiga um horizonte de formação integral e plena do trabalhador, é possível perceber as contradições existentes e as disputas de processos formativos distintos travados ao longo de sua história, de acordo com estudos sistematizados por Kuenzer (2002), Feitosa (2006), Medonça (2006) e Sobral (2009).

A partir dos estudos dos supracitados autores que se dedicaram a refletir sobre os diferentes seus momentos, configurações, desafios e sucessos organizamos e apresentamos, nesta seção, uma reconstrução histórica através dos principais fatos relativos à educação profissional e ao ensino agrícola, obedecendo a uma sequência cronológica.

A história do ensino agrícola do Brasil começa a se desenhar em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro, criando dezenove “Escolas de Aprendizes e Artífices” destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito voltadas para atender os filhos das classes proletárias, jovens em situações de risco social. Tais instituições estavam subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Mendonça (2006), esclarece que esse momento pode ser considerado ponto de partida para o ensino profissional agrícola, pois entre as escolas de Aprendizes e Artífices estavam os Aprendizados Agrícolas, importantes difusores do ensino agrícola como instrumento de poder material de caráter moral e assistencialista.

No ano seguinte, em 1910, surgiu o primeiro esforço de regulamentação do ensino agrícola, por meio do Decreto nº 8.319 que organizou este ramo de ensino em quatro níveis, a

saber: Ensino Agrícola Superior, Ensino Agrícola Médio, Aprendizes Agrícolas e Ensino Primário Agrícola (MEC/SEMTEC apud SOBRAL, 2009).

Em-1918 foram criados os Patronatos Agrícolas, por meio do Decreto nº 12.893. Tais instituições tinham o objetivo precípua o aproveitamento de menores abandonados ou sem meio de subsistência, para os quais eram ministrados os cursos primários profissionalizantes. Dessa forma, o ensino agrícola cumpria algumas funções importantes, como a de manter o homem no campo, gerar força de trabalho qualificada, aumentar a oferta de gêneros de alimentação básica, além de servir como meio correccional para seus alunos internos (FEITOSA, 2006).

No ano de 1930 foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública que absorveu à sua pasta o ensino técnico profissional, todavia, diferentemente dos demais cursos, a formação profissional voltada para o setor agrícola permaneceu vinculada à pasta do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Podemos observar deste modo uma exclusão do ensino agrícola dessa reforma.

Em 1937, registramos a promulgação de uma nova Constituição brasileira que oficializou, em seu art. 129, como dever do Estado a oferta do ensino profissionalizante destinado às “classes menos favorecidas”. Este fato nos permite entrever a concepção de que a educação profissional servia à formação da classe operária precipuamente.

Mediante a promulgação do Decreto-Lei nº 982 de 23 de dezembro de 1938 o ensino agrícola passa por outra regulamentação: a criação da Superintendência do Ensino Agrícola (SEA) que mais tarde teve sua denominação alterada para Superintendência do Ensino Agrícola Veterinário (SEAV). Tal órgão tinha como sua função orientar e controlar os estabelecimentos que ofertavam o ensino agrícola e veterinário em diferentes ramos e graus, cujos diplomas seriam por ela registrados e reconhecidos (MENDONÇA, 2006).

Seguindo a esteira do tempo, em 1941, entraram em vigor uma série de leis conhecidas como a Reforma Capanema que reorganizou os diferentes níveis e modalidades de ensino do país. Por força desta Reforma foi criado o curso médio de 2º ciclo com 3 (três) anos de duração com vistas a preparar as elites para o ensino superior. O ensino profissional também passou a ser considerado de nível médio, todavia manteve sua característica de terminalidade.

Tendo passado por sucessivas mudanças, em 1946, o ensino agrícola tem a sua primeira e efetiva regulamentação estabelecida através da criação do Decreto Lei nº 9.613, denominada Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Embora alguns autores tenham considerado essa lei como importante marco para a história do ensino agrícola, uma vez que o equiparou aos demais ramos do ensino profissional, baseado nessa nova organização, o ensino agrícola até o segundo grau estava destinado essencialmente a preparação profissional dos trabalhadores da agricultura (SOBRAL, 2009).

A partir da década de 1950, é possível observar algumas iniciativas para eliminar a dissociação entre educação propedêutica e a profissionalizante. No ano de 1950, a Lei nº 1.076 assegura aos concluintes do primeiro ciclo do ensino agrícola, industrial ou comercial o direito à matrícula nos cursos clássico e científico do ensino secundário, mediante prestação de exames nas disciplinas não estudadas no primeiro ciclo do curso secundário.

A seguir, em 12 de março de 1953 foi promulgada a Lei nº 1.821, conhecida como Lei da Equivalência, a qual permitia aos concluintes dos cursos técnicos profissionais (agrícola, industrial e comercial), a possibilidade de acesso aos estabelecimentos de ensino superior Feitosa (2006). Convém observar que tal equivalência não ocorreu de fato, visto que aos concluintes do ensino profissional só era possível continuar os estudos a nível superior caso fosse em área relacionada à obtida, ou seja, não poderia escolher o curso superior a cursar.

Somente com a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) (Lei nº 4024/61), foi que houve a equivalência material entre os ramos de ensino no sentido de permitir a continuidade de estudos em nível superior. No entanto, Kuenzer (2002)

discorda e defende que essa equivalência não superou a dualidade estrutural, pois continuaram a existir dois ramos distintos de ensino, para clientela distintas, voltados para necessidades bem definidas da divisão técnica e social do trabalho. Conserva-se assim a essência do princípio educativo tradicional.

Em 1966 foi introduzido no Brasil o sistema escola-fazenda. Segundo o Documento Final de (Re) Significação do Ensino Agrícola da Rede Federal (2009), tal sistema visava dar suporte ao ensino agrícola de grau médio. Baseado na concepção de educação técnica ancorada na relação de produção com fins empresariais trazia como lema “Aprender a fazer, fazer para aprender”. Assim, o ensino técnico agrícola proporcionava a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino aprendizagem tendo por finalidade conciliar educação, trabalho e produção.

Finalmente, em 1967, com a reforma administrativa dos Ministérios houve a transição de subordinação do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A SEAV, então órgão responsável pelo ensino Agrícola, foi absorvido pelo MEC através do Decreto nº 60.731/67 que alterou sua denominação para Diretoria de Ensino Agrícola (DEA) (SOBRAL, 2009).

O ano de 1969 introduziu o primeiro momento de debate aberto sobre ensino agrícola no país, quando a DEA levou a tese “O ensino agrícola e o desenvolvimento integrado do país” a 4ª Conferência Nacional de Educação, em São Paulo. Neste mesmo ano aconteceu a Criação do CENAFOR – Centro Nacional para Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional, que visava formar docentes para as disciplinas específicas dos cursos técnicos, realizar pesquisas e publicar material sobre formação profissional – Manual da Escola-Fazenda, que orientou a implantação da metodologia em toda a rede.

Como uma tentativa de acabar com a dualidade estrutural entre ensino propedêutico e ensino técnico profissionalizante, foi editada em 1971 a Lei nº 5.692 que transformou, de maneira compulsória, todo currículo de segundo grau em técnico-profissional com o objetivo de prepara para a vida mantendo o foco no trabalho. Na vigência desta lei, houve nova reorganização e revitalização do ensino agrícola com a edição de regras para seu funcionamento.

Em 1973 foi criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola, COAGRI, por meio do Decreto nº 72.434 com a responsabilidade de proporcionar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola do MEC. Segundo Sobral (2009), a criação da COAGRI representou um marco na história das Escolas Agrícola, pois possibilitou uma revitalização do ensino agropecuário.

O ano de 1982, flexibilizou a obrigatoriedade da profissionalização instituída pela Lei 5.692, através da Lei nº 7.044, e resgatou a possibilidade das escolas fazerem a opção entre a oferta de ensino propedêutico ou técnico-profissionalizante.

No ano de 1986, a COAGRI foi extinta passando, o ensino técnico agrícola, a ser subordinado à Secretaria de Ensino de 2º grau (SESG). Segundo Feitosa (2006), tal extinção é resultado de um novo processo de reestruturação que ocorreu na organização da produção. A partir daí, o ensino agrícola de nível médio passou a ser tratado no conjunto dos demais cursos técnicos, sem que houvesse espaço específico de coordenação dessa modalidade de ensino.

A década de 90 se inicia com a subordinação do ensino agrotécnico à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), órgão do Ministério da Educação ao qual competia estabelecer políticas, normas, diretrizes, bem como prestar assistência técnico-pedagógica às instituições que ofereciam a educação tecnológica, no âmbito de todos os sistemas de ensino. Posteriormente, essa Secretaria passou a ser a SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica. (SOBRAL, 2009).

Em 1994, foi criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, através da Lei nº 8.948. Essa medida visava transformar gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Chefes, por um processo que ficou reconhecido como Cefetização. Já em 1996, foi aprovada a LDBN (Lei nº 9.394/96), que dispôs sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.

No ano seguinte, assistimos à chamada reforma da educação profissional ocorrida por meio do Decreto 2.208/97, que regulamentou os artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96 (LDBN) referentes à educação profissional no país. De acordo com este decreto, o nível técnico profissional passou a ter organização curricular própria e independente do ensino médio, sendo possível sua oferta de forma sequencial ou concomitante a este. (Brasil, MEC, 1997). Dessa forma, é restabelecida a dualidade histórica característica deste ramo de ensino.

No final da década, em 1999, a implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica, (CEFETs) ocorreu definitivamente, com a retomada do processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFETs.

Em 2004, o Decreto nº 5.154/04 substituiu o Decreto nº 2.208/97 e introduziu a possibilidade de um ensino integrado entre ensino médio e ensino profissional, mantendo, contudo, a oferta da educação profissional de forma concomitante ou subsequente já estabelecida no decreto anterior.

No ano seguinte, 2005, com a publicação da Lei nº 11.195, foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e novas unidades de ensino, tanto de escolas técnicas como agrotécnicas foram implantadas, inclusive, em municípios afastados dos grandes centros urbanos.

No ano de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica por meio da publicação da Lei nº 11.892 que criou os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs), instituições pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes níveis e modalidades de ensino. Os Institutos Federais configuram como um marco importante para a educação profissional conferindo a essa modalidade de ensino o maior destaque no cenário brasileiro em toda a sua história nas diferentes áreas (BRASIL, 2007).

Conforme visto na revisão de literatura, verificamos que as reformas pelas quais a educação profissional e o ensino agrícola passaram ao longo do tempo demonstram que a escola tem um importante papel na formação da força de trabalho para os setores produtivos. Igualmente, percebemos que as políticas voltadas para esse ramo de ensino não privilegiam as necessidades e as demandas da classe trabalhadora, mas são desenvolvidas em conformidade com os interesses envolvidos nos diferentes contextos político e econômico de cada momento histórico do país.

Desse modo, as sucessivas reformas e orientações para a oferta e condução do ensino técnico profissional no Brasil dificultam a definição e o aprimoramento de um modelo que consiga de fato, cumprir o seu papel de promover a formação profissional e humana através de uma educação de qualidade em consonância com o anseio da sociedade.

Vale ressaltar que nos últimos dois anos, propostas e ações concretas do Governo Federal como a Emenda Constitucional nº 95, que congela e reduz os gastos sociais por 20 (vinte) anos, e a Lei nº 13.415/2017, que propõe a Reforma do Ensino Médio, sinalizam para retrocessos no sistema educacional brasileiro e, de forma indissociável, na educação profissional, repercutindo no direito ao acesso ao conhecimento por uma educação pública e de qualidade para muitos jovens.

2.2 Ensino agrícola no IFRJ-Campus Pinheiral: história e institucionalidades

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Pinheiral está localizado no município de Pinheiral, situado na região do Médio Vale Paraíba do Sul, conforme ilustrado na figura (Figura 01) abaixo.

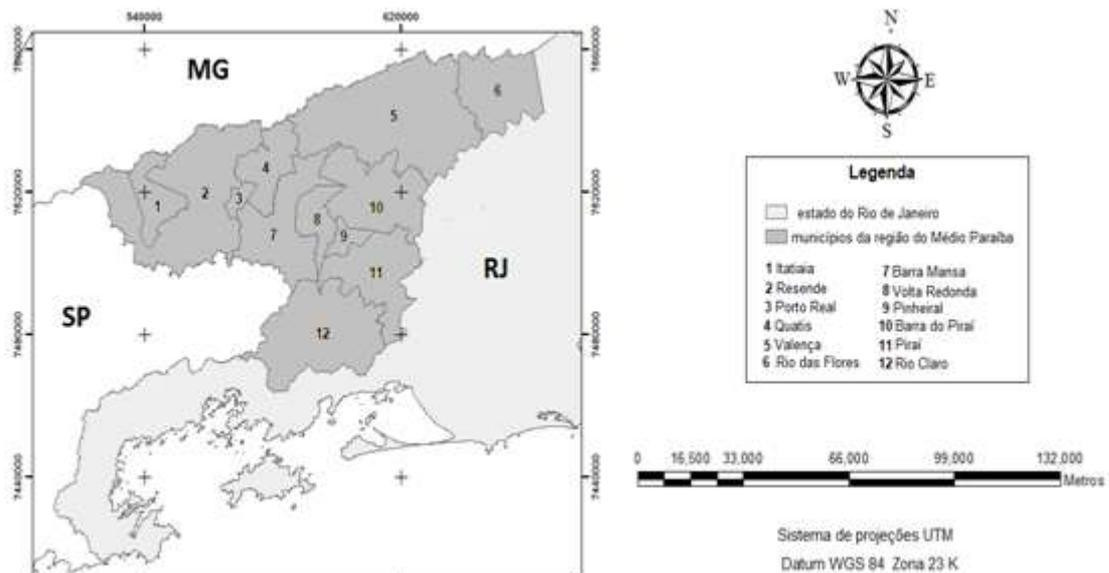


Figura 01 - Mapa da região do Médio Vale Paraíba do Sul

Fonte: Fonte: Direção de Ensino, IFRJ/Campus Pinheiral. Adaptado pela autora.

Situado em uma fazenda de 318 hectares, a instituição, lócus desta pesquisa, atualmente é uma dos 15 *Campi* que compõe o IFRJ, entretanto sua origem remonta ao início do século XX, sendo sua história marcada por diversas institucionalidades decorrentes das transformações políticas, econômicas e educacionais do país ocorridas ao longo de sua existência. Baseada em princípios institucionais coerentes com as finalidades da educação pública, gratuita e de qualidade, e em consonância com as potencialidades e necessidades das comunidades locais, destaca-se pela vocação agrícola e formação de técnicos em Agropecuária para toda região.

A escola, conforme documentos da própria instituição, iniciou suas atividades pedagógicas em 1909, por meio do Decreto nº 7.622 de 21 de outubro, com a criação pelo Ministério da Agricultura do Posto Zootécnico Federal (figura 02) instalado na sede da fazenda de Pinheiro³ para funcionar como estabelecimento de ensino de caráter essencialmente prático, divulgando aos seus alunos conhecimentos zootécnicos.

³ Fazenda cujas terras deu origem ao município de Pinheiral.



Figura 02 – Foto do Posto Zootécnico
Fonte: Arquivos da instituição

No ano seguinte (1910), foi criada a Escola Média de Agronomia e Veterinária de Pinheiro que formou sua primeira turma em 1914. Note-se que o curso técnico de agropecuária ainda não existia, mas os saberes ensinados pela instituição eram de caráter essencialmente agrícola.

Entre os anos de 1916 a 1918, o local onde hoje se localiza o colégio sediou a Escola Superior de Agricultura e Veterinária que posteriormente, por força do Decreto nº 12.894, de 28 de fevereiro, foi transferida para Niterói, sendo inaugurado no local o curso Complementar Patronato Agrícola através do Decreto nº 13.706. Tal instituição destinava-se à educação de menores desvalidos oferecendo os cursos primário e profissional, ou seja, os alunos cursavam ambas as modalidades de ensino. (BRASIL, 1918).

Definitivamente de forma regulamentar, o ensino agrícola passa a ser ofertado pela instituição com a transferência do Aprendizado Agrícola do Estado do Rio de Janeiro para a Vila de Pinheiro, onde funcionou a antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. O Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha tinha por finalidade cooperar na educação das populações rurais realizando cursos regulares e cursos supletivos de diferentes modalidades sobre Agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais.

Em 1947 a instituição mudou novamente sua institucionalidade por meio do Decreto nº 22.506 que alterou a denominação de estabelecimentos de ensino subordinados ao Ministério da Agricultura. A partir de então, o Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha passou a denominar-se Escola Agrícola Nilo Peçanha, oferecendo os cursos de Iniciação Agrícola e Mestría Agrícola que correspondiam o primeiro, às 1ª e 2ª series do curso Ginásial e o segundo, às 3ª e 4ª series do mesmo curso (SILVA, 2009b).

O ano de 1956 não trouxe mudanças estruturais importantes, apenas alterou a denominação da instituição que se transformou em Escola Agrotécnica Nilo Peçanha por meio do Decreto nº 40.260.

No período de 1958 a 1960 foi oferecido o Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica com a duração de um ano. Em 1959 registra-se a formação da primeira turma em Técnico Agrícola da instituição.

Com o decreto no 53.558 de 13 de fevereiro de 1964, tendo em vista o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, novamente houve mudança no nome de

instituição que passou a denominar-se Colégio Agrícola Nilo Peçanha, nome pelo qual as pessoas ainda hoje se referem ao colégio. Neste mesmo ano foi desativado o Posto Zootécnico (SILVA, 2009b).

Em 1968, o Decreto nº 62.178 de 25 de julho provê a transferência das instituições de ensino agrícola para Universidades, desta forma o Colégio Agrícola Nilo Peçanha passou a vincular-se administrativamente à Universidade Federal Fluminense (UFF).

No ano de 1971, pela Lei nº 5.692 de 11 de agosto, o Colégio Agrícola Nilo Peçanha passou a ofertar o curso Técnico em Agropecuária em nível de 2º grau com duração de 3 (três) anos. Desde então o curso é ofertado pela instituição até a presente data.

Em 1990, segundo a Lei nº 8.028, a escola ficou subordinada Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE) que posteriormente veio a ser a Secretaria de Educação Media e Tecnológica (Semtec), cuja finalidade era cuidar da Educação Media e Tecnológica no país, hoje Setec. (MEC/SEMTEC, 2009).

No ano de 2002, atenta às mudanças do mercado, a escola, inclui a oferta do primeiro curso em outra área profissional – o Curso Técnico em Meio Ambiente seriado em 3 (três) anos. Na sequência, em 2007 foi criado o Curso Técnico em Agroindústria Familiar noturno pelo Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

A partir de 2008, com a criação dos os Institutos Federais por força da Lei nº 11.892, o Colégio Agrícola Nilo Peçanha passou a integrar essa autarquia denominando-se juridicamente IFRJ – Campus Pinheiral.



Figura 03 – Foto da fachada do prédio administrativo Campus Pinheiral

Fonte: Arquivos da instituição.

O Campus Pinheiral oferece à população 04 (quatro) cursos técnicos integrados ao ensino médio: Técnico em Agropecuária, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Informática e Técnico em Agroindústria; 02 (dois) cursos técnicos concomitantes⁴ e/ou

⁴ Ensino concomitante, oferecido a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis, em instituições de ensino distintas, mediante convênios de interdisciplinaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

subsequentes⁵: Técnico em Administração e Técnico em Paisagismo e o curso Técnico em Agroindústria integrado na modalidade PROEJA. Oferece ainda, quatro cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD), dentro do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec Brasil) além do Curso de Licenciatura em Computação que recebeu sua primeira turma em 2017.

Revisitando sua trajetória de mais de um século de existência, percebemos que a instituição, a despeito dos momentos difíceis vividos pela educação profissional com avanços e retrocessos, resistiu às intempéries, buscando se adaptar à conjuntura e às necessidades de cada momento mantendo a vocação agrícola e a notoriedade na oferta de ensino de qualidade aos jovens de toda região.

Partindo dessa análise, o Campus Pinheiral encontra-se hoje de frente a novos desafios, entre os quais destacamos: transpor o momento de instabilidade política e econômica que afeta os sistemas educacionais e superar os problemas da retenção e evasão que tem comprometido o êxito e permanência de tantos alunos da rede federal.

2.3 A formação Técnica Agrícola do IFRJ - Campus Pinheiral: caracterizando o objeto da pesquisa

Conforme demonstrado no histórico da instituição, o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio é o pioneiro entre os demais cursos técnicos ofertado pelo Campus Pinheiral. Desde sua criação o curso passou por várias modificações em sua estrutura e organização, entretanto vem sendo ofertado de forma ininterrupta aos jovens dos municípios da região, seguindo legislação regulamentadora da profissão (Lei nº 5.524, de 05/11/1968; Decreto Federal nº 90.922 de 06/02/1985; Decreto Federal nº 4.560, de 30/12/2002).

A modalidade integrada ao ensino médio não foi sempre a forma de articulação adotada. Em 2011, por meio da última revisão e atualização de sua matriz curricular, voltou a ser ofertado na modalidade integrada ao ensino médio, conforme previsto no Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004 que introduziu a possibilidade de oferta do ensino profissional de forma integrada.

Em consonância com o Regulamento do Ensino Médio e Técnico do IFRJ (2015), a forma de ingresso de alunos no curso, ocorre por meio de exame de seleção organizado anualmente, de acordo com edital publicado para este fim. O processo de seletivo prevê ações afirmativas e inclusivas, de modo que, a classificação dos candidatos ocorre por meio de dois sistemas de vagas: o de Ampla Concorrência e o Sistema de Reserva de Vagas para estudantes de escolas públicas.

Ao inscrever-se para concorrer a uma vaga, o candidato indica qual o curso técnico pretende realizar, no entanto, essa informação é utilizada para fins meramente estatísticos e de controle interno da instituição, pois a prova aplicada aos candidatos é a mesma para todos os cursos ofertados nos diferentes *campi* do IFRJ e a escolha da formação técnica acontece, de fato, no ato da matrícula, por ordem de classificação dos candidatos e disponibilidade de vagas. Assim, os alunos classificados com melhor pontuação são os primeiros convocados e têm a oportunidade de escolher o curso de sua preferência, independentemente da opção assinalada no ato da inscrição. Àqueles que se classificam com médias mais baixas, a escolha se restringe à existência de vagas para o curso pretendido. Cabe observar que essa forma de ingresso contempla apenas a opção de ingresso na instituição e não a escolha de uma formação técnica específica.

⁵ Ensino subsequente, oferecido somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

O curso possui um quantitativo de aproximadamente 157 (cento e cinquenta e sete) alunos distribuídos entre 06 (seis) turmas em andamento, sendo 02 (duas) turmas de cada série. Os estudantes atendidos são oriundos de Pinheiral e de municípios circunvizinhos que integram a Região do Médio Paraíba do Sul.

O curso conta com estrutura física e instalações⁶ de boa qualidade para a plena condução do processo formativo dos estudantes proporcionando a vivência de situações práticas relacionadas aos conteúdos que compõe a matriz curricular.

Quanto à estrutura pedagógica, o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio encontra-se organizado em 3 (três) anos sequenciais, perfazendo uma carga horária total – disciplinas básicas mais disciplinas técnicas - de 3.618 (três mil e seiscentos e dezoito) horas, conforme podemos observar na tabela (Tabela 01) abaixo.

Tabela 01 – Componente curricular do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio

Áreas	Disciplinas da Base Nacional Comum	Atividade	1º Ano		2º Ano		3º Ano	
			A/S	CHA	A/S	CHA	A/S	CHA
Linguagem, Código e suas Tecnologias	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	T	4	108	4	108	4	108
	Arte	T	2	54				
	Educação Física	T/P	2	54	2	54	2	54
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	T	2	54	2	54	2	54
	História	T	2	54	2	54	2	54
	Sociologia	T	1	27	1	27	2	54
	Filosofia	T	1	27	1	27	2	54
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Química	T/P	4	108	2	54	2	54
	Biologia	T/P	4	108	2	54	2	54
	Matemática	T	4	108	4	108	4	108
	Física	T/P	2	54	2	54	2	54
Parte Diversificada	Inglês	T	2	54	2	54	2	54
Subtotal			30	810	24	648	26	702
Disciplinas da Formação Específica								
Agricultura e Agroecologia		T/P	4	108				
Informática Básica		T/P	2	54				
Infraestrutura Rural I		T/P	4	54				
Produção Animal I		T/P	4	54				
Produção Vegetal I		T/P	2	27				

⁶ São 17 salas de aula, 2 laboratórios multidisciplinares, 1 laboratório de microscopia/microbiologia, 01 laboratório de biologia geral, 4 laboratórios de informática, 01 laboratório de administração, 01 laboratório de anatomia animal e zoologia e anatomia vegetal, laboratórios agropecuários (agroindústria, apicultura, irrigação, piscicultura, avicultura de corte, cotornicultura, bovino cultura de leite, bovinocultura de corte, cunicultura, equinocultura, mecanização, olericultura, suinocultura, reflorestamento, fruticultura, culturas anuais, viveiro de mudas, ração), biblioteca, quadra poliesportiva coberta, quadra poliesportiva descoberta, campo de futebol, academia, setor de saúde, estação meteorológica, escritório refeitório e alojamento masculino. Além desses espaços, a escola ainda dispõe de 16 laboratórios de práticas profissionais, 1 estação de tratamento de água.

Zootecnia	T	2	27				
Agricultura Geral	T/P			2	54		
Gestão Ambiental Aplicada a Produção Agropecuária	T			2	54		
Infraestrutura Rural II	T/P			4	108		
Produção Animal II	T/P			4	108		
Produção Vegetal II	T/P			4	108		
Administração Rural	T					4	108
Agroindústria	T/P					4	108
Extensão Rural e Associativismo	T/P					2	54
Produção Animal III	T/P					6	162
Produção Vegetal III	T/P					4	108
Subtotal		18	486	16	432	20	540
CH Total das Disciplinas da Base Nacional Comum					2.160 horas		
CH Total das Disciplinas da Formação Específica					1.458 horas		
Carga Horária Total do Curso					3.618 horas		
Estágio Curricular Supervisionado (Obrigatório)					240 horas		
Disciplinas Optativas / Espanhol					81 horas		

Legenda: 1- T= atividades teóricas; P= atividades práticas. 2 - Hora-aula = 45 minutos. 3 - 36 semanas

As aulas, teóricas e práticas possuem a duração de 45 minutos cada uma e são ministradas em horário integral, manhã e tarde em diferentes ambientes destinados a prática pedagógica. Para a conclusão do curso os discentes precisam cumprir 240 (duzentas e quarenta) horas de Estágio Supervisionado nos laboratórios do próprio Campus ou em instituições da região que desenvolvam atividades na área de agropecuária cadastradas junto à Coordenação de Integração Escola Empresa (CoIEE).

Para fins de avaliação do processo ensino aprendizagem, o ano letivo é dividido em 4 (quatro) bimestres, sendo necessário para aprovação obter média igual ou maior a 6 (seis) pontos em todos os componentes curriculares previstos para aquela série e frequência mínima obrigatória é de 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas dadas em todas as disciplinas. As avaliações são compostas por instrumentos distintos e devem contemplar diferentes formas de conhecimento teóricos e práticos. Caso o aluno não alcance a média mínima, é garantido o direito a recuperação de conteúdo conjuntamente a nova avaliação.

No que tange ao perfil do corpo docente, o curso conta com 42 (quarenta e dois) professores efetivos, sendo 29 (vinte e nove) das disciplinas básicas do Ensino Médio e 13 (treze) professores das disciplinas específicas - número satisfatório para o atendimento da carga-horária e de outras demandas relativas ao curso.

Tabela 02 – Nível de qualificação dos docentes que atuam no curso

Disciplinas	Nível /Titulação	Nº de docentes	Percentual de docentes
Disciplinas Básicas	Graduação	01	2,4%
	Mestrado	15	35,7%
	Doutorado	13	31%
Disciplinas Técnicas	Graduação	0	0%
	Mestrado	07	16,6%
	Doutorado	06	14,3%
Total		42	100%

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas. IFRJ/Campus Pinheiral.

De acordo com dados organizados na tabela (Tabela 02), observamos que os professores possuem, em regra, excelente nível de qualificação. Embora nos processos seletivos para professores de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) seja exigido como perfil apenas a graduação com habilitação em área afim, a grande maioria dos docentes que atuam no curso técnico em agropecuária possuem pós-graduação, sendo 51% (cinquenta e um por cento) em nível de Mestrado e 45% (quarenta e cinco por cento) no nível de Doutorado. Em face de tal cenário, inferimos que a política de qualificação docente do IFRJ com planos de cargos e salários funciona como incentivo para a formação continuada de seus servidores. Com isso, espera-se que os alunos tenham acesso a um ensino de excelência com profissionais aptos a conduzirem com eficiência o processo ensino aprendizagem.

Com relação a formação dos docentes: Licenciatura ou Bacharelado. O gráfico 01 revela a seguinte situação.

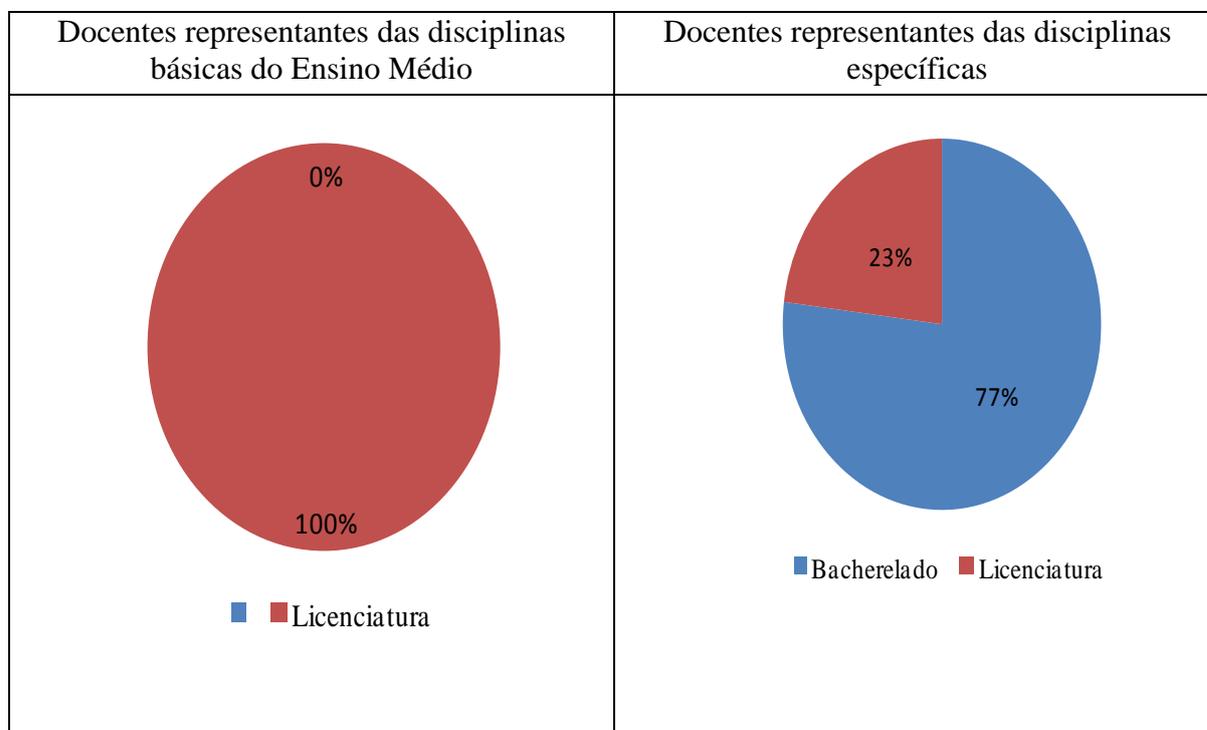


Gráfico 01 - Formação dos docentes do curso

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas. IFRJ/Campus Pinheiral.

Entre os professores da área específica do curso, 77% (setenta e sete) possuem licenciatura e 23% (vinte e três por cento) atuam no magistério sem ter realizado a formação

pedagógica durante a graduação. Uma observação cabível é que nos Institutos Federais a licenciatura se tornou exigência somente a partir de 2015. A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, além de criar essa exigência estabeleceu o ano de 2020 como meta, inclusive para os professores em exercício, para realizar a complementação pedagógica de forma a atender tal requisito. No IFRJ, para atender tal demanda foi criada uma comissão interna com o objetivo de implementar na instituição o curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica com vistas a promover a formação de todos os professores para a atividade docente a partir de 2019.

Com base nessa caracterização do objeto da pesquisa, percebemos que o curso técnico em agropecuária possui estrutura física privilegiada para sua execução, assim como recursos humanos de excelência para formação dos estudantes. No entanto, apesar de todas as condições favoráveis e da expertise da instituição no ensino profissional agrícola, os casos de retenção e evasão escolar tem suscitado indagações sobre a condução dessa formação técnica e sobre os prováveis motivos para recorrência de tais fenômenos.

Desse modo, no próximo capítulo, propusemo-nos a tratar dessa temática, haja vista que os fenômenos da retenção e evasão têm se constituído em verdadeiros obstáculos durante a trajetória de grande número de estudantes, a exemplo do tem ocorrido na formação técnica em agropecuária no IFRJ-Campus Pinheiral.

3 CAPÍTULO 3

RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA

Nesta seção, discorreremos acerca da retenção e da evasão escolar, tendo em vista conhecer esse complexo universo, sobretudo, na educação técnica profissional agrícola de nível médio. Assim, abordaremos as concepções de diferentes autores a respeito da evasão e retenção escolar, após, conheceremos suas possíveis causas e a relação entre os dois fenômenos para, então, conhecermos o que os autores apontam como causas específicas que condicionam sua manifestação no ensino profissional agrícola de nível médio, considerando que o objeto deste trabalho se insere nesse recorte. Ainda que sem a pretensão de explorarmos de forma mais profunda as concepções apresentadas por estes estudiosos, tal revisão nos servirá de aporte teórico para embasar as discussões e a análise dos dados resultantes da pesquisa.

3.1 Caracterização dos fenômenos da evasão e retenção escolares: causas e consequências

A retenção e a evasão escolar são fenômenos que nos últimos anos, ganharam foco nos debates e tem se configurado como objeto de estudo de diferentes pesquisadores sobre o tema, haja vista os elevados índices que estes problemas insistem em se manifestar nos sistemas de ensino em diferentes níveis e modalidades.

Os fatores que contribuem para que um jovem abandone a escola podem ser de diversas ordens, investigar suas causas constitui um importante elemento para tentar evita-lo, ou seja, uma ferramenta útil para a prevenção.

Estudos sintetizados no Relatório Técnico sobre o tema, Ferreira, Felix e Perdigão (2015) indicam que o insucesso durante o percurso escolar pode ser caracterizado de diferentes formas, entre elas a retenção e evasão escolar. Uma pela não conclusão do ciclo de estudo: evasão e outra pela retenção durante um ou mais anos na mesma série ao longo do percurso escolar: retenção. Aqui vale mencionar o alerta dado por Dore e Lushcer (2011) sobre a heterogeneidade de entendimentos e formas de caracterizar o insucesso escolar, que nem sempre dialogam entre si e pode gerar ambiguidade na compreensão desse fenômeno. Entretendo, conhecer as diferentes concepções adotadas pelos autores para abordar o assunto contribui para um melhor entendimento e diagnóstico do problema.

Em seus estudos, Patto (1999, apud ALVES, 2011) entende que a retenção seria o aprendizado fora do tempo previsto e a evasão o abandono da instituição. A autora ainda identifica que os fenômenos, na verdade, possuem estreita relação entre si, pois a evasão seria resultado do processo de sucesso ou insucesso escolar do aluno expresso por sua aprovação ou reprovação ao final da etapa formativa. Dore e Lushcer (2011), alertam que essa relação explica os indicadores de evasão escolar serem mais altos entre os alunos que já repetiram alguma série do que entre aqueles que nunca reprovaram. De igual modo, os cursos que apresentam altos índices de evasão são, geralmente, os que apresentaram maior número de

retenção de alunos e, sobretudo, nas primeiras séries. Sobre o assunto vale trazer a fala das autoras:

As baixas performances escolares (reprovações, repetência) estão na origem do processo de abandono, cujas sucessivas etapas envolvem: o baixo desempenho escolar, que incide negativamente sobre a autoestima do estudante e o enfraquecimento dos laços com a escola, que representa o aspecto defensivo da relação que se instaura entre o estudante e a instituição escolar (DORE & LUSCHER, 2011, p. 12).

Charlot (2000), caracteriza a retenção e o abandono escolar como situações de insucesso vivenciadas por alguns alunos em determinado momento de sua trajetória de escolarização. Para ele, tais fenômenos podem ser entendidos como o resultado da relação que o aluno estabelece com o saber e com o aprender, dessa forma identificamos na teoria apresentada por este autor que a questão deve ser analisada, não como um objeto em si, mas a partir das histórias escolares de insucesso dos estudantes. O autor chama a atenção para o fato de que é preciso não confundir “fracasso escolar” com discentes em situação de fracasso escolar. Ele alerta que esta diferenciação é importante, tendo em vista a visão estreita de que responsabilidade pelo insucesso durante a trajetória escolar é exclusivamente do aluno.

Para Abramovay e Castro (2003) a evasão, em alguns casos, constitui-se como estratégia quando a retenção incidu sobre o aluno de forma repetida. Ora, como já passou por essa experiência anteriormente e sabe das frustrações e dificuldades de enfrentá-la perante amigos e família, decide deixar a escola para evitar o constrangimento de passar por essa experiência novamente. Ou ainda, por estar diante de inevitável reprovação, com ou sem o apoio da família, faz a opção de deixar a escola à passar por essa situação. A essa estratégia as autoras denominam evasão branca.

Ferreira, Felix e Perdigão (2015) corroboram que a evasão escolar é consequência da opção antecipada do aluno que não se considera capaz de transpor as dificuldades com as quais se depara em sua trajetória escolar, desinvestindo assim de qualquer esforço para o êxito. Vê-se, que no caso da evasão, a retenção seria um dos fatores envolvidos nessa decisão além do sentimento de incapacidade do aluno diante das suas dificuldades, mas existem outros elementos importantes que ultrapassam a questão das circunstâncias de seu percurso escolar e contribuem para a manifestação desses fenômenos, isto é, conhecer as causas que conduzem o estudante ao fracasso e a não permanência na escola é o caminho para se pensar em intervenções pedagógicas e políticas educacionais para solucionar o problema.

Aliás, esse é um alerta trazido por Perrenoud (2000). Para ele, o fracasso⁷ escolar é uma realidade produzida e que se expressa diferentemente no campo ideológico, político ou pedagógico. O autor tece uma crítica à visão que considera natural o fracasso escolar como sendo uma simples dificuldade de aprendizagem ou de falta de conhecimentos e de competência do estudante.

Essa visão, que, “naturaliza” o fracasso, impede a compreensão de que ele resulta de formas e de normas de excelência instituídas pela escola, cuja execução local revela algumas arbitrariedades, entre as quais a definição do nível de exigência, do qual depende o limiar que separa aqueles que têm êxito daqueles que não têm. (PERRENOUD, 2000, p.18).

Tal constatação do autor alerta para a necessidade de exame aprofundado das questões que concorrem para o fracasso escolar, acima de tudo, no seio das escolas - lócus do processo educativo.

⁷ O uso do termo fracasso escolar apareceu por ser desta forma que o autor se refere àqueles que não têm êxito na trajetória escolar.

Essa compreensão é vital para o estudo do tema da retenção e evasão escolares uma vez que rejeita a ideia de aceitá-los como algo comum e inerente ao processo formativo. Reduzir tal fenômeno exclusivamente à mera inabilidade técnica ou à circunstância inerente ao processo formativo de alguns estudantes é desviar o foco das causas sistêmicas e institucionais envolvidas nesse problema, dificultando a sua compreensão. De fato, trata-se de um problema complexo que merece uma investigação mais aprofundada, sobretudo na escola, não obstante a existência de fatos sociais e pessoais que também exercem influência.

Dore e Luscher (2011) afirmam que a retenção e evasão tem natureza multiforme e confirmam que, se por um lado existem fatores internos à escola (contexto institucional/social) que interferem na trajetória escolar, por outro lado, existem também os fatores externos à escola (contexto individual) que influenciam nesse processo escolar do estudante e que em alguma medida conduzem o aluno ao insucesso escolar.

Apesar de não ser o principal foco deste trabalho, mas possuir relação com ele, importa mencionar os fatores individuais para a ocorrência da retenção e evasão escolares. Dentro da perspectiva individual, o contexto onde vive, ou seja, a convivência com o grupo de amigos e comunidade de origem desse estudante exercem influência no insucesso escolar, pois alunos oriundos de bairros e comunidades mais pobres, tem taxas elevadas de retenção e evasão (RUMBERGER, 2011, apud FIGUEIREDO e SALLES, 2017).

Esclareça-se que os autores apontam também como fatores, o comportamento do aluno, suas atitudes perante os compromissos assumidos na escola, dimensões psicológicas e cognitivas e o meio familiar. Nesse caso, devem ser considerados: o nível educacional dos pais, a renda familiar e a estrutura da família, isto é, a qualidade da relação estabelecida entre o estudante e seus pais constitui-se assim em fator determinante na decisão do aluno deixar ou não a escola. Ocorre que para a pesquisa interessa conhecer as causas dentro da escola já que é em relação a esses fatores que a instituição possui autonomia para intervir através de proposição de ações e medidas para corrigir as distorções buscando assegurar a permanência e êxito dos alunos.

Com base em Dore e Luscher (2011), dentro do contexto institucional, entre as prováveis circunstâncias relacionadas a evasão ou a permanência do aluno, temos o perfil do corpo docente, os recursos da instituição, as características estruturais da escola e as práticas pedagógicas. Cada um desses aspectos traz consigo desdobramentos que ao interagir no interior das instituições criam um contexto que poderá culminar no êxito ou no fracasso escolar dos estudantes.

Outro fator que toca no assunto do insucesso escolar, retenção e evasão, e merece menção refere-se às razões/formas de ingresso na instituição e/ou curso. Muitos jovens vivenciam experiências de insucesso escolar devido à insatisfação ou desinteresse que nutrem em relação ao ambiente escolar ou ao curso em que se encontram matriculados, pois estes não traduzem seu seus anseios, mas a de terceiros que influenciaram sua decisão ou mesmo impuseram-na. Essa situação colide com a perspectiva de que a escolha do curso e ou escola é precisamente um processo fundamental de construção da autonomia e de uma identidade que, mesmo provisoriamente, se projeta num futuro profissional (VIEIRA, NUNES E PAPPÁMIKAIL, 2012 apud NASCIMENTO, 2015).

Esse desajuste de vontade pode ser percebido por determinados comportamentos dos estudantes como, por exemplo: o desinteresse em sala de aula, a indisciplina, a falta de comprometimento com o curso, as faltas e os atrasos. Tais comportamentos são na verdade indícios de uma desvinculação com a escola, isto é, um processo de retenção ou abandono em curso. Em relação a este último, apesar de não ser um fator exclusivamente institucional, entendemos que no caso de instituições que possuem processo seletivo, é possível o seu enquadramento neste grupo.

Ainda no que tange aos fatores institucionais, Charlot (2000) analisa o fenômeno sob o ponto de vista das relações sociais, pois a experiência escolar é dada ao educando como uma relação consigo e uma relação com o outro (colegas e professores). Esse outro é aquele que ajuda a aprender, aquele que eu admiro ou detesto. Dessa forma, o autor conclui que a relação com o saber não deixa de ser uma relação social.

Para que essa relação social seja bem sucedida é preciso que o estudante perceba que o que está sendo ensinado tem relação com ele e com suas ideias, é preciso que o professor negocie significados criando oportunidades para que o educando reconheça o novo saber como algo importante. A esse trabalho Charlot (2000) denomina mobilização, que segundo ele é o movimento que incide sobre o ato de aprender. Então, o insucesso ou sucesso escolar depende do desejo e do envolvimento do estudante com o processo de ensino aprendizagem. Daí a importância de se compreender como o sujeito categoriza as informações recebidas, de que forma organiza seu mundo, como ressignifica a sua experiência, sobretudo sua experiência no contexto escolar.

Nesse processo, o papel do professor assume função importante, visto que o saber é construído conjuntamente entre professor e aluno. Sendo assim, o professor e sua prática pedagógica podem contribuir tanto para o insucesso como para a permanência e êxito do educando.

Sobre as consequências para o estudante, os autores são unânimes em reconhecer que o baixo desempenho na escola, como sucessivas reprovações e repetência geram sentimentos de frustração e incapacidade. Patto (2008) enfatiza que a retenção e a evasão são fenômenos que marcam de maneira significativa a trajetória do estudante, provocando diminuição da sua autonomia, enfraquecendo os vínculos com a escola e refletindo de forma negativa na sua autoestima. O aluno sente-se envergonhado por não ter conseguido acompanhar sua turma. Mesmo quando decide tentar novamente, refazendo o mesmo percurso formativo do ano anterior, a sensação de insucesso gera uma depreciação no modo como o jovem percebe a si mesmo como estudante, o que reflete nas relações que estabelece com colegas, professores e, até mesmo, com a instituição escolar.

Rebelo (2009) inclui a família, pois ao ingressar em uma escola ou curso, o estudante traz consigo os anseios pessoais e também expectativas de seu grupo social, familiar de que sua trajetória escolar será o caminho para a realização dos sonhos de um futuro melhor pessoal e profissionalmente. O autor também destaca que o fato de não ter obtido êxito nos estudos enfraquece o vínculo entre escola e aluno. Os sentimentos de fracasso e de vergonha interferem negativamente no processo de construção da aprendizagem e no desenvolvimento de comportamento equilibrado dos estudantes. Note-se que estes fenômenos repercutem na vida do aluno tanto no aspecto escolar como profissional e pessoal.

Dependendo do nível ou modalidade educacionais onde ocorra, a evasão apresenta motivação e característica próprias, diferindo significativamente. Os motivos que levam um estudante do ensino fundamental a abandonar seus estudos diferem amplamente daqueles que motivam o estudante no nível superior de ensino ou ensino profissional, por exemplo (DORE e LUSCHER, 2011). No contexto deste trabalho, interessa-nos explicitar as formas como o fracasso dos estudantes é produzido dentro do espaço escolar, fazendo com que os alunos não consigam acompanhar o ensino que lhes é dispensado, especialmente no ensino profissional agrícola e descobrir se os fatores aqui levantados se repetem ou se existem fatores diferentes. Assim, a partir de agora o trabalho se dedicará a estudar os fatores institucionais que condicionam a manifestação dos fenômenos em análise dentro do ensino profissional agrícola.

3.2 Evasão e retenção escolar no ensino profissional agrícola

No tocante a identificação dos múltiplos fatores de evasão na educação profissional no Brasil, a maior dificuldade encontra-se na falta informações sobre o assunto tanto a nível teórico quanto empírico. A necessidade de estudos nessa área se mostra ainda mais premente, visto que se considera que tais dados são importantes para o diagnóstico desse problema e construção de indicadores adequados à sua investigação no âmbito dos cursos técnicos de nível médio. Um número expressivo das pesquisas que versam sobre o fracasso escolar reportam-se ao fracasso escolar na educação básica (ensino fundamental e médio) e tratam da retenção e da evasão de forma indistinta, o que faz com que o tema tratado perca a especificidade necessária para sua plena compreensão (DORE; LUSCHER, 2011).

Especialmente ao que se refere a dados estatísticos dos alunos da educação profissional, constatamos que no Censo Escolar da educação básica e profissional realizado anualmente pelo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o campo referente às informações sobre o ensino técnico não são de preenchimento obrigatório, e portanto não são devidamente sistematizados, alijando esse ramo de ensino dessas informações de cunho estatístico, o que dificulta ainda mais o diagnóstico acerca da retenção e evasão.

Entretanto, por meio de auditoria realizada pelo (TCU), entre o período de abril de 2011 e março de 2012, é possível entrevermos como os fenômenos vêm se manifestando nos cursos técnicos ofertados pelos Institutos Federais. O resultado desse trabalho verificou que na educação profissionalizante da rede federal as taxas de conclusão são muito baixas nos cursos dessa modalidade de ensino. Os dados informam que nos cursos técnicos profissionais de nível médio na modalidade integrada ao ensino médio apenas 46,8% (quarenta e seis vírgula oito por cento) dos alunos conseguem concluí-lo no tempo previsto. O índice destoa da meta de 90% (noventa por cento) para a taxa de conclusão prevista no Plano Nacional de Educação 2011-2020. (TCU, 2012).

Além disso, o relatório também aponta para o significativo número de alunos “em curso”, sugerindo que devem ser analisados os padrões de retenção ou atraso estudantil vivenciado pelos alunos. Ainda apresentam a premissa de que alunos com maior nível de atraso e histórico de reprovações/retenção escolar são mais propensos a evadir, caso não seja feita nenhuma intervenção pedagógica. Em todos os cursos técnicos analisados, durante os trabalhos da auditoria foi verificado que, de forma geral, os alunos apresentavam histórico de um ou mais anos de retenção do decorrer da formação profissional. No que tange aos empecilhos para permanência nos cursos técnicos, os auditores catalogaram déficit educacional decorrente da formação recebida nas séries iniciais, situação socioeconômica das famílias dos estudantes, fatores institucionais relativos ao currículo, metodologia dos professores, alto nível de exigência dos cursos e procura pelo instituto pela qualidade do ensino com objetivo de ascender ao nível superior.

Outrossim, quando nos propomos a refletir sobre o insucesso escolar na educação profissional temos que destacar a dualidade histórica de objetivos presente entre ensino propedêutico e ensino profissional, que é característica marcante nessa modalidade de ensino (como vimos anteriormente no histórico do ensino profissional).

Assim, Dore e Lushcer (2011) observam que a organização e os objetivos estabelecidos para este ramo de ensino tendem, por vezes, para o ensino propedêutico visando à continuidade de estudos a nível superior ou tendem, outras vezes, para a profissionalização com foco no mercado de trabalho. Nesse movimento pendular entre as tendências, revezaram-se propostas de articulação da formação geral com formação técnica, todavia ainda não foi registrada a superação da não integração entre ensino médio e ensino técnico. Vale enfatizar que essa dualidade presente nesse nível de ensino vai de encontro às tendências atuais que

orientam as relações de trabalho e os novos paradigmas educacionais que preconizam a substituição do modelo de formação profissional com foco na especialização e no ensino de forma fragmentada já ultrapassados, por um modelo baseado na formação integral de base científica e tecnológica para todos os estudantes e trabalhadores.

Nogueira (2009) salienta que a história da educação no Brasil registra experimentos, geralmente, antagônicos no campo da inter-relação do que hoje denomina-se Ensino Médio com a Educação Profissional, fruto de concepções distintas de um ou outro grupo de interesses sobre sua forma de organização e finalidades. Constatamos ao longo da história que essa descontinuidade tem um impacto negativo na formação de milhares de jovens, pois as mudanças constantes não permitem uma avaliação e aprimoramento dos currículos e das práticas pedagógicas que impossibilitam a promoção integral que atenda aos anseios da sociedade.

Além disso, a falta de integração entre o ensino geral e profissional representa fator relevante para a manifestação dos fenômenos da evasão e retenção escolares. O outro aspecto importante presente no contexto da educação profissional é a existência de gargalos no fluxo escolar do ensino fundamental ao médio. Corroborando com os achados na auditoria realizada pelo TCU (2012), Dore Sales e Castro (2014) enfatizam que as políticas recentes de expansão e reorganização da educação profissional no Brasil têm suscitado a necessidade de examinar algumas questões pouco aprofundadas, subjacentes à nova configuração dessa modalidade educacional, entre elas, a deficiência dos alunos oriundos da educação básica de rede pública, que, com a expansão da Rede Federal conseguiriam ingressar em maior número nessas instituições. Aqueles alunos que, conquanto todas as dificuldades encontradas, conseguem passar pelo filtro do processo seletivo e se matricular em curso técnico profissional de nível médio, precisam ainda enfrentar o desafio de superar as lacunas de seu processo formativo anterior, que dificultam a sua permanência nestas instituições de ensino.

A política de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional empreendida pelo governo, na primeira década do século XXI, propiciou a um número significativo de jovens novas oportunidades de acesso à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho. Se por um lado este processo de expansão caracterizou um maior grau de democratização da educação profissional com ampliação do quantitativo de vagas e enorme crescimento do número de matrículas em todo território brasileiro, por outro, o grande contingente de ingressantes, cada vez mais heterogêneo, fez com que o problema da retenção e evasão se manifestasse de forma mais incisiva. Tal realidade evidenciou que a experiência desse novo modelo de educação profissional é merecedora de uma discussão mais detalhada. Os expressivos indicadores de retenção e abandono escolar com os quais se deparam os Institutos Federais apontam que não basta aumentar as vagas e garantir o acesso à educação, mas também é necessária a adoção de ações que assegurem a efetiva permanência do aluno e sua saída com sucesso da instituição.

Conforme apontado no relatório do TCU (2012), a baixa qualidade do Ensino Fundamental e a existência de gargalos no fluxo escolar nessa etapa de formação constitui-se um fator potencial a ser considerado na análise do fracasso escolar dos estudantes na educação profissional. O ensino de excelência oferecido pela Rede Federal, se constitui em atrativo para tantos jovens que almejam ingressar nesse sistema de ensino. Em contrapartida, exige que os estudantes tenham domínio de conteúdos básicos trabalhados na etapa anterior, pré-requisitos que são elementos essenciais para avançar com êxito na formação técnica escolhida.

Corroborando essa fala, Matias (2003) ao pesquisar a questão do acesso, permanência e evasão escolar dos cursos técnicos de nível médio no CEFET- AM chama atenção para a questão da seletividade presente no cotidiano dessa instituição de ensino como um elemento que proporciona o insucesso escolar e abandono do curso pelo aluno. Em suas reflexões, a

autora concluiu que a escola por meio da rigidez de seus programas curriculares e práticas pedagógicas associadas a estruturas tradicionais, desconsidera a realidade do aluno ocasionando um distanciamento, difícil de ser superado, entre o saber reconhecido na escola e trazido pelo aluno. A adoção de tais práticas não tem favorecido as condições necessárias ao êxito e permanência no ensino profissional.

A realidade das escolas agrotécnicas e técnicas de vocação agrícola da Rede Federal, é tratada nos trabalhos de Machado (2009), Narciso (2015) e Nascimento (2016) importantes contribuições acerca do problema da retenção e evasão. Por meio de pesquisas efetivadas no seio de diferentes instituições, as pesquisadoras identificaram algumas variáveis que cooperaram para a retenção e evasão nos Cursos Técnicos em Agropecuária, nos respectivos estabelecimentos de ensino, conforme descrito na tabela (Tabela 03) abaixo.

Tabela 03 - Pesquisas sobre retenção e evasão no ensino agrícola

Autora	Lócus da Pesquisa	Variáveis
Machado (2009)	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – Minas Gerais	Dificuldades no processo ensino aprendizagem; Processos avaliativos; Extensa carga horária do curso; Dinamicidade das atividades demandadas pela escola para realização do curso.
Narciso (2015)	Campus Arinos – (IFNMG) Instituto Federal Norte de Minas Gerais	Dificuldades nas disciplinas técnicas e exatas; Baixo desempenho e reprovação; Problemas institucionais: gestão, currículo; Atividades fora do IFNMG.
Nascimento (2016)	Campus Planaltina – (IFB) Instituto Federal de Brasília	Falta de conhecimentos prévios para acompanhar o curso; Dificuldade em atender as exigências do curso; Excesso de carga horária; Currículo com disciplina e conteúdo isolados.

A tabela 3 evidencia a dificuldade no processo ensino aprendizagem como um fator comum nos resultados apresentados pelas diferentes pesquisas. Analisando os dados da investigação, foi constatado que a dificuldade dos alunos em assimilar e dominar os

conteúdos trabalhados na escola, distantes de tudo que já aprenderam, faz com que eles fracassem no Curso Técnico em Agropecuária, seja pela retenção, na mesma série ano após ano, ou pela não permanência na escola. De igual modo, a falta de conhecimentos prévios para acompanhar os estudos e a baixa qualidade do ensino fundamental foram apontados como entraves para obter um bom desempenho, ou seja, atender as exigências do curso.

Segundo Narciso (2015) e Nascimento (2016), outra variável que colabora para a retenção e evasão é a extensa carga horária a ser cumprida pelos estudantes, acrescida das atividades extraclasse. As autoras identificaram que o excesso de atividades sobrecarregam os alunos gerando frustração e desmotivação pelo fato de não conseguirem cumprir todas as atividades teóricas e práticas que são propostas durante as aulas.

Além disso, o currículo é outro ponto relevante, uma vez que a forma de organização dos componentes curriculares de forma fragmentada com uma separação clara dos conteúdos entre ensino profissional e propedêutico comprometeu o diálogo entre teoria e prática, ciência e formação profissional. Dessa forma, essa fragmentação dos saberes no âmbito escolar foi percebida como mais um fator que prejudicou o processo de ensino e aprendizagem dos alunos agravando as dificuldades e que podemos conceber como fator que contribui para o insucesso escolar.

As informações levantadas pelas autoras e organizadas em tabela reiteram o que constata os estudos teóricos sobre insucesso escolar no ensino profissional. Embora as informações se voltem ao estudo do fracasso escolar no ensino agrícola, também confirmam a percepção de que os fatores que contribuem para o abandono escolar são diversos, complexos, heterogêneos e constituídos por uma conjunção de determinantes pertinentes ao aluno e à escola. Além disso, podemos perceber que alguns fatores como as práticas pedagógicas, organização curricular, comportamento e atitude dos alunos perante aos estudos, baixa performance escolar, alto nível de exigência instituída nas escolas e relações sociais, aparecem tanto nos estudos gerais sobre o tema como naqueles voltados para o ensino profissional agrícola.

Contudo, o ensino profissional agrícola possui suas especificidades, as quais não podem ser negligenciadas quando nos dedicamos a refletir sobre a retenção e abandono escolar nessa modalidade de ensino. Entre os aspectos particulares apontados anteriormente destacamos: falta de conhecimento e interesse dos alunos pela área agrícola, extensa carga horária dos cursos e dificuldade nas disciplinas técnicas. As causas basicamente são as mesmas, mas se manifestam de forma peculiar.

3.3 Retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária no Campus Pinheiral: resultado da pesquisa

A predisposição do educando em permanecer ou não na escola para concluir seus estudos encontra-se relacionada a diferentes fatores. Dore e Sales (2017), afirmam que nenhum aspecto único é capaz de explicar por si só e de modo completo esse processo, na verdade existe uma variedade de fatores associados que envolvem a decisão do estudante.

No curso técnico em agropecuária do Campus Pinheiral um percentual significativo dos educandos têm apresentado dificuldade em avançar no processo de formação, principalmente, nas turmas de primeira série onde os índices de retenção escolar e desistência do curso são elevados.

Diante de tal cenário e pela própria política adotada no interior dos IF's, a instituição vem buscando implementar ações a nível institucional e também, iniciativas próprias no sentido de mitigar a retenção e evasão, contudo, essas medidas têm se mostrado tímidas na contenção do problema. De todo modo, também essas ações serão apresentadas no sentido

de permitir ao leitor plena visualização dos recursos disponíveis ao estudante, para que a sua formação seja de maior sucesso possível. São elas: a monitoria acadêmica com atendimento semanal para solucionar dúvidas e realizar exercícios; o Projeto de Apoio a Aprendizagem com aulas de reforço em Língua Portuguesa e Matemática para os alunos de primeira série, o Projeto de Orientação para o estudo desenvolvido pela CoTP no sentido de auxiliar os estudantes na escolha de estratégias de estudo e organização do tempo, e as ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil junto aos estudantes que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e econômica com a concessão de bolsas para ajudar nas despesas relacionadas aos estudos.

O campus ainda oferece a todos os estudantes alimentação com café da manhã, almoço e jantar gratuitamente. Esse recurso possibilita que os discentes permaneçam em tempo integral na instituição sem a necessidade de se deslocar do Campus para suprir essa necessidade. Além disso, o campus também conta com o sistema de moradia estudantil que atende aos jovens de sexo masculino oriundos de municípios mais distantes e que não possuem recursos para realizar diariamente seu deslocamento até a escola. Vale enfatizar que o Campus Pinheiral é a única instituição integrante do IFRJ, que disponibiliza os benefícios de alimentação e moradia aos seus estudantes.

Visando à assistência nos diferentes aspectos, a escola conta com o Serviço de Saúde (SerSa), onde atuam uma médica e dois técnicos em enfermagem que fazem atendimento de emergência aos estudantes e, possíveis encaminhamentos quando necessário.

Todos esses benefícios visam oferecer o suporte necessário e facilitar a vida dos alunos no colégio para que ele apenas se preocupe com a sua formação, tendo a tranquilidade de saber que outras condições alheias ao processo de aprendizagem, mas que nele interferem, estão garantidas. No entanto, apesar dos projetos de assistência (pedagógica e social) e da infraestrutura privilegiada da instituição, conforme apresentado do capítulo anterior, os casos de retenção e abandono no curso técnico em agropecuária são preocupantes.

3.3.1 Análise diagnóstica da retenção e evasão por meio dos registros da secretaria e CoTP

Os dados aqui apresentados alusivos ao desempenho e aproveitamento dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária, foram levantadas a partir da análise documental junto a SEMT e à CoTP do Campus Pinheiral e referem-se ao período de 2012-2016. Os dados foram extraídos especificamente de Diários de Classe, Atas de Conselho de Classe, Planilhas e Relatórios do SISTEC, fichas de matrículas dos alunos, requerimentos de transferência e cancelamento de matrícula, conforme delineamento prévio descrito no Capítulo I, item 1.3.1.

Para efeito de análise, a pesquisa seguiu a orientação adotada pela instituição e considerou retido o aluno que obteve média inferior a 6,0 em um ou mais componentes curriculares e /ou frequência abaixo de 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas previstas. Em relação aos evadidos, foram considerados aqueles que abandonaram o curso, solicitaram cancelamento da matrícula ou pediram transferência para outra instituição de ensino.

Ressaltamos que adoção de tais critérios para a evasão justifica-se pela impossibilidade do aluno transferido ou desistente dar prosseguimento à formação técnica em agropecuária, em outra unidade escolar, haja vista que o Campus Pinheiral é o único na região a oferecer essa formação profissional. Sendo assim, ainda que o estudante dê continuidade aos estudos e conclua o Ensino Médio em outra rede de ensino, o seu desligamento do IFRJ/Campus Pinheiral implica em consequente evasão do curso Técnico em Agropecuária pela inviabilidade de concluí-lo em outra instituição. O critério está em harmonia com as

definições de evasão apresentados, anteriormente, neste trabalho, segundo as quais se dá pelo rompimento do vínculo entre aluno e a escola.

Tendo em vista que o curso objeto de estudo dessa pesquisa passou a ser ofertado na modalidade integrada, a partir de 2012, a descrição dos dados foi realizada de maneira progressiva. Assim, em 2012 temos apenas a primeira série do curso, em 2013, a primeira e segunda séries, e, somente, a partir de 2014 conseguimos exibir informações referentes aos três segmentos letivos do curso. Convém esclarecer, ainda, que a variação do quantitativo de alunos apresentada a partir de 2013 na segunda coluna da tabela abaixo é ocasionada pelas reprovações ocorridas no ano anterior. Assim, ao total de matrículas iniciais a cada ano letivo, soma-se o quantitativo de alunos retidos que permanecem na instituição para novamente cursar a primeira série, conforme disposto na tabela 04.

Tabela 04 – Levantamento da retenção e evasão dos alunos da primeira série do curso técnico em agropecuária

Ano	Total de alunos	Aprovados	%	Reprovados	%	Evadidos	%
2012	56	35	63%	12	21%	09	16%
2013	69	36	52 %	29	42%	04	6%
2014	80	45	56%	24	30%	11	14%
2015	78	47	60%	24	31%	07	9%
2016	78	45	57%	26	33%	08	10%
Média	72	41	58%	27	31%	39	11%

Fonte: Atas dos Conselhos de Classe elaboradas pela SEMT 11/09/2017.

Os dados apontam baixo aproveitamento na primeira série do curso, situação preocupante quando observamos que esse resultado se repete em todos os períodos letivos analisados. Além disso, tais resultados apontam para um distanciamento da meta do PNE para a Educação Técnica Profissional no decênio 2011-2020 que prevê atingir taxas de 90% de conclusão para essa modalidade de ensino, como mencionado anteriormente. Tais dados nos remetem às observações de Dore e Lusher (2013), que chamam a atenção para o fato de que a probabilidade de futuros casos de abandono escolar serem bem maiores entre os alunos que sofreram alguma reprovação durante a trajetória escolar, principalmente quando essa retenção ocorre na primeira série, como apresentamos na tabela acima.

Em relação à retenção observamos um índice médio de 31%. Em comparação com os índices de retenção, podemos inferir que o grande gargalo no Curso Técnico em Agropecuária do Campus está na retenção dos alunos. Note-se que em todos os anos analisados constatamos índices expressivos desse fenômeno. Levando-se em consideração a afirmativa de Narciso (2015), que a retenção é um trampolim para a evasão, é imperioso que a instituição redimensione suas práticas possibilitando superar esta realidade.

Os resultados relativos aos casos de evasão, isoladamente, não foram tão expressivos como os casos de retenção. No entanto, merecem atenção, pois revelam que 11% (onze por cento) dos jovens que ingressaram no curso, fizeram a opção de deixar a escola abrindo mão da formação técnica pretendida. Outrossim, os índice de evasão assumem proporções relevantes quando associados aos casos de retenção, totalizando taxas de 40% de alunos que vivenciaram a experiência de insucesso escolar.

Tabela 05 – Levantamento da retenção e evasão dos alunos da segunda série do curso técnico em agropecuária

Ano	Total de alunos	Aprovados	%	Reprovados	%	Evadidos	%
2013	34	29	85%	05	15%	00	0%
2014	39	38	97%	00	0%	01	3%
2015	45	34	76%	11	24%	00	0%
2016	54	47	87%	04	7%	03	6%
Média	43	37	86%	05	11	01	2%

Fonte: Atas dos Conselhos de Classe elaboradas pela SEMT 11/09/2017.

Com relação ao rendimento dos alunos na segunda série do curso, percebemos resultados satisfatórios em todos os anos analisados com melhora nos percentuais de retenção e evasão comparativamente à primeira série do curso. O menor índice de aproveitamento foi em 2015 com 76% de aprovados. Nos demais períodos letivos os percentuais superaram os 80% e aprovação, quase alcançando o percentual de 100% de no ano de 2014. No que concerne à retenção, a variação dos indicadores manteve-se entre 0,0% e 24,4%, o que em média representa 11% de retidos por segmento letivo.

Também, a evasão teve pequeno número de casos. Apenas nos anos de 2014 e 2016 assistimos alguma ocorrência desse fenômeno. No ano de 2014 identificamos apenas 1 (hum) caso de evasão em uma turma com 39 (trinta e nove) estudantes e em 2016, ano com maior incidência, foram registrados apenas três casos em um universo de 54 (cinquenta e quatro) alunos matriculados. De fato, a maioria dos alunos do curso técnico em agropecuária conseguem avançar desta segunda etapa desta formação técnica, não apresentando dificuldades em relação ao atendimento às exigências do curso, e demonstram um bom desempenho acadêmico.

Com efeito, mesmo considerando o baixo percentual de evasão na segunda série, entendemos que não se deve aceitar a evasão escolar com algo natural, inerente à trajetória e a história de vida de alguns alunos. Essa forma de encarar o problema contribui para que a instituição não dispense um olhar de preocupação para com tal realidade. A seguir, na tabela 06, exibimos os levantamentos e resultados dos discentes da terceira série.

Tabela 06 – Levantamento da retenção e evasão dos alunos da terceira série do curso técnico em agropecuária

Ano	Total de alunos	Aprovados	%	Reprovados	%	Evadidos	%
2014	30	30	100%	0	0%	0	0%
2015	38	38	100%	0	0%	0	0%
2016	34	34	100%	0	0%	0	0%
Média	34	34	100%	0	0%	0	0%

Fonte: Atas dos Conselhos de Classe elaboradas pela SEMT 11/09/2017.

A terceira série do curso técnico em agropecuária teve 100% de aproveitamento dos seus estudantes. No entanto, cabe observar o esvaziamento das turmas ao longo do processo de formação, com uma redução significativa do total de estudantes quando comparamos o número concluintes com o quantitativo de ingressantes. Assim, apesar do bom resultado da última série do curso, existe um grupo de estudantes que não apresentaram uma performance capaz de corresponder aos critérios da instituição. Isso fica evidente com o tabelamento dos dados como feito a seguir.

Tabela 07 - Integralização do curso técnico em agropecuária entre 2012-2016

Ciclos	Ingressantes	Retidos/ Evadidos	Concluintes	Retidos/ Evadidos	Concluintes
		Números absolutos		Valores percentuais	
2012-2014	56	27	29	48%	52 %
2013-2015	69	34	35	49%	51%
2014-2016	80	46	34	58%	44 %

Dos 56 (cinquenta e seis) matriculados no ano de 2012, somente 29 (vinte e nove) estudantes integralizaram o curso no tempo previsto, o que representa em termos percentuais, 48% de retenção e evasão no período. Em 2013, da matrícula inicial de 69 (sessenta e nove) alunos, apenas 35 (trinta e cinco) conseguiram concluir a formação técnica no prazo regular, ou seja, 49% dos estudantes ficaram pelo caminho em algum momento da etapa formativa. Mas foi no ano de 2016 que detectamos um resultado mais crítico: de 80 (oitenta) jovens que ingressaram na primeira série em 2014, tão somente 34 (trinta e quatro) destes chegaram a última série do curso no tempo regular previsto. Neste período deparamos com o índice alarmante de 58% de retenção e evasão.

Esse cenário de elevados índices de baixo desempenho e abandono escolar no curso reforçam o nosso interesse inicial em responder as indagações iniciais que deu origem a este trabalho de pesquisa quanto à natureza das dificuldades encontradas pelos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária do Campus Pinheiral ao longo dessa formação técnica e em que medida o curso tem atendido as expectativas trazidas pelos estudantes que nele ingressam. Sabemos que são múltiplos os fatores que concorrem para o êxito ou fracasso escolar dos alunos. Por isso, e diante do baixo índice de aprovação na primeira série, faz-se necessário analisar diferentes questões, que podem estar relacionadas tanto ao estudante e a sua família, quanto a escola e comunidade em que vivem, haja vista, serem estes os fatores potenciais que afetam a trajetória acadêmica dos estudantes podendo culminar em tal resultado. Tentando responder a estes questionamentos, passaremos à análise de dados que caracterizam a população de amostragem da pesquisa e que foram obtidos por meio do questionário.

3.3.2 Caracterização socioeconômica dos participantes da pesquisa

A tabela 08 informa a caracterização socioeconômica de 53 estudantes que constituíram a amostra da pesquisa, sendo 30 estudantes da primeira série e 23 estudantes da terceira série do curso do curso técnico em agropecuária.

Tabela 08 – Caracterização socioeconômica dos discentes amostrados

Variáveis	Frequência Absoluta	Porcentagem (%)
Gênero	Feminino	28 53,0
	Masculino	25 47,0
Idade dos alunos ingressantes	14 anos	04 13,0
	15 anos	17 57,0
	16 anos	07 23,0
	17 anos ou mais	02 7,0
Idade dos alunos Concluintes	17 anos	03 13,0
	18 anos	15 65,0
	19 anos	02 9,0
	20 anos ou mais	03 13,0
Origem	Meio Rural	12 23,0
	Meio Urbano	41 77,0
Residência	Barra Mansa	01 2,0
	Barra do Pirai	02 4,0
	Pinheiral	10 19,0
	Pirai	08 15,0
	Rio Claro	01 2,0
	Volta Redonda	31 58,0
Renda Familiar	Até um salário mínimo	09 17,0
	Um a três salários mínimos	20 38,0
	Três a cinco salários mínimos	14 26,0
	Acima de cinco salário mínimos	10 19,0
Ensino fundamental	Escola Particular	09 17,0
	Escola Pública	29 55,0
	Maior parte Escola Particular	05 9,0
	Maior parte Escola Pública	10 19,0

Do grupo de estudantes amostrados, 53% são do gênero feminino e 47% do gênero masculino, assim o curso conta com representação equilibrada de estudantes de ambos os sexos, com discreta predominância do público feminino. Os dados ratificam a conquista de espaço do público feminino em áreas cuja ocupação prevaleciam a presença masculina, como na agropecuária, por exemplo.

Em relação à faixa etária, percebe-se um perfil bastante jovem: a média de idade dos alunos da primeira série é de 15 anos e da terceira série 18 anos. Dados esses que em comparação com aqueles apresentados pelas tabelas de evasão e retenção, evidenciam que apesar dos casos recorrentes de retenção no curso, os estudantes não apresentam distorção idade-série. Isso se explica pela evasão dos alunos retidos, ratificando a premissa contida no relatório do TCU (2012), de que os alunos com maior nível de atraso-retenção são propensos a evadir.

Não obstante o caráter rural da formação agropecuária, a maioria dos estudantes vem do meio urbano (77%), oriundos de diversos municípios da Região Sul Fluminense, com destaque para Volta Redonda que lidera com 58% do total de discentes.

Aludindo à renda familiar dos responsáveis, 38% dos amostrados informaram rendimento mensal de um a três salários mínimo, 26% indicaram renda familiar de três a cinco salários mínimos. Dos 36% restantes, 17% declararam renda de até um salário mínimo e os outros 19% renda acima de cinco salários mínimos.⁸

Dos estudantes, 55% realizaram todo o seu ensino fundamental na escola pública e 19% cursaram a maior parte desse nível de ensino na escola pública. Ou seja, mais da metade dos alunos que cursam agropecuária no Campus Pinheiral, estudou na rede pública de ensino. Com relação à rede privada, apenas 17% da amostra cursou todo o ensino fundamental em escola particular e 9% fez a maior parte deste nível de ensino também em escola particular.

Com base nessa análise socioeconômica dos estudantes, tivemos a oportunidade de conhecer a constituição do universo estudado, etapa importante, para a seguir analisar os dados que se referem às percepções e anseios dos estudantes amostrados acerca da formação Técnica em Agropecuária do Campus Pinheiral. Ademais, é conhecendo os estudantes que poderemos compreender eventuais dificuldades, já que podem ter sua raiz nas deficiências trazidas do ensino fundamental, por exemplo.

3.3.3 O curso técnico em agropecuária na perspectiva discente

Neste próximo bloco, buscamos compreender os fatores envolvidos no processo de escolha do curso, levando em consideração a motivação, o conhecimento sobre a área agrícola e as expectativas em relação a esta formação técnica, como mostra o gráfico abaixo.

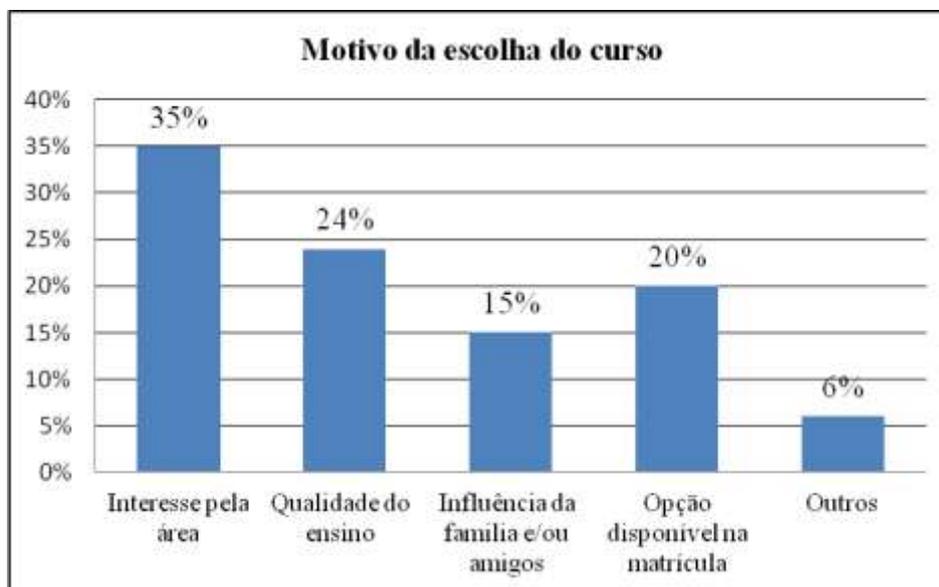


Gráfico 02 - Motivos da escolha pelo Curso Técnico em Agropecuária

⁸ Vimos que 60% dos estudantes pertencem a famílias, cuja renda familiar encontra-se entre 01 a 03 salários mínimos, o que os enquadraria dentro da classe social D (classe média baixa), no entanto de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (Abep), outros critérios são considerados para a definição de classe social (thiagorodrigo.com.br/artigo/faixas-salarias-classe-social-abep-ibge/).

O interesse pela área agropecuária foi assinalado por 35% dos participantes da pesquisa como motivo de escolha do curso. O segundo fator mais atrativo foi a qualidade do ensino oferecido pela instituição, que pautou a escolha de 24% dos alunos. Após veio a disponibilidade de vaga no ato da matrícula que também teve um papel importante na decisão dos discentes e representou 20% do total de participantes. A influência de pessoas da família e amigos foi o critério utilizado por 15% dos jovens e apenas 6% assinalaram outros motivos e justificaram a adoção desses critérios pela gratuidade do ensino; proximidade da residência e oportunidade de fazer amigos.

Embora o interesse pela área tenha sido o critério que, entre os demais, apresentou maior índice percentual de registros pelos alunos, os resultados também nos mostram que mais da metade dos estudantes, 65% do total dos pesquisados matricularam-se nessa formação técnica em função de outros critérios de escolha que não o gosto ou afinidade pela área. Acreditamos que, em se tratando de retenção e evasão este seja um dado importante a ser considerado, pois conforme destacam Vieira, Nunes e Pappámikail, (2012, apud NASCIMENTO, 2016) muitas experiências de fracasso escolar decorrem da falta de interesse e vocação pelo curso, fator que gera insatisfação e desmotiva os educandos a dedicarem-se aos estudos. Essa questão da não identidade do aluno com relação ao curso estudado também foi identificada no Relatório do TCU (2012), no qual os auditores tecem a seguinte observação sobre o assunto:

[...]faz-se necessário que os sistemas de ingressos adotados privilegiem, na medida do possível, o ingresso de alunos com vocação para conseguir completar o curso. [...] uma boa prática seria que os Institutos trabalhassem na divulgação do conteúdo dos cursos para que os alunos recebam informação suficiente sobre o tipo de investimento educacional que eles irão enfrentar...[...]. (p.17)

Em alguma medida, a falta de identidade com a área estudada apontada pelos estudantes pode configurar-se como um dos prováveis elementos que estejam contribuindo para o problema de retenção e evasão no curso Técnico em Agropecuária, como demonstrado na tabela 07.

Prosseguindo a análise, identificamos que a qualidade do ensino ofertado pela instituição foi um fator determinante para muitos discentes, conforme observamos nas respostas dos participantes a seguir. Ressaltamos que o sigilo da identidade dos respondentes teve como objetivo permitir maior liberdade de expressão.

“Quero fazer faculdade, e fazer o ensino médio aqui no IFRJ vai me preparar para o ENEM... “[...] é uma escola que vai me dar base para continuar estudando depois que eu terminar o curso... [...] o estudo daqui é puxado, mas é bom...[...] Aqui é muito bom, não tem comparação com outras escolas que já estudei”.

Os relatos evidenciam o anseio dos estudantes em ingressar em uma escola que desfruta de reconhecimento, bem como pela qualidade do ensino de nível médio que oferece a comunidade. Nesse aspecto, concordamos com Dore e Lusher (2011) ao afirmarem que o ensino de excelência ofertado pelos Institutos Federais constitui-se em grande atrativo para muitos jovens, que buscam este segmento educacional não necessariamente pela formação profissionalizante, mas priorizando uma educação de qualidade proporcionada, como observamos nas falas dos alunos. Contudo, há de se considerar que, para fazer o tão almejado ensino médio de qualidade nos IFs, o estudante precisará também atender às exigências da parte específica do curso e concluir a formação profissional, haja vista se tratar de um curso técnico integrado. Assim, muitas vezes, estes alunos encontram dificuldade ao longo do processo de formação em face do desinteresse pela dimensão técnica do curso o que reflete

diretamente no desempenho escolar e pode ocasionar casos de retenção e até mesmo desistência do curso.

Vimos que 15% dos participantes declararam que a opinião dos pais e de amigos que fizeram esta formação técnica foi decisivo no momento da escolha, como podemos constatar nos diálogos abaixo.

“Não pensava fazer agropecuária, mas meu pai sempre quis que eu estudasse aqui e acabou me convencendo a matricular nesse curso ...[...] Minha família queria que eu fizesse um curso técnico porque assim eu terei mais chances de conseguir um trabalho quando me formar... [...] Tenho vizinhos e amigos que estudaram nesta escola e elogiam muito o ensino, os professores. Dizem que a escola é muito boa”.

As declarações nos revelam que para estes estudantes o ingresso no curso não ocorreu necessariamente por vontade própria ou vocação. Sabe-se que decidir sobre uma formação técnica não é uma decisão simples para o adolescente e que a orientação é necessária no sentido de conscientizá-lo sobre os desafios e responsabilidades que envolvem essa escolha. Vieira, Nunes e Pappámikail (2012, apud NASCIMENTO,2016) chamam a atenção para a importância do protagonismo do aluno nesse processo. Quando o estudante delega ao outro a decisão que lhe cabe neste momento de escolha, ele não se sente responsável por ela, o que diminui o peso da responsabilidade pelo compromisso assumido. Então, as dificuldades inerentes ao processo de formação tornam-se fatores de desmotivação com a vida escolar, caso a escola não consiga ressignificar essa escolha, atribuindo sentido ao processo de formação.

Com relação à indisponibilidade de outras opções de curso no momento da matrícula, observamos que um percentual representativo dos amostrados vivenciaram essa situação. Vejamos as seguintes declarações dos discentes:

“Me inscrevi para o curso técnico em meio ambiente, mas quando fui chamado para a matrícula não tinha mais vagas, então aceitei fazer agropecuária, espero gostar do curso... [...] quero fazer informática. Estou matriculado em agropecuária, mas no processo seletivo no final de ano vou me inscrever e tentar novamente entrar em informática... [...] se eu pudesse escolher teria me matriculado em outro curso, mas queria estudar aqui.”

A fala supramencionada nos leva a deduzir que a forma como vem ocorrendo a seleção para admissão de alunos nos cursos merece ser repensada. Embora reconheçamos a necessidade de estabelecimento de normas e critérios para balizar o preenchimento das vagas ofertadas, o modelo atual de organização do processo seletivo tem provocado questionamentos. Como já informado neste trabalho, o ingresso dos alunos acontece por meio de processo seletivo que não permite ao candidato inscrever-se para seu curso de interesse e ele cursar caso aprovado. Nesse sentido, vale a leitura do edital do processo seletivo de 2017.

2.2. Ao preencher o Formulário de Pedido de Inscrição/Isenção, o candidato deverá informar, obrigatoriamente,

- a) o *campus* onde deseja estudar;
- b) o código do Curso Técnico de sua preferência (**para fins meramente estatísticos**). (EDITAL Nº 75/2017– Processo Seletivo Cursos Integrados – IFRJ, p. 4)

Na verdade, os interessados fazem a inscrição para concorrer a uma vaga na instituição, mas a escolha do curso ocorre, de fato, somente no ato da matrícula. Quando são convocados a matricular-se, dependendo da classificação obtida no exame de seleção, muitas

vezes já não existe a possibilidade de ingressar na formação técnica pretendida. No item abaixo, fica bem clara essa condição.

8.3.2. A indicação do curso de preferência, feita no Formulário de Inscrição, conforme dispõe o item 2.7, não dará prioridade ao candidato na escolha de curso, a qual obedecerá rigorosamente à ordem da Classificação Final. (EDITAL Nº 75/2017 – Processo Seletivo Cursos Integrados – IFRJ, p. 10)

Nos últimos anos, o curso com vagas disponíveis para matrícula até o período final de matrículas é o técnico em agropecuária, um número representativo de seus estudantes se veem obrigados a matricular-se nesse curso para garantir a entrada na instituição e o acesso ao ensino de excelência.

Sabendo que muitos alunos gostariam de cursar outra formação técnica, o próximo questionamento teve o intuito de identificar qual havia sido a primeira opção de curso no momento da inscrição no processo seletivo. Vejamos as opções registradas pelos alunos no gráfico 03.

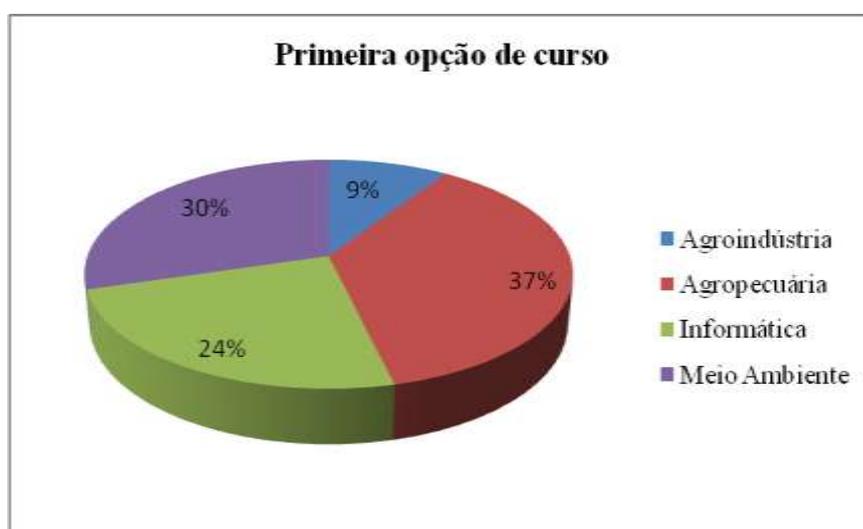


Gráfico 03 - Primeira opção de curso no momento da matrícula

Pelos dados do gráfico 03, notamos que o curso Técnico em Agropecuária foi a primeira opção apenas para 37% dos estudantes. Os outros 63% dos respondentes gostariam de fazer uma outra formação técnica, sendo que destes, 30% queriam cursar Meio Ambiente, 24% gostariam de fazer o curso técnico em informática e 9% declararam o interesse pelo curso técnico em agroindústria (ofertado pela instituição a partir de 2016). Tais informações/resultados reiteram a importância de que a instituição reveja as normas referentes ao processo seletivo para entrada de alunos nos cursos, uma vez que, a forma vigente pode estar comprometendo o sucesso escolar dos alunos.

Acreditamos que matricular-se em um curso diferente do pretendido é fator de desestímulo, pois ainda que se reconheça a necessidade de aplicar-se aos estudos, a falta de identidade com o curso acaba por afetar seu aprendizado e desenvolvimento no processo de formação, principalmente, quando que se trata de um curso em horário integral no qual passará a maior parte do dia envolvidos com atividades relacionadas aos conhecimentos de uma área com a qual não se identifica.

O último questionamento desse bloco de questões se propôs a conhecer as expectativas trazidas pelos estudantes no tocante a formação técnica em agropecuária, as quais são apresentadas no gráfico a seguir.



Gráfico 04 - Expectativas em relação ao curso técnico em agropecuária.

Obs.: Alguns participantes elencaram mais de uma expectativa

Buscando uma maior objetividade e organização, as falas dos discentes foram agrupadas por similaridade em seis categorias a partir das quais procedemos a análise. Preparar para a faculdade foi apontada por 32% dos alunos que pretendem verticalizar os estudos após a conclusão do curso, 25% dos amostrados destacaram que pretendiam fazer um bom ensino médio, 14% desejavam obter qualificação profissional e ter a oportunidade de atuar como técnico, 11% destacaram que gostariam de adquirir conhecimento sobre a área agrícola, outros 11% dos estudantes, esperavam gostar do curso e fazer amigos e 7% dos estudantes não manifestaram quaisquer expectativas.

Analisando os resultados, percebemos que a maior parte das expectativas não se relaciona de forma específica com a formação profissional agrícola, mas sim com qualidade do ensino e o objetivo de verticalizar os estudos após a conclusão do curso. Reunida dentro de uma mesma categoria, essa perspectiva totalizou o percentual de 57% das respostas e mostraram-se evidente nos excertos das falas dos estudantes, como podemos visualizar abaixo.

“Espero que o curso me ajude na profissão que quero seguir, ser veterinário. Para isto preciso de uma boa base para entrar na faculdade de medicina veterinária que é bem concorrida... [...] são as melhores possíveis, quero receber um ensino médio de alto nível, aprender ao máximo... [...] que este curso me traga uma ótima preparação para fazer faculdade, ainda estou em dúvida de qual, mas até o final do curso decido, agronomia, biologia...”

Com base nos relatos, percebemos que o ingresso no curso técnico em agropecuária foi o meio pelo qual vislumbraram a possibilidade de continuar os estudos e fazer uma faculdade posteriormente. Tais informações convergem para os resultados apresentados no relatório do TCU (2012), que identificou que muitos alunos utilizam os IF's como trampolim para ascender ao nível superior, buscando os cursos do Instituto pela qualidade do ensino.

Embora haja a percepção desta realidade no curso Técnico em Agropecuária, não podemos olvidar o interesse, de alguns estudantes, em permanecer na área agrícola seja pelos cursos superiores pretendidos (veterinária, agronomia, biologia), seja pelo interesse em qualificar-se para atuar como técnico - respostas de 14% dos participantes.

“Espero que este curso me ajude a entender mais sobre como gerenciar uma fazenda... [...] quero aprender mais sobre as coisas ligadas a agropecuária para

ajudar na propriedade de minha família. [...] ter uma boa formação técnica e exercer essa profissão.”

Importa ter a consciência de que ao jovem egresso da educação técnica profissional integrada de nível médio são fornecidas as bases que lhes permitem tanto a sua inserção no mundo do trabalho como a continuidade dos estudos em nível superior de ensino, sendo legítimas ambas as escolhas.

Sobre esse aspecto consideramos oportuno trazer a reflexão de Ramos (2008). A autora destaca que os cursos técnicos integrados nos moldes da educação profissional regulamentada atualmente possuem a perspectiva de contemplar a formação humana completa do jovem aliando os conhecimentos da formação geral bem como o domínio dos fundamentos científicos das técnicas de produção. Nessa linha de formação, o sujeito é autônomo, livre e capaz de escolher seu caminho, de construir sua história.

Com relação às demais expectativas registradas pelos respondentes, fazer amigos e não possuir expectativas, computamos 19% do total. Em que pese a falta de conhecimentos a priori, podemos cogitar que a ausência de expectativas pode estar relacionado à falta de conhecimento a respeito do curso, conforme os alunos relatam nas questões seguintes.

Considerando os resultados alcançados com esse bloco de questões, podemos concluir que a maioria dos estudantes que ingressam no curso não possui afinidade com a área estudada. Combinado com o gráfico anterior, vemos o quão profunda é a questão da falta de interesse específico pelo curso que, podendo ser superada por alguns estudantes, certamente não o é para outros. Registre-se, aliás, que na primeira série do curso observamos maiores índices de evasão e retenção escolar que nas séries seguintes, o que nos permite cogitar que o estranhamento inicial pela falta de interesse e afinidade com o assunto contribuam para esse resultado. Como sabemos pelas pesquisas o insucesso escolar encobrem muitas noções, daí a necessidade de estar atento para perceber as diversas situações que favorecem sua ocorrência no interior das instituições de ensino.

3.3.4 A trajetória da formação técnica em agropecuária no Campus Pinheiral sob o olhar do aluno concluinte

A partir desta seção, as questões foram direcionadas aos estudantes da terceira série do curso. Estes alunos, tendo percorrido todo o percurso formativo, em tese possuem as condições necessárias para proceder uma avaliação geral do curso, envolvendo grau de satisfação, atendimento das expectativas, dificuldades encontradas e propostas de melhoria. Os dados a seguir, foram obtidos por meio de questões abertas, constantes em questionário aplicado ao final do ano letivo de 2016 - momento em que os estudantes estavam prestes a concluir a formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio e deixar a instituição.

A primeira pergunta deste bloco de questões diz respeito, especificamente, ao índice de retenção, uma das manifestações do insucesso escolar, e motivos de sua ocorrência. Vimos que no período 2012-2016, os índices de reprovações oscilaram em torno de 50,1%, ou seja, do total de alunos em cada período letivo, a metade ficou pelo caminho. Dessa forma, inquiremos aos participantes se durante o curso haviam sido reprovados em alguma série e a que fatores atribuíam a ocorrência desse fenômeno. Quanto ao número de reprovações observamos o seguinte:



Gráfico 05 - Número de reprovações ao longo do curso técnico em agropecuária

Identificamos que 52% dos participantes reprovaram durante a formação técnica em agropecuária, sendo que 39% ficaram retidos uma vez e 13% foram reprovados duas vezes ao longo do curso. Ou seja, 48% dos respondentes conseguiram chegar à fase de conclusão do curso dentro do prazo regular previsto. Essa informação deve ser problematizada, principalmente, em se tratando de um curso técnico integrado, como é o caso em tela. O fato de ficar retido em um dos componentes curriculares, implica que o estudante deverá repetir todas as disciplinas que compõe a grade curricular, ou seja, deverá refazer todas as disciplinas da formação geral bem como da parte específica do curso, como é possível observar no Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio-IFRJ, (2015) que trata da avaliação da aprendizagem:

Art. 37. Quanto ao aproveitamento final do educando, serão observados, pela ordem os seguintes critérios:

§ 5º O educando dos cursos técnicos integrados e em concomitância interna, quando reprovado, deverá refazer todas as disciplinas do período.

Preocupado com a questão, o próprio Regulamento contempla o regime de progressão parcial por meio de dependência. Ocorre que esse benefício restringe-se aos casos de reprovação em apenas uma disciplina, conforme artigo abaixo:

Art. 49. Em cada segmento letivo, caso o educando fique reprovado em somente uma disciplina poderá beneficiar-se do regime de progressão parcial por meio da dependência nesta disciplina, desde que sejam atendidas, simultaneamente, as seguintes condições, em consonância com os artigos 51 e 52:

- a) a disciplina não seja pré-requisito de nenhuma outra disciplina; e
- b) haja viabilidade da oferta da disciplina ou de disciplina equivalente pelo campus do educando.

Por isso, a progressão parcial não representa uma solução para o problema de retenção no curso, pois além de não beneficiar aqueles alunos que reprovam em duas disciplinas ou mais ainda é preciso observar as condições estabelecidas. Do mesmo modo, ainda que tivesse a possibilidade de fazer dependência em dois ou três componentes curriculares, o aluno retido teria que cumprir toda a grade do ano seguinte além daquelas disciplinas que não alcançou a aprovação, o que acarretaria uma sobrecarga de atividade comprometendo seu rendimento escolar.

Ao encontro dessa questão, vem a observação de Luz (2008), que destaca a importância de a escola propor ações com o intuito de ajudar os alunos na superação das dificuldades encontradas no ano anterior. Isso não há como ser feito caso a escola permaneça com a estrutura idêntica e o docente utilize os mesmos métodos de ensino e material didático. Assim, caberá somente ao aluno adaptar-se na série repetida e transpor as dificuldades de aprendizagem para alcançar um resultado diferente. Se a dificuldade para obter um desempenho melhor não residir no próprio aluno, provavelmente ele falhará. O questionamento seguinte buscou conhecer a que fatores os participantes atribuíam a experiência de reprovação.

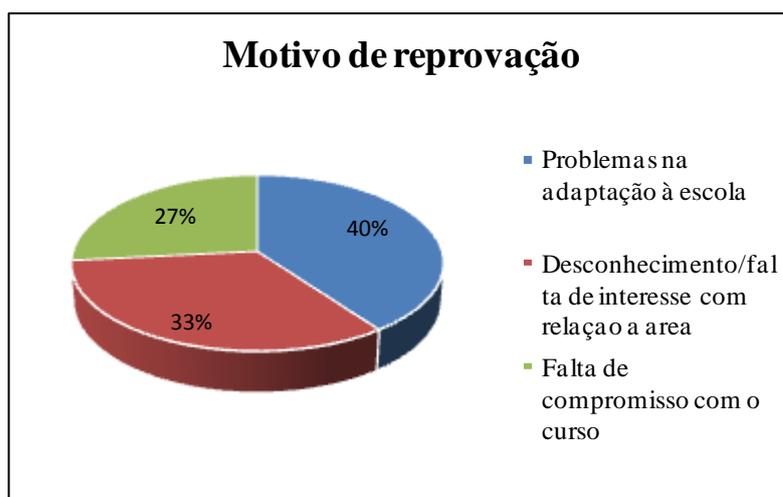


Gráfico 06 – Motivos de reprovação apontados pelos discentes

Do total de participantes, 40% apontaram os problemas na adaptação à escola, 33% acreditaram que dificuldades encontradas em determinadas disciplinas foi a causa de ficarem retidos e 27% atribuíram a reprovação à falta de compromisso com o curso. Entre os motivos apontados, observamos que o problema na adaptação liderou com maior índice percentual. Os estudantes pontuaram que ao ingressarem na escola experimentaram muitas mudanças na rotina e na dinâmica das atividades, vejamos.

“Quando cheguei a escola senti bastante dificuldade em acompanhar o ritmo do curso com aula o dia todo. Não consegui me organizar, as atividades acumularam e então acabei perdendo o controle e reprovei... [...] são muitas mudanças, o ambiente, colegas, professores, precisei de um tempo para acostumar... [...] eu chorava, achava que não fosse conseguir.”

Como visto na tabela 08, os alunos têm chegado cada vez mais jovens ao ensino técnico, grande parte deles encontram-se na faixa etária de 14 a 16 anos de idade. São adolescentes e nesta fase é comum que se sintam inseguros e ansiosos frente à tantas mudanças. Arantes (2011) relembra que o adolescente vive um período de transição entre infância e idade adulta e por isso os novos e velhos conceitos oscilam o tempo todo. Por um lado querem conquistar espaço e o direito de escolher e decidir os próprios caminhos, por outro, não querem abrir mão do mundo confortável da infância e de se sentirem seguros e protegidos.

O Campus Pinheiral constitui-se em uma realidade peculiar, é uma instituição sediada em uma fazenda, com dimensões e características bem distintas das escolas que estes jovens frequentaram durante o Ensino Fundamental. O espaço é amplo com pavilhões salas de aula e

ambientes educativos em diferentes em locais. Por se tratar de um curso técnico integrado, o número de disciplinas e de docentes também diferem com relação às escolas onde cursaram o Ensino Fundamental. Apesar da euforia pelo resultado exitoso no processo seletivo percebemos pelo exposto, que estes jovens encontram dificuldade na adaptação a esta nova realidade.

No intuito de minimizar os impactos dessa transição vivenciada pelos educandos é importante que sejam promovidas atividades de integração com os estudantes no momento de seu ingresso à escola como medida essencial para que se sintam acolhidos facilitando a adaptação ao ambientes escolar conforme sugerido no Relatório do TCU (2012). De acordo com o referido documento, este momento seria destinado ao repasse de informações importantes sobre o curso e a instituição visando orientar os alunos, assim como, oferecer o suporte necessário para que possam conduzir com tranquilidade e sucesso o processo de formação.

Outro fator que segundo os alunos, contribuiu para a reprovação foi o desconhecimento sobre o curso e/ou falta de interesse com relação a área estudada, motivo registrado por 33% dos respondentes. Provavelmente, Essa informação encontra-se relacionada à indisponibilidade de vaga para a formação técnica pretendida pelo estudante, ou ainda pelo fato de matricular-se no curso por força da influência de terceiros. Desse modo, os jovens matriculam-se no curso mesmo não se identificando com a área e/ ou sem o conhecimento prévio sobre o processo de formação. Alguns alunos desistem nas primeiras semanas, outros, contudo, mesmo tendo consciência de que não era o que procuravam, permanecem e tentam adaptar-se, mas encontram dificuldades e conseqüentemente não obtêm o êxito esperado, situação ilustrada pelos relatos abaixo.

“Quando decidi matricular no curso não imaginei que fosse tão difícil [...] principalmente no primeiro ano foi muito complicado.. [...] sentia bastante dificuldade nas práticas... [...] não é o que gostaria de fazer, mas pela qualidade do ensino vale a pena... [...] o curso tem ótimos professores, a escola é boa por isso continuei.”

Por último, parte dos estudantes reconheceram que a falta de compromisso com os estudos foi o fator que conduziu a reprovação. Tal resposta demonstra consciência dos discentes em relação às próprias atitudes no que tange a vida escolar, como é possível observar nas falas a seguir.

“No início do curso relaxei na escola, deixei de fazer trabalhos, recuperação e isso culminou em reprovação... [...] minha reprovação foi por pura falta de empenho e de estudo... [...] reprovei por causa da falta de compromisso com o curso ... [...] tinha condições de passar, mas não me dediquei.”

Sobre este aspecto, Charlot (2000) esclarece que a aprendizagem é fruto da relação que o educando estabelece com o saber e só se concretizará caso o estudante consinta ou invista pessoalmente no movimento de educar-se, de apropriar-se do saber, o que não ocorreu em relação a 27% dos alunos do curso técnico em agropecuária.

Contudo, considerando a multiplicidade de fatores que contribuem para o insucesso escolar, destacamos a importância de não creditá-lo apenas ao aluno. O desengajamento do jovem com os estudos, com a escola não se manifesta de repente, mas sim, constitui-se em um processo possível de ser identificado, pois vem, geralmente, acompanhado de ausências, baixo rendimento, apatia durante as aulas. Nesse sentido, os educadores têm um papel essencial na identificação destas situações com vistas a intervir o quanto antes junto a esses educandos e assim prevenir futuras reprovações e ou evasões escolares no curso.

Quando indagados se em algum momento eles pensaram em desistir do curso, os participantes apontaram a seguinte situação.



Gráfico 07 - Possível desistência do curso técnico em agropecuária

Pelos dados do gráfico 07, vemos que 74% dos alunos se sentiram propensos a desistir do curso técnico em agropecuária em algum momento. Desse total, 39% dos estudantes alegaram como motivo o cansaço provocado pelo excesso de atividade, e 35% justificaram o desejo de evadir em decorrência da decepção e desestímulo por ficarem reprovados. Tal resultado ratifica as discussões de Dore e Lusher (2011) e Rebelo (2009), segundo os quais a reprovação gera a diminuição da autoestima, conduz a um progressivo distanciamento da escola podendo culminar em evasão escolar. Neste sentido, os casos de reprovações, além de indicar problemas no processo de formação também se constituem em alerta para ocorrência de possíveis/futuros casos de desistência como referenciado nos excertos abaixo.

“Depois que reprovei me senti totalmente desmotivado, não sentia a menor vontade de ir pra escola [...] no fundamental eu sempre fui boa no estudo, quando cheguei aqui reprovei logo no primeiro ano, desesperei, não queria tentar de novo, os colegas e professores me incentivaram a continuar... [...] o curso é muito puxado, muita disciplina, trabalhos, práticas, estágio, Mais de uma vez pensei em abandonar o curso, mas gostava muito da minha turma, a gente se ajudava sempre.

Identificamos nas declarações dos estudantes que o cansaço provocado pela sobrecarga de atividades e a decepção com a reprovação fizeram com que pensassem em evadir do curso. No entanto, as relações positivas cultivadas com os colegas e professores no ambiente escolar foram apontadas pelos participantes como um aspecto que contribuiu para a decisão de permanecer na escola e concluir os estudos.

Dentro do universo pesquisado apenas 26% dos respondentes disseram que nunca cogitaram a ideia de deixar o curso, informação que supomos, tenha partido dos alunos que optaram por esta formação técnica pela vocação e afinidade com a área e, por conseguinte, estavam determinados a concluí-la, apesar dos desafios encontrados nessa trajetória.

Considerando que apesar dos desafios com os quais se depararam ao longo do curso, os estudantes participantes da pesquisa estavam prestes a concluir a formação técnica, o próximo questionamento teve por objetivo detectar o grau de satisfação dos concluintes em relação ao curso. Vejamos as informações organizadas no gráfico abaixo.

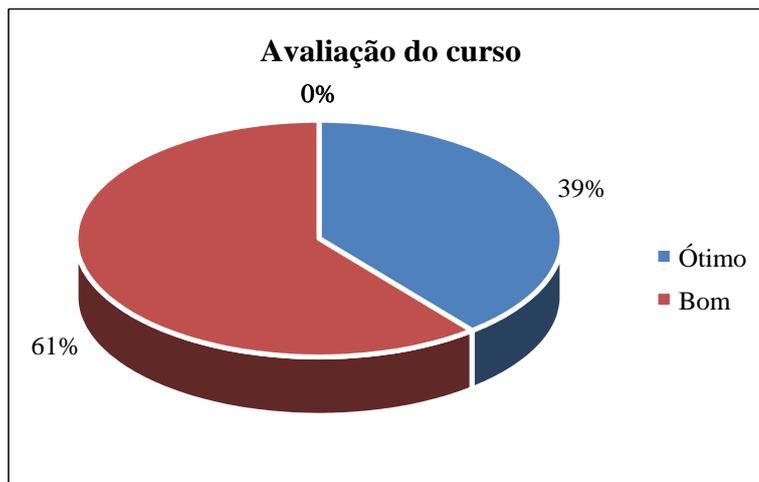


Gráfico 08 – Avaliação do curso

Percebemos nas respostas registradas no gráfico 08, que os participantes avaliaram o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Campus Pinheiral de forma positiva. Do total de concluintes 61% avaliaram como um bom curso e 39% como ótimo.

“Mesmo não tendo afinidade com o curso reconheço que oferece uma boa formação... [...] o ensino que recebi foi excelente, não tem comparação com as escolas que já estudei... [...] um ponto positivo pra mim é a boa relação dentro da escola, tanto com os alunos como com os professores... [...] a escola oferece boas condições e os professores sabem muito...”

Na justificativa de suas respostas, os participantes foram unânimes em destacar a qualidade do ensino recebido, reconhecendo sua superioridade em relação a outras escolas da região. Como aspectos positivos, também foram apontados o bom relacionamento do corpo docente, a formação e qualificação dos professores e a infraestrutura da instituição.



Gráfico 09 – Grau de satisfação das expectativas

Quanto à expectativa que traziam ao ingressar no curso e o que encontraram ao longo do processo de formação o gráfico demonstra que somente 39% informaram que se sentiam totalmente atendidos com a formação recebida. Um percentual de 48% dos alunos declararam que as expectativas foram atendidas parcialmente, sendo que, 31% alegaram dificuldades

durante o processo de formação e 17% reclamaram do pouco número de atividades práticas alegando que estas deveriam ser trabalhadas de forma mais assídua nas disciplinas técnicas do curso. Por fim, 13% dos respondentes disseram que o curso não correspondeu as suas expectativas, uma vez que não possuíam afinidade com a área estudada.

De modo geral, vemos que um percentual considerável de alunos, em alguma medida, tiveram suas expectativas atendidas em relação a curso. Esse resultado pode ser atribuído ao fato dos alunos terem encontrado na instituição o ensino de qualidade pelo qual grande parte dos estudantes buscava através dessa formação técnica. Nota-se que as dificuldades pontuadas por alguns participantes durante o percurso formativo não impediram que os discentes avaliassem o curso de forma positiva, uma vez que não houve nenhuma resposta para as avaliações razoável, ruim ou péssimo.

Com relação ao percentual de respostas que manifestaram atendimento parcial das expectativas, os discentes manifestaram insatisfação quanto as questões relacionadas à dinâmica adotada para execução da parte técnica do curso, metodologia de ensino e relacionamento entre escola e os alunos como é possível constatar nos registros dos estudantes:

“Gostaria de ter tido mais aulas práticas durante o curso... [...] A escola e professores deveriam promover mais visitas técnicas, é bom ter vivências fora da escola... [...] é um curso muito pesado, em algumas disciplinas faltou incentivo...[...] precisa melhorar a comunicação entre a escola e os alunos”.

As informações trazidas pelos alunos concluintes, nos revelam aspectos importantes em relação a formação técnica em agropecuária. Pelas respostas dos participantes é possível identificar pontos positivos como por exemplo a qualidade do ensino, bom nível de formação dos professores, relacionamento entre alunos e professores e também apontam para suas fragilidades, ou seja, os pontos que reclamam mudanças no sentido de melhor atender as expectativas dos jovens que acessam essa formação técnica profissional.

O último questionamento desse bloco de questões teve como objetivo conhecer as perspectivas futuras destes estudantes já que se encontravam na iminência de concluir o curso e alcançar novos horizontes.



Gráfico 10 – Pretensões dos estudantes após a conclusão do curso

Verificamos que a maioria dos alunos (87%) esboçaram a pretensão de verticalizar os estudos e fazer uma faculdade após a conclusão da formação técnica. Desse grupo 39% almejavam fazer um curso de nível superior em outra área, 26% manifestaram interesse em fazer medicina veterinária ou agronomia e aprofundar nos assuntos tratados no curso e 22% dos informantes afirmaram que desejavam prosseguir estudando, contudo tinham também o

anseio de ingressar no mercado de trabalho. Somente 13% dos concluintes, possuíam a expectativa de atuar como técnico em agropecuária e aplicar os conhecimentos trabalhando em alguma propriedade rural ou empresas agrícolas logo que terminasse o curso. Ou seja, ingressar no mercado de trabalho após formados, constitui uma opção reduzida no universo de informantes ao passo que a grande maioria deseja verticalizar os estudos e cursar uma faculdade.

Como demonstrado pelos próprios alunos ao longo dessa pesquisa, muitos deles ingressaram no curso com o objetivo de posteriormente fazer um curso superior tendo por base o ensino de qualidade recebido na modalidade integrada cujo o ensino médio tem um nível reconhecidamente mais elevado em relação as instituições de ensino de outras redes.

As percepções dos alunos sobre o curso evidenciadas ao longo do questionário apontam para situações que possivelmente estejam relacionadas aos elevados índices de retenção e evasão na formação técnica em agropecuária. Sendo assim, finalizando o questionário, pedimos aos concluintes que apontassem os aspectos que, segundo suas perspectivas, necessitam ser revistos para melhoria do curso e redução dos elevados índices de retenção e evasão, as quais se encontram relacionados na tabela a seguir.

Tabela 09 – Aspectos a serem revistos na formação técnica em agropecuária, segundo os discentes

Aspectos apontados	N.º de respostas	%
Excesso de atividades para execução do curso	15	30%
Currículo extenso e carga horária elevada	13	26%
Processo ensino aprendizagem	09	18%
Sistema de avaliação	07	14%
Falta de integração entre as disciplinas	06	12%
Total	50	100%

Obs.: Cada estudante apontou mais de um elemento.

Os dados mostram que 30% dos participantes apontaram a necessidade de rever o quantitativo de atividades propostas pelos professores, 26% dos alunos sugerem mudanças no currículo e carga horária do curso, 18% indicaram problemas no processo ensino aprendizagem, com percentual de 14% foi sugerido melhoria no sistema de avaliação e 12% indicaram como aspecto problemático a falta de integração entre as disciplinas.

Ao analisar as percepções dos estudantes na tabela 09, identificamos que o quantitativo de atividades propostas se destacou com o índice mais alto. Os educandos sugerem que seja revista alegando falta de tempo em razão de passarem praticamente o dia todo em aulas e atividades pedagógicas, fato que, associado ao tempo dispendido com o deslocamento diário de casa para a escola, faz com que estes jovens tenham o rendimento comprometido e sintam-se frustrados pela impossibilidade de realizarem todas as tarefas e trabalhos solicitados como podemos perceber no depoimento dos alunos.

“Os professores acham que é só a matéria deles e vão marcando atividades... [...] fazemos 18 a 20 disciplinas, quando a gente se dá conta temos um número muito grande de trabalhos pra fazer que é difícil cumprir... [...] temos aula o dia inteiro, saímos de casa cedo e só voltamos no final do dia. Tem também a dificuldade de reunir os colegas para realizar os trabalhos em grupo.”

Para Machado (2009) esse é um problema inerente ao ensino agrícola que impõe aos alunos intensa dinâmica para execução do curso. Segundo a autora, este é um aspecto relevante e que precisa ser levado em conta, principalmente por parte dos professores, para que busquem priorizar as atividades em sala de aula evitando assim sobrecarregar os alunos com atividades para serem feitas em casa.

É conveniente enfatizar, que além da intensa carga horária exigido pelo curso técnico em agropecuária, os estudantes possuem outras atividades atinentes a vida escolar, como por exemplo, projeto de monitoria, estágio supervisionado, grêmios estudantis e torneios esportivos promovidos pela escola, que tomam tempo do aluno, mas que são igualmente importantes e não podem ser suprimidas. Como se vê essa questão toca na estrutura curricular do curso e na sua organização, questão que foi indicada pelos alunos como o segundo fator que precisa ser repensado, pois concorre para o insucesso escolar dos discentes.

A próxima sugestão de melhoria refere-se à revisão do grande número de componentes curriculares e a extensa carga horária, que segundo os alunos configuram-se como um dificultador na realização do curso. De fato, quando observamos a matriz curricular constatamos um excessivo número de disciplinas e uma extensa carga horária a ser cumprida, em cada segmento letivo: são 13 (treze) componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁹, 01 (um) componente da parte diversificada, e aproximadamente 05 (cinco) componentes da Formação Específica. Além disso, para concluírem o curso, os estudantes ainda precisam realizar 240 horas de estágio supervisionado, como é possível verificar na matriz do curso, (Anexo C).

No Catálogo Nacional de Cursos Técnicos proposto pela resolução CNE/CEB nº 3/2008, que normatiza a instituição e oferta de cursos técnicos de nível médio, o Curso Técnico em Agropecuária apresenta a exigência de uma carga horária mínima de 1.200 (um mil e duzentas) horas. No entanto, no IFRJ/Campus Pinheiral, essa formação técnica possui uma carga-horária de 1.458h (um mil quatrocentas e cinquenta e oito), que somadas as horas de as horas dos componentes da base curricular comum e estágio supervisionado obrigatório totalizam 3.618h (três mil seiscentos e dezoito) (Resolução ConSup nº 20 de 30 de 2011). Portanto, procedem a alegação dos alunos quanto a dificuldade em atender apropriadamente esse alto grau de exigência. Arantes (2011), ressalta a influência do currículo nos casos de fracasso escolar, visto que os programas, muitas vezes, são densos, elitistas e acabam tornando-se em obstáculo na trajetória escolar do aluno. Em seu trabalho a autora adverte que, como o currículo está no centro do processo educativo, deve ser planejado, organizado no sentido não só de melhorar a qualidade e oferta da educação, mas também contribuir para a permanência do aluno.

Embora esta estrutura curricular e excesso de atividades pedagógicas denotem o compromisso da instituição em promover uma sólida fundamentação teórica e prática aos estudantes, essa organização desmotivando os alunos em relação a esta formação técnica, como podemos perceber nos relatos dos alunos.

“Tenho colegas que não conseguiram dar conta de tantas disciplinas, aula o dia inteiro, trabalhos, práticas de campo. Eles acabaram desistindo, pois acharam muito difícil... [...] E difícil estudar aqui. Reprovei no primeiro ano e pensei que não fosse conseguir terminar o curso, é muito puxado.”

Considerando a análise da grade curricular do curso e a fala dos alunos, podemos afirmar a importância da revisão e ajustamento do plano de curso. Todavia, é preciso que os

⁹ Documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Disponível em <basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

envolvidos no curso mostrem-se sensíveis a essa questão e se mobilizem com vistas a mudar tal cenário.

Outra dificuldade encontrada pelos alunos diz respeito ao processo ensino aprendizagem. Os alunos pontuaram que, mesmo com assistência do professor, sentiram dificuldade em compreender determinados conteúdos do curso, conforme constatamos nas declarações abaixo.

“Não sei se é a forma do professor explicar ou se a matéria é difícil mesmo, encontrei muita dificuldade...”...Tem matéria do técnico que é complicada ... a gente se esforça, mas é difícil. “Me sentia constrangido frente ao grupo de expor as minhas dúvidas, me sentia incapaz. Depois de tentar e não conseguir aprender eu dizia que estava tudo bem.” Eu sei que tem amigos que desistiram porque não conseguiram acompanhar.

Em suas pesquisas, Machado (2009) e Narciso (2015) identificaram que, geralmente, os conteúdos da parte técnica do curso fazem com que os alunos tenham mais dificuldade, tanto pela especificidade dos assuntos tratados como pela exigência de uma base sólida dos conteúdos básicos trabalhados no ensino fundamental. As autoras destacam que ao ingressar em um curso integrado os estudantes deparam-se com disciplinas bem distintas daquelas que cursavam até então, os assuntos relativos a formação técnica representam para estes jovens um universo totalmente novo com uso de linguagens próprias e termos técnicos distantes de tudo que vivenciaram durante a trajetória escolar.

De fato a opção do estudante por fazer um curso técnico integrado, sobretudo na área agrícola cuja carga horária é extensa, constitui-se em um desafio, pois exige dos estudantes investimento pessoal, isto é, dedicação, disponibilidade de tempo e comprometimento para atingir o objetivo proposto.

No que se refere a aprendizagem, outro aspecto importante a ser destacado, é o papel essencial que o professor assume nesse processo. Retornando a fala de Charlot (2000), enquanto mediador nessa relação do estudante com o saber, a prática pedagógica docente é fator determinante, uma vez que incide sobre o ato de aprender conferindo significado ao que está sendo ensinado e criando situações para que o estudante identifique o conteúdo tratado como algo importante. Ademais a relação intrapessoal estabelecida professor-aluno encontra-se intrinsecamente ligada ao êxito no processo de aprendizagem e conseqüentemente, no desempenho e dos estudantes.

Uma última consideração com relação a metodologia diz respeito a formação dos docentes que atuam no curso. Vimos no gráfico 01, apresentado na caracterização do curso, que entre os professores envolvidos na formação técnica em agropecuária, 23% dos docentes que ministram disciplinas da parte específica são bacharéis, ou seja, não possuem formação pedagógica para atuar no magistério. Essa constatação nos leva a refletir em uma possível relação entre a ausência dessa formação para a atividade docente e a dificuldade apontada pelos participantes da pesquisa.

O próximo fator que figurou no elenco de aspectos a serem melhorados foi o processo avaliativo. Os respondentes informaram que sentiam-se pressionados pelo quantitativo de testes, trabalhos e provas, bem como pela rigidez de alguns professores na cobrança dos conteúdos curriculares, como transparece nos relatos a seguir:

“O período de provas bimestrais era complicado, acumulava duas ou mais provas no mesmo dia... [...] Não dá tempo de estudar para todas as avaliações, a gente prioriza...[...] Alguns professores são muito exigentes... [...] Às vezes a gente até sabe a matéria, mas não consegue colocar do jeito que eles gostariam.”

Os participantes, também, indicaram que durante o curso percebiam que outros aspectos referentes ao processo ensino aprendizagem como, a realização das atividades no dia-a-dia, o empenho, a assiduidade, a participação em sala e nas práticas de campo, nem

sempre eram valorizados pelos docentes no momento de avaliar os alunos. Diante de tais relatos conclui-se que o sistema de avaliação utilizado na instituição merece uma reflexão cuidadosa. Conforme aponta Luckesi (2008), a avaliação da aprendizagem conquistou tamanho espaço que a aplicação de testes e provas tornou-se o centro do processo de ensino, conduzindo a prática pedagógica para este fim sem se preocupar com o processo ensino aprendizagem.

Para que cumpra seu principal objetivo, que é a construção da aprendizagem significativa e satisfatória, a avaliação precisa abolir o caráter de exame voltado somente para promoção ou reprovação dos alunos de uma etapa de escolaridade para outra. A prática avaliativa deve ser concebida como um processo gradual e contínuo, um instrumento diagnóstico empregado para identificar em que estágio de aprendizagem encontra-se o educando e, conseqüentemente, definir os procedimentos adequados para que possa avançar no processo de aprendizagem com sucesso.

Promover uma mudança na prática avaliativa como sugerido pelos estudantes, não é uma tarefa fácil, visto que faz parte de um sistema de ensino e também envolve a concepção do papel da avaliação concebida por cada docente. Ocorre que esse sistema possui suas limitações na medida em que não contempla todos os compromissos do aluno com o curso, mas somente a sua performance intelectual. Por certo, nesta sugestão não se defende a abolição do sistema de provas, mas a conjugação de sistemas de avaliação, permitindo que o processo de formação do aluno se expresse de outras formas.

O último elemento que os participantes pontuaram como problemático, e portanto merece ser revisto foi a falta de integração entre os componentes curriculares da formação geral e parte específica do curso. 12% dos alunos acharam que os conteúdos eram abordados de forma dissociada e isso dificultava o processo de aprendizagem dos alunos pela falta de contextualização e aplicabilidade. Veja-se o relato abaixo:

“Às vezes a gente estudava um mesmo assunto mais de uma vez, em matérias diferentes... [...] os conteúdos de Matemática e de Biologia aparecem em várias disciplinas do técnico, mas eram trabalhados separados... [...] E bom quando a gente sabe para que e porque estudar um conteúdo... [...] na verdade fazemos dois cursos.”

A fala dos estudantes sinalizam para uma justaposição dos componentes curriculares da formação geral e específica e não uma integração entre as disciplinas do curso, o que se contrapõe à concepção de educação integrada, na qual a educação geral constitui-se parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho. Nesta perspectiva, Machado (2006) acrescenta que

Não se trata de somar o Ensino Médio com o técnico, nem mesclar os componentes curriculares, mas de reconstruir coletivamente – educadores e educandos –, a partir da realidade social, um currículo que garanta a efetiva formação integral e unilateral dos sujeitos, a partir da articulação entre formação geral e profissional, da articulação entre formação técnica e política, da formação ética e do compromisso social.

Sendo assim, é imprescindível romper com a forma fragmentada de trabalhar os conteúdos que impede a interação entre as áreas de conhecimento, contribuindo para aumentar o desinteresse dos alunos. O currículo precisa ser organizado de modo a permitir a interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade no trabalho pedagógico assegurando o diálogo e unidade que deve existir entre os componentes curriculares.

Por meio de ações didáticas tais como, junção de conteúdo, planejamento coletivo das atividades, realização de pesquisas compartilhadas, desenvolvimento de projetos

conjuntamente, entre outros, a construção do conhecimento adquire um novo significado, desperta o interesse dos educandos e minimiza o excesso de conteúdo e atividades – uma das queixas levantadas pelos alunos.

Por se tratar de sujeitos com conhecimento da realidade do curso e diretamente envolvidos com o processo educativo, consideramos relevantes as sugestões apontadas pelos estudantes visto que poderão contribuir para futuras reflexões para a adequação e aprimoramento do fazer educativo no curso e sua condução.

Os aspectos destacados pelos estudantes ao longo deste estudo inserem-se no contexto institucional, isto é, aos fatores internos à instituição, o que em alguma medida favorece sua concretização. Além disso, também percebemos a percepção dos estudantes concluintes acerca dos fatores que influenciam a retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária encontram-se presentes nos estudos de pesquisadores e estudiosos que se dedicam a estudar sobre tais fenômenos.

3.3.5 A retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária no Campus Pinheiral sob o olhar do aluno evadido

Os dados aqui apresentados foram coletados por meio de formulário eletrônico enviado por e-mail aos estudantes evadidos do curso, conforme descrito na metodologia deste trabalho. Antes de analisar os dados, destacamos a surpresa ao constatar o desinteresse dos estudantes evadidos em responder o questionário demonstrado pelo pequeno retorno dos formulários enviados, apenas 12 (doze) questionários, os quais constituíram a amostra do universo de evadidos do curso.

Buscando conhecer quem são estes alunos, inicialmente traçamos o perfil socioeconômico destes participantes com vistas a caracterizá-los, como é possível identificar na tabela 10.

Tabela 10 – Caracterização socioeconômica dos alunos evadidos

	Variáveis	Frequência Absoluta	Porcentagem (%)
Gênero	Feminino	03	25,0
	Masculino	09	75,0
Idade dos alunos	17 anos	05	42,0
	19 anos	04	33,0
	20 anos	03	25,0
Origem	Meio Rural	03	25,0
	Meio Urbano	09	75,0
Residência durante o curso	Pinheiral com a família	02	17,0
	Pinheiral com parentes	02	17,0
	Alojamento /instituição	03	25,0
	Em cidade vizinha	05	41,0
Ensino fundamental	Escola Particular	02	17,0
	Escola Pública	10	83,0

Do grupo de respondentes que compõe a amostra dos evadidos da formação técnica em agropecuária identificamos a representação dos gêneros feminino com o índice de 25% e masculino com 75%. Vale ressaltar que embora a amostragem dos evadidos tenha retratado uma diferença significativa entre a representação entre os dois gêneros, quando consideramos o total de alunos evadidos nos arquivos a SEMT referente à movimentação dos discentes do curso identificamos uma variação mais equilibrada com discreta predominância do gênero masculino de 12%.

Quanto a faixa etária, os participantes encontram-se entre 17 a 20 anos. Sabendo que os estudantes ingressam no curso geralmente com a idade de 15 a 16 anos, percebemos que evadiram da escola ainda bem jovens, provavelmente durante a primeira série onde identificamos maior número de casos de abandono do curso, como já visto na tabela 04.

No que tange a origem, 25% destes participantes são da área rural e 75% procedentes da área urbana. Durante o período que realizavam o curso 41% residiam em municípios vizinhos, 25% em municípios distantes e por isso ficavam no alojamento da instituição e 34% moravam em Pinheiral, sendo que, 17% na companhia dos familiares e os outros 17% com parentes ou amigos. Tais resultados convergem para aqueles obtidos junto aos alunos ingressantes e concluintes, ou seja, a maioria moravam em municípios vizinhos e portanto necessitavam fazer o deslocamento diário de casa para a escola todos os dias. Dependendo da distância percorrida e das condições de transporte utilizado, este trajeto diário, pode ser considerado como um dos fatores que, associado a outros, tenham contribuído para a decisão de deixar o curso.

Sobre a escola onde cursaram o ensino fundamental, constatamos que apenas 17% dos participantes concluíram esta etapa de ensino na rede particular. A maioria dos evadidos, 83%, procedem da rede pública de ensino, na qual, muitas vezes o ensino ofertado é de baixa qualidade, o que pode influenciar negativamente o desempenho dos estudantes no curso técnico, conforme apontado nos estudos de Dore e Luscher, 2011.

A análise dos dados contidos nesta caracterização, nos revelou similaridade entre os perfis dos estudantes evadidos e dos estudantes regularmente matriculados no curso, contudo as dificuldades encontradas enquanto cursavam esta formação técnica fizeram com que estes jovens não perseverassem em seus esforços para concluir o curso.

3.3.5.1 A trajetória escolar dos alunos evadidos na formação técnica em agropecuária

Nesta sessão exibimos as informações obtidas por meio do questionário aplicado aos estudantes evadidos da formação técnica em agropecuária relativas às experiências vividas durante o período de permanência no curso.

A primeira indagação teve por objetivo conhecer os fatores que motivaram esses jovens na escolha pela formação técnica em agropecuária, como mostra o gráfico 11.

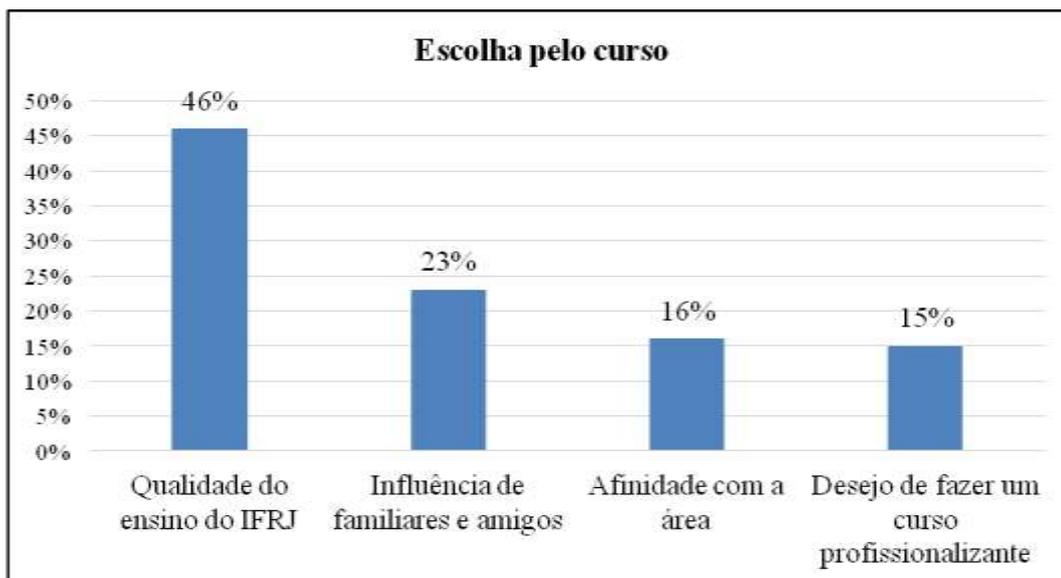


Gráfico 11 - Motivos da opção pelo Curso Técnico em Agropecuária.

Entre os evadidos constatamos que 46%, escolheram o curso pela qualidade do ensino ofertado pelo IFRJ, o que reforça /ratifica a tradição da escola na região e o status da instituição pelo fato de ser uma instituição federal. A opção pela influência de familiares e amigos foi indicada por 23% dos amostrados e revela que fizeram suas escolhas sem considerar a identificação com o curso. A afinidade com a área estudada foi verificada como critério de escolha por apenas 16% dos participantes e o desejo de fazer um curso técnico profissional foi a opção com o menor índice percentual, apontado somente por 12% dos respondentes.

Como já constatado nas informações obtidas junto aos concluintes, também, notamos pelas respostas dos evadidos que as escolhas em relação a vida escolar não estão necessariamente relacionadas às expectativas pessoais do educando. Muitas vezes as decisões são pautadas em diferentes motivações. Os dados dispostos no gráfico 11 demonstram que 84% dos estudantes evadidos fizeram a escolha pela formação técnica sem considerar a afinidade com a área estudada, aspecto importante quando nos propomos a investigar os casos de retenção e evasão no curso, objetivo desta pesquisa. Fazer um curso técnico integrado ao ensino médio requer do estudante empenho para o atendimento de todas as exigências demandadas do curso, caso contrário, ao deparar-se com as dificuldades inerentes a essa modalidade de ensino, o desinteresse pelo curso representa um difícil desafio de ser superado, culminando muitas vezes em baixo desempenho e conseqüentemente em evasão escolar, como no caso destes participantes.

O próximo questionamento feito aos estudantes evadidos buscou identificar se durante o período de permanência no curso haviam sido reprovados e, em caso afirmativo por quantas vezes, situação ilustrada no gráfico 12.

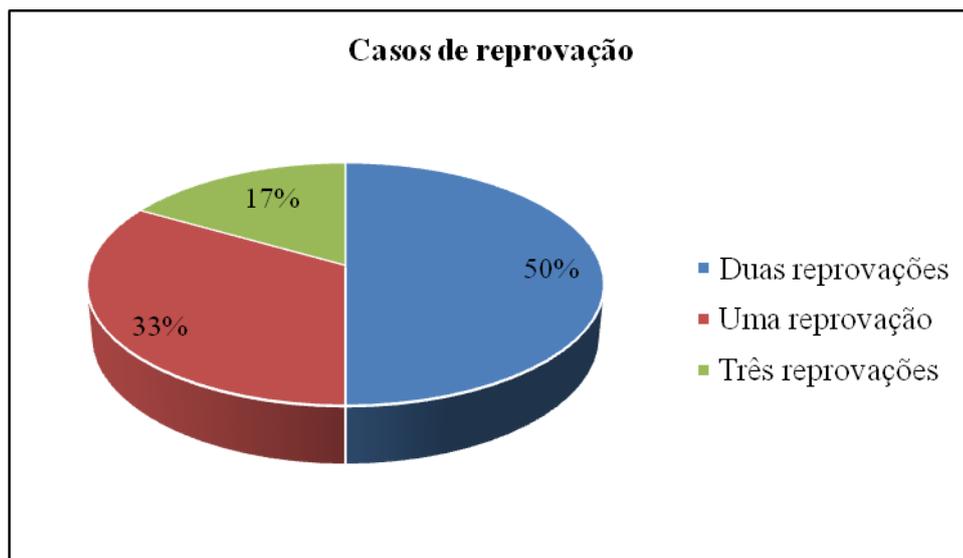


Gráfico 12 – Casos de reprovação durante o curso

Ao examinar as informações, percebemos que todos os participantes possuíam episódios de reprovação durante a permanência no curso, sendo que 50% dos evadidos vivenciaram esta experiência apenas uma vez, 33% por duas vezes e 17% foram reprovados três vezes.

Sabemos que o baixo desempenho com sucessivas reprovações marca de forma significativa a trajetória de escolarização do educando pois provoca um sentimento de incompetência, enfraquece o vínculo dos estudantes com a escola além de refletir nas relações sociais com familiares, com colegas e professores. Outro aspecto importante a ser destacado é que estudantes com histórico de reprovação são mais propensos a evadir da escola do que aqueles que nunca reprovaram. (PATTO 2008, DORE e LUSCHER 2011).

Diante das considerações e análises dos dados apresentados no gráfico 12, entendemos que para os estudantes evadidos, o fato de não ter obtido bom aproveitamento escolar foi determinante para o abandono do curso. Estes jovens não conseguiram boas notas, ficaram reprovados, o que naturalmente gera desmotivação para refazer a mesma série no ano seguinte, estudando os mesmos conteúdos, com os mesmos professores, que utilizam a metodologia.

Sobre a percepção dos evadidos em relação às causas de elevados índices de retenção e evasão escolar no curso, após o levantamento das opções assinaladas foi possível traçar o seguinte gráfico.

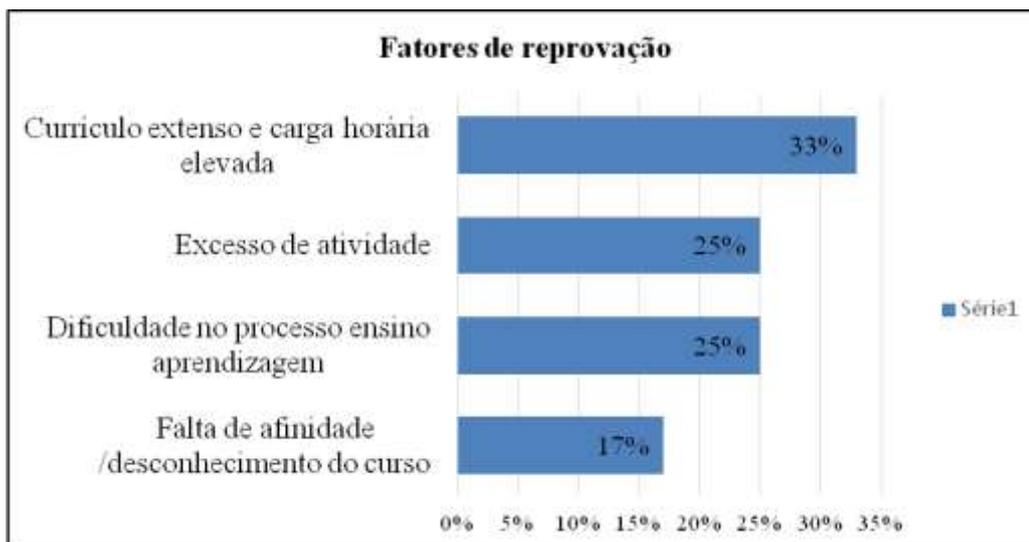


Gráfico 13 – Fatores que contribuem para a retenção e evasão escolar

O currículo extenso e a carga horária elevada foram considerados como principal causa de retenção e evasão na formação técnica em agropecuária, sendo assinalada por 33% dos participantes. Um grupo de 25% indicou o excesso de atividade para execução do curso e com este mesmo percentual, 25%, atribuem a retenção e evasão às dificuldade no processo ensino aprendizagem. A falta de afinidade em relação ao curso foi assinalada por 13% dos evadidos.

Ao analisar os dados do gráfico 13 identificamos que, apesar da experiência de cursar a formação técnica em agropecuária tenha acontecido em momentos distintos, a percepção dos evadidos em relação a retenção e evasão no curso convergem para os mesmos fatores apontados pelos alunos concluintes, conforme apresentado no gráfico 06 e tabela 09. Essa semelhança entre as percepções dos diferentes sujeitos que compõem o universo da pesquisa reforça a necessidade de que a escola reveja os aspectos apontados, visto que foram percebidos como pontos problemáticos no curso por um número significativo de atores diretamente envolvidos no processo de formação e, portanto merecem atenção.

Quando questionados sobre a situação em que se encontravam atualmente os respondentes informaram a situação apresentada no gráfico 14.

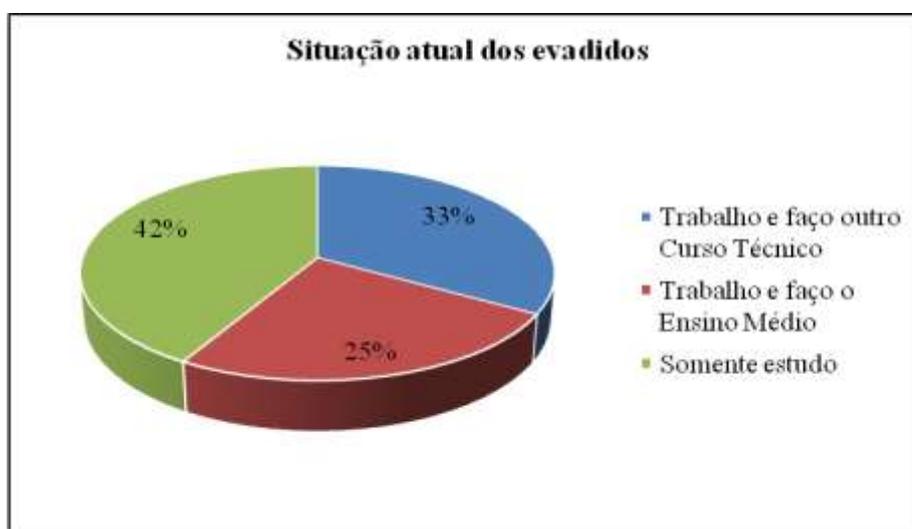


Gráfico 14 – Situação atual dos estudantes após a evasão.

No momento em que participaram da pesquisa 42% dos estudantes evadidos estavam somente estudando (outro curso técnico, ensino médio, preparatório para o vestibular), 33% encontravam-se trabalhando e fazendo outro Curso Técnico e 25% trabalhando e cursando o Ensino Médio.

O gráfico 14 revela que todos os participantes retomaram os estudos, o que aponta para o fato de que a evasão do curso técnico em agropecuária por estes grupo não se significa ter deixado de valorizar os estudos. Outrossim, mesmo em relação aqueles que supostamente necessitam trabalhar, notamos que buscam conciliar as duas atividades, o que demonstra a consciência da necessidade da escolarização como transformador de sua realidade social e fator capaz de proporcionar concretas perspectivas de inserção no mundo do trabalho.

Dessa forma entendemos que o fator que os conduziram a evasão foram as dificuldades com as quais se depararam durante a realização do curso técnico em agropecuária e ou a falta de identificação com a área estudada, haja vista o fato de que todos os participantes permanecem estudando.

A seguir, apresentamos no gráfico 15 que nos traz a percepção dos evadidos com relação a qualidade do curso técnico em agropecuária, último questionamento proposto a estes interlocutores.

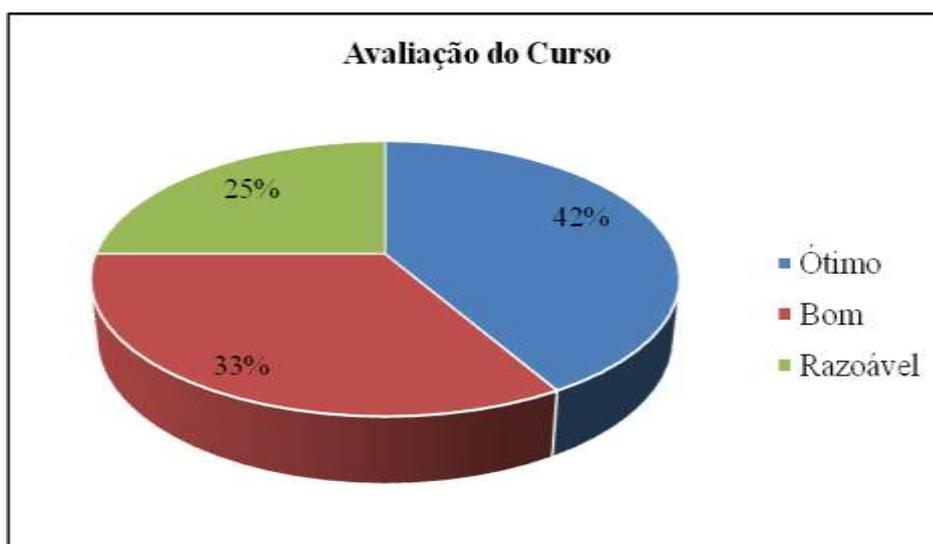


Gráfico 15 – Percepção dos evadidos quanto à qualidade do curso.

Os dados apresentados no gráfico nos informam que 42% dos estudantes evadidos consideram o curso técnico em agropecuária ótimo, 33% avaliam como um bom curso e 25% o consideram razoável. Cabe destacar que as opções ruim e péssimo, elencadas no questionário, não foram assinaladas por nenhum dos evadidos.

Levando em conta que estes atores apontaram diversos aspectos de ordem institucional como determinantes nos casos de reprovação e evasão no curso, conforme disposto no gráfico 12, essa avaliação positiva feita pelos participantes sobre o curso, talvez leve a supor que o percentual de 75% de bom e ótimo (não esteja relacionada à evasão e as situações negativas ali vividas. Apesar de ter sido reprovados e tenham optado por desistir do curso, maior parte dos participantes reconhecem aspectos positivos no curso e/ou na instituição como por exemplo, a qualidade do ensino, a qualificação dos docentes, a infraestrutura da escola. Quanto ao percentual de 25% que avaliaram o curso como razoável inferimos que possa ser

atribuída à falta de interesse pela área e também ao não atendimento das expectativas destes estudantes em relação a formação técnica.

Fechando este bloco de questões, Cabe ressaltar que apesar do baixo número de respondentes no universo de evadidos, 31%, entendemos que as contribuições desse grupo foram importantes no sentido de apontar as fragilidades do curso e principais aspectos que, na percepção destes sujeitos faz-se necessário intervir para melhoria dos índices de aproveitamento e permanência dos discentes no curso. Ademais há de se considerar que a percepção destes participantes em relação a retenção e evasão no curso convergem para os mesmos aspectos apontados pelos estudantes concluintes, ou seja, destacam como fatores associados ao insucesso dos educandos os fatores de ordem institucional: o excesso de atividades propostas pela escola, a organização curricular, a carga horária extensa e a dificuldade no processo ensino aprendizagem.

Levando em consideração que esses atores cursaram a formação técnica em agropecuária em momentos distintos, podemos concluir que tais questões indicadas pelos estudantes vem se repetindo ano a ano e ainda não foram percebidas pelos educadores envolvidos no curso e gestores da instituição como aspectos problemáticos no processo de formativo dos educandos e, portanto necessitam ser repensados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que induziu a realização desta pesquisa foi investigar os fatores que contribuem para os elevados índices de retenção e evasão na formação técnica em agropecuária na modalidade integrada ao ensino médio ofertado pelo IFRJ - Campus Pinheiral. As percepções dos discentes foram a perspectiva adotada para o desenvolvimento deste trabalho. O recorte temporal estabelecido para a pesquisa compreendeu os anos de 2012 a 2016.

A análise e interpretação dos instrumentos metodológicos utilizados revelaram importantes aspectos nesta investigação. A incursão nesse universo nos permitiu concluir que, entre os fenômenos da retenção e evasão escolares, o primeiro é o que se manifestou de forma mais incisiva na formação técnica em agropecuária. Os dados estatísticos obtidos a partir dos documentos da secretaria revelaram que os índices de reprovação dos alunos excederam a 50%, sobretudo na primeira série onde se concentra o maior número de casos. Quanto à evasão, apesar de manifestar-se de maneira menos expressiva que a retenção, tal como este último, este fenômeno acontece de forma mais acentuada na etapa inicial do curso.

Em consequência desse filtro que retém grande número de estudantes, detectamos uma redução significativa do número de estudantes ao longo das séries seguintes, o que reflete negativamente nos baixos índices de integralização do curso no prazo regular previsto de 3 (três) anos, conforme disposto no Plano de Curso. Dentro do período analisado, verificamos que os percentuais de conclusão oscilaram de 44% a 52%, evidenciando a necessidade de repensar a dimensão pedagógica e práticas educacionais com relação a esta formação técnica.

Quanto ao perfil dos alunos, observamos que o corpo discente do Curso Técnico em Agropecuária possui participação equilibrada de representantes de ambos os sexos, e que estes se encontram na faixa etária de 14 a 19 anos de idade. Estes dados nos informam que os estudantes têm ingressado ainda muito jovens, e, portanto, imaturos para a escolha tão importante como a formação profissional.

Em se tratando da trajetória escolar dos participantes no ensino fundamental, detectamos que a maioria deles - 84% - são egressos da rede pública de ensino, dado relevante na investigação, quando consideramos a relação entre educação básica e educação técnica como fator significativo. Isso mostra que a baixa qualidade do ensino fundamental no sistema educacional brasileiro, como apontado no decorrer do trabalho, constitui-se um dos aspectos mais prejudiciais ao êxito e à permanência dos jovens no ensino profissional de nível médio.

Com relação a origem, constatamos a predominância de estudantes do meio urbano e residentes em municípios vizinhos a Pinheiral. Nesse contexto, grande parte dos estudantes fazem deslocamentos diários, muitas vezes de distâncias consideráveis, para frequentar as aulas. Essa rotina, além de provocar esgotamento físico e mental, diminui o tempo para estudo e realização de atividades, impactando, conseqüentemente, o desempenho escolar.

No que se refere ao processo de escolha do curso, os resultados demonstraram que 65% dos participantes da pesquisa optaram pela formação técnica em agropecuária, não pela afinidade ou interesse pela área, mas orientados por outros critérios como a qualidade do ensino médio ofertado pela instituição, a influência de terceiros (familiares e amigos) e por ser a opção disponível no momento da matrícula. Essas informações nos permitem inferir que uma parcela representativa de alunos não possui identidade com o curso, fator que, conforme exposto, afeta o aprendizado, contribuindo para o baixo desempenho e abandono escolar. Isso ainda nos sugere a necessidade de rever as normas referentes ao processo seletivo para entrada de alunos no Campus Pinheiral. A forma institucionalizada de admissão adotada

atualmente não garante aos candidatos a oportunidade de escolher a formação técnica com a qual se identificam, tampouco privilegia os alunos com vocação com a área estudada de modo a sentirem-se motivados a concluir os estudos.

As expectativas dos discentes com relação ao curso demonstraram o anseio de grande parte deles em ter acesso a um bom ensino médio de modo a se prepararem devidamente para continuar os estudos em nível superior. Se por um lado isso pode ser positivo, visto que a instituição tem proporcionado condições a muitos jovens de prosseguir nos estudos; por outro, indica a necessidade de a escola e os profissionais envolvidos nesta habilitação técnica acolherem e envolverem os alunos, durante o percurso na instituição, em atividades curriculares que os possibilitem reconhecer a relevância do setor agropecuário no cenário da economia nacional, assim como, suas potencialidades e abrangência em termos acadêmicos e profissionais. Dessa forma, o curso técnico em agropecuária deixaria de ser, para muitos estudantes, apenas um degrau para atingir outros objetivos e se tornaria uma possibilidade de descortinar novos horizontes e perspectivas futuras, seja atuando como técnico, seja prosseguindo nos estudos nessa área.

Quanto ao grau de satisfação em relação à instituição e ao curso, os estudantes foram unânimes ao reconhecer a excelente infraestrutura e recursos para uma boa condução dos estudos. Como ponto positivo, destacaram, ainda, a qualidade do ensino, o alto nível de formação dos docentes e o bom relacionamento da comunidade escolar.

No entanto, as informações dos alunos nos revelam, além do mais, aspectos interessantes no que se refere às fragilidades da formação técnica em agropecuária, isto é, as principais dificuldades com as quais os discentes se deparam ao longo do processo formativo que conduzem muitos alunos à retenção e à evasão do curso. A falta de comprometimento dos discentes com os estudos teve seu lugar nesta problemática e os próprios estudantes apontaram para isso. Destaque-se que tal fator foi o que teve menor expressividade dentre os demais. De um modo geral, os alunos creditam a sua má performance e os altos índices de retenção e evasão no curso a fatores de ordem intraescolar, ou seja, aqueles engendrados pela própria instituição, dentre os quais figuram o acúmulo de atividades, a organização curricular, a carga horária excessiva, o sistema de avaliação, a condução do processo ensino aprendizagem e a falta de integração entre os conteúdos da formação técnica do curso e de formação geral.

Como é possível notar, esses fatores inter-relacionam-se. O acúmulo de atividades extraescolares se torna um problema quando o curso já exige do aluno o cumprimento de uma extensa carga horária em função de um grande número de componentes curriculares. Então, o tempo que o aluno dispõe fora da escola é insuficiente para a realização dessas atividades e, ainda, para se dedicar aos estudos e à assimilação dos conhecimentos adquiridos em que esteja com dificuldade, pois passa a maior parte do dia no colégio

Do mesmo modo, o sistema de avaliação é percebido pelos alunos como mais um aspecto dificultador, haja vista o quantitativo de componentes curriculares a serem avaliados, sobretudo quando os professores privilegiam, nesse processo, os exames, testes e atividades formais, sem considerar outros elementos que também fazem parte do processo de formação e construção do conhecimento. Torna-se mister que a avaliação seja compreendida como um processo mais amplo e contínuo, não se limitando a exames pontuais que, muitas vezes, são ineficientes para aferir os avanços alcançados pelo aluno e diagnosticar seu nível de compreensão e conhecimento acerca do assunto avaliado.

Outro fator importante diz respeito à integração entre a parte específica e as disciplinas básicas. Os conteúdos precisam ser planejados coletivamente de modo a assegurar o significado do ato de aprender, o diálogo entre os diferentes temas e a unidade que deve existir entre as áreas do conhecimento. Em suma, as questões assinaladas anteriormente pelos participantes apontam para a imprescindibilidade de a escola refletir sobre a maneira como se encontra estruturada a proposta pedagógica do curso, seus objetivos e os resultados.

Sabemos que, além dos aspectos pontuados acima, é preciso, também, considerar a diversidade do público jovem que ingressa nos cursos técnicos dos IF's, o que exige dos educadores uma postura igualmente diferenciada na condução do processo ensino-aprendizagem buscando acolher e valorizar os diferentes saberes, vivências e expectativas trazidas por estes sujeitos e que coexistem no interior do espaço escolar.

Como vimos, é conveniente destacar que a instituição desenvolve várias ações próprias visando assegurar o êxito e permanência dos estudantes durante o percurso formativo, entretanto esses esforços têm se demonstrado insuficientes para reverter os altos percentuais de retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária. Nota-se que entre as iniciativas adotadas pela instituição, nenhuma toca nas questões assinaladas pelos estudantes, o que sinaliza para o desconhecimento das questões que têm ocasionado os fenômenos no curso.

Com base nessas considerações, entendemos que os objetivos da pesquisa foram atingidos, visto que a presente investigação nos permitiu detectar, sob o prisma da percepção dos discentes e evadidos do curso, as principais dificuldades com as quais estes atores se depararam no decurso da formação técnica em agropecuária, bem como identificar fatores que, segundo os estudantes, têm contribuído para a retenção e a evasão escolar no curso.

Sendo assim, ciente da complexidade do assunto tratado e dos impactos provocados pela retenção e evasão na vida do educando, a partir dos resultados aqui apresentados, a instituição poderá propor estratégias que possam potencializar as condições de êxito e permanência dos estudantes para a transformação do atual cenário.

Ademais, acreditamos que essa pesquisa venha a contribuir para a realização de futuras investigações que abarquem outras possibilidades de análises da problemática abordada e/ou aspectos não contemplados no presente estudo.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino Médio: Múltiplas Vozes**. Brasília: Unesco, MEC, 2003.

ALMEIDA, A. C.de. **Trajetórias de escolarização, vida escolar e abandono no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena MG**. 2010. 95 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

ALVES, A. S. **Evasão de alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IF-campus Florianópolis: propostas de controle**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – CEJURPS – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2011.

ARANTES, L. M. **Entre textos e contextos... atos e atores: investigações e estratégias para combate à evasão no curso de Técnico em Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba**. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 20/04/2016.

BRASIL. Resolução CNE/CEB N° 02/97. **Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf>. Acesso 18/07/2018.

BRASIL. Resolução n° 2, de 1° de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em 14/03/17.

BRASIL. Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Crêa nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto n° 7.622, de 21 de outubro de 1909. **Crêa a Directoria de Industria Animal**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7622-21-outubro-1909-524692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto nº 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918. **Autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-norma-pe.html>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto nº 12.894, de 28 de Fevereiro de 1918. **Transfere a sede da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12894-28-fevereiro-1918-519817-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto-Lei nº 982, de 23 de Dezembro de 1938. **Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitui alguns dos já existentes e dá outras providências.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-982-23-dezembro-1938-350702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm>. Acesso em 01/07/18.

BRASIL. Decreto nº 22.506, de 22 de Janeiro de 1947. **Altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22506-22-janeiro-1947-341153-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto-lei 60.731, de 19 de Maio de 1967. **Transfere para o Ministério de Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto nº 62.178, de 25 de Janeiro de 1968. **Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto nº 72.434, de 09 de julho de 1873. **Cria a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola – Coagri.**

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamente o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002. **Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.** Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/4560-02.pdf>>. Acesso em 15/07/18.

dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 19/07/18.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Orientador para a superação da evasão e da retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília: MEC/SETC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio – Documento base.** Brasília: MEC/SETEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Documento Final.** Brasília: MEC/SETEC, 2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão. **Relatório de Auditoria nº TC 026.062/2011-9.** Responsabilidade Civil do Estado. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97.pdf>>. Acesso em 10/07/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008. **Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.** Disponível em: <http://catalogonct.mec.gov.br/pdf/portaria_870.pdf>. Acesso em 18/07/2018.

BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 20/06/2018.

BRASIL. INEP (2014). **Censo Escolar, 2014.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basicasenso>. Acesso em 15 de dezembro de 2016.

BRASIL. INEP (2016). **Censo Escolar da Educação Básica 2016, Notas Estatísticas.** Disponível em: http://inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas Acesso em 03 de setembro de 2018.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DONADEL, Nelci José. **Expectativas Profissionais dos Alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio da Área de Agropecuária do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS.** 2010. 41 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2010.

DORE, R. **Evasão e repetência na rede federal de educação profissional**. XXXVII REDITEC. 02 1 05 de setembro de 2013. Disponível em <<http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf>>. Acesso em 19/07/18.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: ARAÚJO, Adilson; DORE, Rosemary; MENDES, Josué (orgs.). **Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília, Editora do IFB: RIMEPES, 2014.

Educação profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas / Rosemary Dore, Paula Elizaberth Nogueira Sales, Carlos Eduardo Guerra Silva, (Orgs). – Belo Horizonte: RIMEPES, 2017. 352p., enc, il.

FEITOSA, A. E. F. **A trajetória do ensino agrícola no Brasil no contexto do capitalismo dependente**. Dissertação – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

FIGUEIREDO, N. G. S. ; SALLES, D. M. R. **Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões**. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2017, vol.25, n.95, pp.356-392. Epub Apr 27, 2017. ISSN 0104-4036. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500397>. Acesso em 15/12/17

FLICK, U. **Métodos de Pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, A.; FÉLIX, P.; PERDIGÃO, R. **Retenção Escolar nos Ensinos básico e Secundário [Relatório Técnico]**. Conselho Nacional de Educação (CNE). Coleção: Estudos e Relatórios, fev. 2015.

FREITAS, S. M. P. **Educação Profissional e qualidade de ensino: traçando um perfil sociográfico dos estudantes da EAF-Alegre**. (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Educação e Deslocamento: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 19/07/18.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, A. Z. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível?. **Trab. educ. saúde**, Nov 2007, vol.5, nº .3, p.491-508.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Técnicas de Pesquisa**, 6. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.A.D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, L. S. **O impacto da repetência na proficiência escolar: uma análise longitudinal do desempenho de repetentes em 2002-2003**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

MACHADO, L. R. de S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica**. V.1, nº 1(jun.2008). Brasília: MEC, SETEC, 2008. Anual

MACHADO, M. R. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática / Nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG (2002 a 2006)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UNB: Brasília/DF. 131p., 2009.

MATIAS, I. dos S. **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas: Uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Programa de Pós Graduação em Educação. Florianópolis/SC. 2003.

MEC/SETEC. **Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio**. Anexo à Resolução nº 08 de 13 de março de 2015. Disponível em: http://www.ifrj.edu.br/sites_default/files/webfm/images/2015-03-13-Regulamento-Educacao-Profissional-Tecnica-Nivel-Medio-e-do-Ensino-Medio.pdf. Acesso em 05/09/2017.

MEDONÇA, S. R. de. **A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960)**. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril 2006, vol. 14 nº 1, p. 88-113.

NARCISO, L. G. de S. **Análise da Evasão nos Cursos Técnicos de Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP). Florianópolis, SC, 262 p. 2015.

NASCIMENTO, S. C. Q. **A evasão escolar no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio: contexto, multidimensionalidade e pistas para ação**. Dissertação, Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, Instituto Politécnico de Santarém, 2016.

NOGUEIRA, V. de P. Q. Educação Profissional técnica de nível médio. **Revista T&C Amazônia**, Manaus, ano VII, n. 16, p. 48-53, 2009.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em <www.moderna.com.br/lumes/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em 19/07/18.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução: Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RAMOS, M. Concepção de ensino médio integrado à educação profissional. In: PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. **O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008.

REBELO, J. A S. Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, (43-1), p. 27. 2009.

SILVA, J. B. da. **Mudanças no perfil sociográfico dos ingressantes no curso técnico em agropecuária dos colégios vinculados à Universidade Federal Fluminense: Implicações para gestão da escola**. 2009. 98 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília. 2009b.

SOBRAL, F. M. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. V. 2, n. 2, nov. 2009. Brasília: MEC, SETEC, 2009.

6 ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(de acordo com as Normas da Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde de 10 de outubro de 1996).

Você está sendo convidado a participar como voluntário da Pesquisa intitulada “Retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio: Um estudo de caso no IFRJ-Campus Pinheiral, conduzida pela Mestranda Josefina Lourenço de Carvalho. Este estudo tem por objetivo investigar as possíveis causas de retenção e evasão escolar na Formação Técnica em Agropecuária na modalidade integrada ao ensino médio ofertado pelo IFRJ - Campus Pinheiral sob a perspectiva discente.

Você foi selecionado(a) para responder ao questionário e a sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) e nem com qualquer setor desta Instituição.

Não há riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é muito importante para o desenvolvimento deste estudo. Os resultados serão divulgados em meios acadêmicos e apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Participar desta pesquisa não implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Assinatura do pesquisador

Instituição Instituto de Agronomia / Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRuralRJ.

Tel: 21- 37873741

Nome do pesquisador: Josefina Lourenço de Carvalho

Tel: 24- 98845-9768;

e-mail: josefina.carvalho@ifrj.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa

Data ____/____/____

Anexo B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário da Pesquisa intitulada “Retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio: Um estudo de caso no IFRJ-Campus Pinheiral, conduzida pela Mestranda Josefina Lourenço de Carvalho. Este estudo tem por objetivo investigar as possíveis causas de retenção e evasão escolar na Formação Técnica em Agropecuária na modalidade integrada ao ensino médio ofertado pelo IFRJ - Campus Pinheiral sob a perspectiva discente.

Você foi selecionado(a) para responder ao questionário e a sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) e nem com qualquer setor desta Instituição.

Não há riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é muito importante para o desenvolvimento deste estudo. Os resultados serão divulgados em meios acadêmicos e apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Participar desta pesquisa não implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Assinatura do pesquisador

Instituição Instituto de Agronomia / Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRuralRJ.

Tel: 21- 37873741

Nome do pesquisador: Josefina Lourenço de Carvalho

Tel: 24- 98845-9768;

e-mail: josefina.carvalho@ifrj.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Certificado do Assentimento

Declaro que como responsável pelo aluno _____

entendi os objetivos e benefícios da participação na pesquisa e autorizo o mesmo em participar.

Assinatura da(a) adolescente: _____

Assinatura dos pais/responsáveis: _____

Ass. Pesquisador: _____

Data: _____

Anexo C - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO – 2012

Anexo à Resolução ConSup nº 20 de 30 de agosto de 2011.

Campus: Nilo Peçanha - Pinheiral

Objetivo do Curso

Formar profissionais técnicos de nível médio, do eixo tecnológico **Recursos Naturais**, na habilitação “Técnico em Agropecuária”.

Perfil Profissional de Conclusão

O Técnico em Agropecuária tem competência para planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários. Administrar propriedades rurais. Elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscalizar produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realizar medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. Atuar em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

Pode atuar em propriedades rurais, empresas comerciais, estabelecimentos agroindustriais, empresas e instituições públicas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, parques e reservas naturais e outros.

Duração e Carga Horária do Curso

Duração do curso: 3 anos
Total de horas do Curso Técnico: 3.618 horas
Total de horas de Estágio Curricular: 240 horas

Diploma

Diploma: Técnico em Agropecuária

Registro Profissional: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Base Legal: Lei nº 9.394/96; Decreto Federal nº. 5154/2004; Lei nº 10.639/2003; Lei 11.645/2008; Leis nº 11.684/2008; nº 11.741/2008; nº 11.788/2008 ; nº 11.769/2008; Pareceres CNE/CEB nº 15/1998, nº 16/1999 e nº 39/2004; Resoluções CNE/CEB nº 03/1998, nº 04/1999, nº 01/2004, nº 01/2005.

Legislação regulamentadora da profissão: **Lei nº 5.524, de 05/11/1968; Decreto Federal nº 90.822 de 06/02/1985; Decreto Federal nº 4.560, de 30/12/2002.**

Público Alvo

São candidatos ao Curso Técnico em Agropecuária os estudantes oriundos do 9º ano do Ensino Fundamental ou que já tenham concluído esse grau de ensino.

Itinerário Formativo

O Curso Técnico em Agropecuária será organizado em 3 (três) anos sequenciais e será oferecido na modalidade integrada ao Ensino Médio, sem terminalidades parciais. Após a aprovação em todas as séries, o aluno receberá o diploma de técnico, com certificação do ensino médio, desde que tenha realizado o estágio curricular com aprovação do relatório correspondente.

Períodos e Componentes Curriculares do Curso Técnico em Agropecuária

1ª Série: Carga horária no período: 1296 horas.

ORDEM	CÓDIGOS	DISCIPLINAS	ATIVIDADES ¹	CARGA HORÁRIA SEMANAL (H/A) ²	CARGA HORÁRIA ANUAL ³ (HORAS)
1		Agricultura e Agroecologia	T/P	4	108
2		Arte	T	2	54
3		Biologia I	T/P	4	108
4		Educação Física I	T/P	2	54
5		Filosofia I	T	1	27
6		Física I	T/P	2	54
7		Geografia I	T	2	54
8		História I	T	2	54
9		Informática Básica	T/P	2	54
10		Infraestrutura Rural I	T/P	4	108
11		Inglês para fins específicos I	T	2	54
12		Língua Portuguesa I	T	2	54
13		Literaturas I	T	2	54
14		Matemática I	T	4	108
15		Produção Animal I	T/P	4	108
16		Produção Vegetal I	T/P	2	54
17		Química I	T/P	4	108
18		Sociologia I	T	1	27
19		Zootecnia Geral	T	2	54
		TOTAL		48	1296

Obs.: 1 - T = atividades teóricas; P = atividades práticas. 2 - Hora-aula = 45 minutos. 3 - 36 semanas anuais.

2ª Série: Carga horária no período: 1080 horas.

ORDEM	CÓDIGOS	DISCIPLINAS	ATIVIDADES ¹	CARGA HORÁRIA SEMANAL (H/A) ²	CARGA HORÁRIA ANUAL ³ (HORAS)
20		Agricultura Geral	T/P	2	54
21		Biologia II	T	2	54
22		Educação Física II	T/P	2	54
23		Filosofia II	T	1	27
24		Física II	T/P	2	54
25		Geografia II	T	2	54
26		Gestão Ambiental aplicada à Produção Agropecuária	T	2	54
27		História II	T	2	54
28		Infraestrutura Rural II	T/P	4	108
29		Inglês para fins específicos II	T	2	54
30		Língua Portuguesa II	T	2	54
31		Literaturas II	T	2	54
32		Matemática II	T	4	108
33		Produção Animal II	T/P	4	108
34		Produção Vegetal II	T/P	4	108
35		Química II	T/P	2	54
36		Sociologia II	T	1	27
TOTAL				40	1080

Obs.: 1 - T = atividades teóricas; P = atividades práticas. 2 - Hora-aula = 45 minutos. 3 - 36 semanas anuais.

3ª Série: Carga horária no período: 1090 horas.

ORDEM	CÓDIGOS	DISCIPLINAS	ATIVIDADES ¹	CARGA HORÁRIA SEMANAL (H/A) ²	CARGA HORÁRIA ANUAL ³ (HORAS)
37		Administração Rural	T	4	108
38		Agroindústria	T/P	4	108
39		Biologia III	T	2	54
40		Educação Física III	T/P	2	54
41		Extensão Rural e	T/P	2	54
42		Filosofia III	T	2	54
43		Física III	T	2	54

44		Geografia III	T	2	54
45		História III	T	2	54
46		Inglês para fins específicos III	T	2	54
47		Língua Portuguesa III	T	2	54
48		Literaturas III	T	2	54
49		Matemática III	T	4	108
50		Produção Animal III	T/P	6	162
51		Produção Vegetal III	T/P	4	108
52		Química III	T	2	54
53		Sociologia III	T	2	54
		Total		46	1242

Obs.: 1 - T = atividades teóricas; P = atividades práticas. 2 - Hora-aula = 45 minutos. 3 - 36 semanas anuais.

Disciplinas Optativas: Carga horária: 81 horas.

ORDEM	CÓDIGOS	DISCIPLINAS	ATIVIDADES ¹	CARGA HORÁRIA SEMANAL (H/A) ²	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL ³ (HORAS)
54		Espanhol I	T	2	27
55		Espanhol II	T	2	27
56		Espanhol III	T	2	27

Obs.: 1 - T = atividades teóricas; P = atividades práticas. 2 - Hora-aula = 45 minutos. 3 - 18 semanas semestrais.

Estágio Curricular Supervisionado: Carga horária no período: 240 horas.

ATIVIDADE	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA TOTAL (HORAS)
Estágio Curricular Supervisionado (Obrigatório)	P	240
Total		240

Total de Horas do Curso: 3.618 horas.

Total de Horas de Estágio Curricular: 240 horas.

Aprovada pela Plenária de Professores do Campus Nilo Peçanha – Pinheiral/IFRJ em 12/04/2011.

Aprovada pelo Conselho Acadêmico de Ensino Técnico em 29/06/2011.

Anexo D – Fotos do Campus Pinheiral



Entrada do Campus



Fachada Prédio Administrativo



Auditório



Relógio de sol



Núcleo de Educação à Distância



Campo de futebol



Quadras Poliesportivas



Biblioteca



Fachada do Alojamento Masculino



Quarto do Alojamento



Pavilhão de aula



Pavilhão de aula



Pavilhão de aula



Laboratório de informática



Laboratório multidisciplinar



Laboratório de microbiologia



Setor de apicultura



Setor de avicultura



Bovinocultura de corte



Bovinocultura de leite



Laboratório de agroindústria



Laboratório de cunicultura



Prática de piscicultura



Prática de produção vegetal



Viveiro de mudas



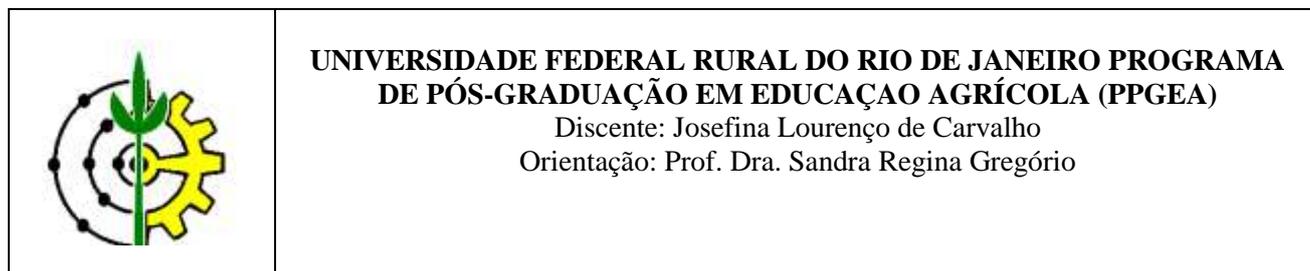
Suinocultura



Mecanização

7 APÊNDICES

Apêndice A - Questionário aplicado aos alunos ingressantes



Questionário para os alunos ingressantes no Curso Técnico em Agropecuária do IFRJ/Campus
Pinheiral (2017)

QUESTIONÁRIO

A) CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES:

A.1- Sexo:

(A) Feminino; (B) Masculino.

A.2- Faixa etária:

(A) 14 anos;

(B) 15 anos;

(C) 16 anos;

(D) 17 anos;

(E) Outra. Indique qual: _____

A.3- Sua origem:

(A) urbana (B) rural

A.4- Residência / Município onde mora:

(A) Pinheiral;

(B) Vargem Alegre;

(C) Barra Mansa;

(D) Barra do Piraí;

(E) Piraí;

(F) Volta Redonda.

(G) Outro. Indique qual: _____

A.5- A média da renda mensal de sua família:

(A) Até um salário mínimo;

(B) Um a três salários mínimos;

(C) Três a cinco salários mínimos;

(D) Entre três e cinco salários mínimos;

(E) Mais de cinco salários mínimos.

(E) Outro. Indique qual: _____

A.6- Escola em que cursou o Ensino Fundamental:

(A) Todo em escola pública;

(B) Todo em escola particular;

(C) Maior parte em escola pública;

(D) Maior parte em escola particular;

(E) Outro. Indique qual: _____

B) MOTIVOS DA ESCOLHA DO CURSO:

B.1- Por que você escolheu fazer o Curso Técnico em Agropecuária? (Justifique /comente sua resposta)

(A) Gosto e /ou interesse pela área (estudar as plantas e animais);

(B) Sempre quis fazer um curso técnico profissional;

(C) Por influência da família e ou amigos que já faziam o curso;

(D) Pela qualidade de ensino do IFRJ;

(E) Foi a opção disponível no ato da matrícula;

(F) Outro(s). Indique qual/quais: _____

B.3- Ao se inscrever no Processo Seletivo do IFRJ/Campus Pinheiral, sua primeira opção de curso foi:

(A) Agroindústria;

(B) Agropecuária;

(C) Informática;

(D) Meio Ambiente.

B.4- Quais são as suas expectativas em relação a esse curso?

Apêndice B - Questionário aplicado aos estudantes concluintes

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA (PPGEA)</p> <p>Discente: Josefina Lourenço de Carvalho Orientação: Prof. Dr^a Sandra Regina Gregório</p>
---	--

Questionário para os estudantes que estão concluindo o Curso Técnico em Agropecuária do IFRJ/Campus Pinheiral (2017)

QUESTIONÁRIO

A) CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES:

A.1- Sexo:

(A) Feminino; (B) Masculino.

A.2- Faixa etária:

(A) 17 anos;

(B) 18 anos;

(C) 19 anos;

(D) 20 anos;

(E) Outra. Indique qual: _____

A.3- Sua origem:

(A) urbana; (B) rural

A.4- Residência / Município onde mora:

(A) Pinheiral;

(B) Vargem Alegre;

(C) Barra Mansa;

(D) Barra do Piraí;

(E) Piraí;

(F) Volta Redonda.

(G) Outro. Indique qual: _____

A.5- A média de renda mensal de sua família:

(A) Até um salário mínimo;

(B) Um a três salários mínimos;

(C) Três a cinco salários mínimos;

(D) Entre três e cinco salários mínimos;

(E) Mais de cinco salários mínimos.

(F) Outro(s). Indique qual/quais: _____

A.6- Escola em que cursou o Ensino Fundamental:

(A) Todo em escola pública;

- (B) Todo em escola particular;
- (C) Maior parte em escola pública;
- (D) Maior parte em escola particular;
- (E) Outro. Indique qual: _____

B) MOTIVOS DA ESCOLHA DO CURSO: (Justifique /comente sua resposta)

B.1- Por que você escolheu realizar o Curso Técnico em Agropecuária?

(A) Gosto e /ou interesse pela área (estudar as plantas e animais);

(B) Sempre quis fazer um curso técnico profissional;

(C) Por influência da família e ou amigos que já faziam o curso;

(D) Pela qualidade de ensino do IFRJ;

(E) Foi a opção disponível no ato da matrícula;

(F) Outro(s). Indique qual/quais: _____

B.2- Ao se inscrever no Processo Seletivo do IFRJ/Campus Pinheiral, sua primeira opção foi:

- (A) Agroindústria;
- (B) Agropecuária;
- (C) Informática;
- (D) Meio Ambiente.

B.3- Ao iniciar sua formação no curso técnico em agropecuária, quais eram as suas expectativas?

C) PERCEPÇÕES DO ALUNO SOBRE O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA:

C.1- Em que ano você ingressou no curso? _____

C.2- Você reprovou em alguma série no decorrer do curso?

- (A) Sim. Quantas vezes? () Uma vez () Duas vezes () Três vezes ou mais
(B) Não

C.3- Quais fatores que contribuíram para reprovação?

C.4- Em algum momento você pensou em desistir do curso?

A (Sim)

B (Não)

C.4.1- Caso sua resposta tenha sido afirmativa, descreva por qual motivo.

C.5- De modo geral, como você avalia o curso Técnico em Agropecuária que cursou no IFRJ/Campus Pinheiral?

(A) Ótimo;

(B) Bom;

(C) Razoável;

(D) Ruim;

(E) Péssimo.

C.6- A formação técnica agropecuária atendeu as suas expectativas?

C.7- O que planeja fazer após a conclusão deste curso técnico?

C.8- Quais os aspectos, que segundo sua perspectiva, necessitam ser revistos para melhoria da Formação Técnica em Agropecuária?

Apêndice C – Questionário aplicado aos estudantes evadidos

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA (PPGEA)
Discente: Josefina Lourenço de Carvalho Orientação: Prof. Dr ^a Sandra Regina Gregório	

Questionário para os estudantes que evadiram do Curso Técnico em Agropecuária do IFRJ/Campus Pinheiral (2012 – 2016)

Este questionário tem por finalidade coletar dados junto aos ex-alunos do Curso Técnico em Agropecuária com o objetivo de identificar os principais fatores que tem contribuído para decisão dos estudantes evadirem do referido curso e desse modo, propor estratégias de enfrentamento dessa situação.

A pesquisa é parte do projeto de Mestrado em Educação Agrícola do Instituto de Agronomia da Universidade Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

As informações coletadas possuem finalidade estritamente acadêmica e não serão divulgadas, bem como a identidade dos participantes será mantida em sigilo.

Sua participação tem uma valiosa importância para o êxito desta pesquisa

QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO

A.1- Sexo:

(A) Feminino; (B) Masculino.

A.2- Qual a sua idade? _____ () Não desejo declarar

A.3- Você mora em região:

() urbana () rural

A.4- Onde você cursou o Ensino Fundamental?

(A) Todo em escola pública;

(B) Todo em escola particular;

(C) Maior parte em escola pública;

(D) Maior parte em escola particular;

(E) Outro. Indique qual: _____

A.5 – Sua família possui tradição rural?

() Sim () Não

A.6- Por que você escolheu realizar o Curso Técnico em Agropecuária?

- (A) Afinidade com a área (estudar as plantas e animais);
 - (B) Sempre quis fazer um curso técnico profissional;
 - (C) Por influência da família e ou amigos que já faziam o curso;
 - (D) Pela qualidade de ensino do IFRJ;
 - (E) Foi a opção disponível no ato da matrícula;
 - F) Outro(s). Indique qual/quais: _____
-

A.7 - Em que ano você ingressou no curso? _____

A.8 - Quando abandonou? Ano: _____

B- DADOS SOBRE A EVASÃO:

B.1- Quando estudou no IFRJ/Campus Pinheiral você morava:

- (A) Em Pinheiral com a família;
- (B) Em Pinheiral com parentes e/ou amigos;
- (C) No alojamento do IFRJ/Campus Pinheiral;
- (D) Em cidade vizinha com a família (ia e voltava para casa todo dia)
- (F) Outro. Qual? _____

B.2- De modo geral, como você define o curso Técnico em Agropecuária que iniciou no IFRJ/Campus Pinheiral?

- (A) Ótimo;
- (B) Bom;
- (C) Razoável;
- (D) Ruim;
- (E) Péssimo.

B.3- Você reprovou em alguma série no decorrer do curso?

- (A) Sim. Quantas vezes? () Uma vez () Duas vezes () Três vezes ou mais
- (B) Não

B.4- Marque os fatores que influenciaram sua decisão de abandonar o curso Técnico em Agropecuária do IFRJ/Campus Pinheiral:

- () Distância da família.
- () Dificuldades no processo ensino-aprendizagem.
- () Desconhecimento prévio do curso.
- () Dificuldades em conciliar todas as atividades propostas pela escola (estudos, atividades práticas, trabalhos e tarefas.)
- () Problemas de saúde.
- () Falta de apoio e assistência familiar.
- () Problemas de relacionamento: () com colegas () com professores () com funcionários

- () Dificuldades de adaptação à escola.
- () Currículo extenso, carga horária do curso muito elevada.
- () Sistema de avaliação inadequado.
- () Falta de integração entre a teoria e a prática nas disciplinas.
- () Didática e metodologia ineficientes.
- () Falta de incentivo por parte dos professores.
- () Mudança para outro estado.

B.5- Quando você abandonou o curso em Agropecuária a continuidade de seus estudos em outra instituição se deu;

- () Apenas em nível médio
- () Outro curso técnico

B.6-. Atividade exercida atualmente:

- (A) Somente estudo
- (B) Somente trabalho
- (C) Estudo e Trabalho
- (D) Não estudo e não trabalho
- (E) Outra atividade. Indicar qual_____